

IX Legislatura
XII Sessão do Plenário Jovem

Horta, Quinta-feira, 5 de Maio de 2011

Presidente: *Deputado Rui Duarte (substituído durante a sessão pelas Deputadas Vanessa Lopes e Ana Proença)*

Secretários: *Deputadas Cristina Simão e Mónica Soares*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores procedeu à abertura da XII Sessão do Plenário Jovem.

De seguida, passou-se ao período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político**, tendo sido apresentados os seguintes votos:

– **7 Votos de Congratulação pela realização da XII Sessão do Plenário Jovem**, pelas seguintes escolas: Escola Básica e Secundária do Nordeste (voto apresentado pela Deputada Vanessa Farias); Escola Básica e Secundária da Graciosa (voto apresentado pela Deputada Adriana Espínola); Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico (voto apresentado pela Deputada Daniela Rosa); Escola Secundária da Ribeira Grande (voto apresentado pelo Deputado Miguel Moreira); Escola Secundária de Lagoa (voto apresentado pelo Deputado Max Moniz); Escola Secundária Manuel de Arriaga (voto apresentado pela Deputada Simone Rodrigues) e a Escola Secundária Antero de Quental (voto apresentado pela Deputada Margarida Estrela). Os votos foram aprovados por unanimidade.

– **Voto de Congratulação pelo Ano Europeu do Voluntariado**, pela Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo, apresentado pelo Deputado André Soares. O Voto de Congratulação foi aprovado por maioria.

– **Voto de Congratulação pela celebração do Ano Europeu do Voluntariado e Cidadania activa**, pela Escola Básica e Secundária do Nordeste, apresentado pela Deputada Catarina Amaral. O Voto de Congratulação foi aprovado por maioria.

– **Voto de Congratulação pela escolha do tema Voluntariado e cidadania activa na Região Autónoma dos Açores**, pela Escola Básica e

Secundária da Madalena do Pico, apresentado pela Deputada Rita Rodrigues. O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Congratulação pela atribuição do Prémio Pritzker ao português Eduardo Souto Moura**, pela Escola Básica e Secundária da Graciosa, apresentado pelo Deputado Miguel Estorninho. O Voto de Congratulação foi aprovado por maioria.

– **Voto de Congratulação pela conquista da taça de Portugal em Voleibol pela formação feminina do clube Ribeirense do Pico**, pela Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico, apresentado pela Deputada Andresa Cardoso. O Voto de Congratulação foi aprovado por maioria.

– **Voto de Congratulação pela conquista da taça de Portugal e do Campeonato Nacional em Voleibol pelo Ribeirense**, pela Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, apresentado pelo Deputado Hernâni Sousa. O Voto de Congratulação foi aprovado por maioria.

– **Voto de Congratulação pela realização da manifestação intitulada “Geração à Rasca”**, pela Escola Secundária Antero de Quental, apresentado pela Deputada Margarida Estrela. O Voto de Congratulação foi aprovado por maioria.

– **Voto de Congratulação ao Concurso Nacional das Profissões**, pela Escola Secundária Domingos Rebelo, apresentado pelo Deputado Henrique Dias. O Voto de Congratulação foi aprovado por maioria.

– **Voto de Louvor relativo ao Projecto *LIFE Priolo***, pela Escola Secundária Antero de Quental, apresentado pelo Deputado Diogo Garcia. O Voto de Louvor foi aprovado por maioria.

– **Voto de Louvor pelo pedido de ajuda de Portugal ao FMI**, pela Escola Secundária da Ribeira Grande, apresentado pelo Deputado Flávio Simão. O Voto de Louvor foi aprovado por maioria.

– **Voto de Louvor relativo à Campanha *Direito à Alimentação***, pela Escola Secundária Antero de Quental, apresentado pela Deputada Margarida Estrela. O Voto de Louvor foi aprovado por maioria.

– **Voto de Louvor relativo à Declaração de Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (2000) da ONU**, pela Escola Secundária de Lagoa, apresentado pela Deputada Sara Coelho. O Voto de Louvor foi aprovado por maioria.

– **Voto de Louvor a todos aqueles que têm auxiliado o Japão e a sua população**, pela Escola Secundária Antero de Quental, apresentado pelo Deputado Diogo Garcia. O Voto de Louvor foi aprovado por maioria.

– **Voto de Protesto pela realização do evento “As 7 Maravilhas Naturais de Portugal” e pelo posterior e, quem sabe, conseqüente corte no orçamento do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, efectuado pelo Governo dos Açores**, pela Escola Secundária Antero de

Quental, apresentado pelo Deputado Diogo Garcia. O Voto de Louvor foi aprovado por maioria.

Em seguida, a oradora convidada, Dra. Susana Margarido, Representante do Governo Regional dos Açores no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, apresentou o tema “Voluntariado e Cidadania Activa na RAA”.

No debate que se seguiu, apresentaram questões os Srs. Deputados Vanessa Farias (*São Miguel*), Daniel Silva (*Faial*), Beatriz Machado (*Graciosa*), Daniela Rosa (*Pico*), Joana Matos (*São Miguel*), Henrique Dias (*São Miguel*), Vítor Melo (*Graciosa*), Catarina Amaral (*São Miguel*), Joana Simas (*São Miguel*), Luís Silva (*Graciosa*), Sofia Pacheco (*São Miguel*), Tiago Matos (*São Miguel*), Ana Martins (*Pico*) e Diogo Garcia (*São Miguel*), às quais responderam a Dra. Susana Margarido, o Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*), a Deputada Catarina Furtado (*Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional*) e o Deputado Jorge Costa Pereira (*PSD*).

De seguida, passou-se para o Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante, onde usaram da palavra os Srs. Deputados Dário Fonseca (*São Jorge*), Joana Matos (*São Miguel*), Luís Silva (*Graciosa*), Iara Andrade (*Pico*), Ana Marote e Sofia Pacheco (*São Miguel*), Maria Matos (*São Miguel*), Miguel Moreira (*São Miguel*), Tiago Matos (*São Miguel*), Sara Conceição (*Faial*), Guilherme Macedo (*São Miguel*), Catarina Bettencourt (*São Miguel*), Clementina Costa (*Corvo*) e Júlia Pacheco (*Pico*).

No seguimento das intervenções, usaram da palavra para debate os Srs. Deputados Maria Matos (*São Miguel*), Sara Conceição (*Faial*), Rui Duarte (*Faial*), Manuel Zamora (*São Miguel*), Dário Fonseca (*São Jorge*), Diogo Garcia (*São Miguel*), Guilherme Macedo (*São Miguel*), Tiago Matos (*São Miguel*), Júlia Pacheco (*Pico*), Joana Matos (*São Miguel*) e Tiago Silva (*Faial*) e ainda os Srs. Deputados da ALRAA Catarina Furtado (*CAS*), Luís Garcia (*PSD*), Lúcio Rodrigues (*PS*), bem como a Dra. Susana Margarido.

Na Agenda da Reunião foram apresentadas diversas propostas sobre o tema em debate.

A Escola Básica e Secundária de Velas apresentou uma proposta relativa à **criação de um modelo de intercâmbio de voluntariado entre as ilhas dos Açores.**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Deputado Dário Fonseca, usaram da palavra os Srs. Deputados Andresa Cardoso (*Pico*), Iara Andrade (*Pico*), Rui Duarte (*Faial*), bem como a Sra. Deputada Catarina Furtado (*CAS*) e a Dra. Susana Margarido.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria.

Seguiu-se a apresentação das propostas da Escola Básica e Secundária de Nordeste.

Assim, usaram da palavra as Sras. Deputadas Vanessa Farias, Catarina Amaral e Joana Matos.

No debate, participaram os Srs. Deputados Maria Matos (*São Miguel*), Daniel Silva (*Faial*), Sara Conceição (*Faial*), Dário Fonseca (*São Jorge*) e a Dra. Susana Margarido.

As propostas em apreço – **valorização e divulgação do trabalho voluntário; criação de programas escolares de incentivo ao voluntariado; criação de várias acções de formação, especialização a fim de dar apoio aos profissionais em hospitais e criação do projecto “Ser mais, é ser voluntário”** – foram aprovadas por maioria.

A Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico apresentou como proposta a **criação de um banco de voluntariado nas escolas**.

Após a apresentação feita pela Sra. Deputada Iara Andrade, usou da palavra o Sr. Deputado Manuel Zamora (*São Miguel*), seguindo-se a votação, que registou a aprovação por maioria.

A Escola Secundária Domingos Rebelo apresentou três propostas, as quais também foram aprovadas por maioria, relativas à **criação de um dia em que, anualmente, os jovens de todas as escolas exerçam actividades de voluntariado; incentivar a criação de mais projectos e de movimentos com o intuito de fazer chegar a todos a opinião dos jovens e o desenvolvimento de parcerias entre as empresas e as instituições de voluntariado, com o intuito de valorizar estas acções na vida social e profissional do cidadão**.

A apresentação das propostas coube aos Srs. Deputados Ana Marote, Patrícia Almeida e Henrique Dias, seguindo-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Daniela Rosa (*Pico*), Joana Marques (*São Miguel*), Tiago Matos (*São Miguel*), Dário Fonseca (*São Jorge*) e Flávio Simão (*São Miguel*).

Posteriormente, e pela Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo foram apresentadas duas propostas: **criação de um Banco de Tempo e criação de uma plataforma responsável pela divulgação do Voluntariado nos Açores**.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Tiago Peixoto, a quem coube a apresentação das propostas, Hernâni Silva (*Pico*), Joana Marques (*São Miguel*), Tiago Silva (*Faial*), Diogo Garcia (*Faial*), Maria Matos (*São Miguel*), Dário Fonseca (*São Jorge*), Henrique Dias (*São Miguel*), Tiago Matos (*São Miguel*) e a ainda a Dra. Susana Margarido.

Seguiu-se a apresentação de mais duas propostas, a **criação de um segmento semanal no currículo escolar do primeiro ciclo sobre o Voluntariado e Cidadania Activa** e a **criação de feiras nas localidades e nas escolas**, pela Escola Secundária da Ribeira Grande.

A apresentação das propostas coube à Sra. Deputada Carolina Gonçalves, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Júlia Pacheco (*Pico*), Flávio

Simão (*São Miguel*), Andresa Cardoso (*Pico*), Dário Fonseca (*São Jorge*), Diogo Garcia (*São Miguel*), Tiago Matos (*São Miguel*), Joana Matos (*São Miguel*), bem como a Sra. Deputada Catarina Furtado (*CAS*).

Submetidas à votação as propostas foram aprovadas por maioria.

A Escola Secundária da Lagoa apresentou como medidas **a criação de Bancos de Voluntariado e a divulgação e dinamização nas escolas dos princípios do voluntariado.**

Feita a apresentação das propostas pela Sra. Deputada Joana Simas, usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Sousa (*Pico*) e Tiago Matos (*São Miguel*).

As propostas supracitadas foram aprovadas por maioria.

Aos Srs. Deputados Tiago Silva e Caio Ribeiro coube a apresentação das propostas da Escola Secundária Manuel de Arriaga, que compreendiam a **criação de um programa de voluntariado e a intensificação de campanhas de sensibilização e divulgação**, as quais também foram aprovadas por maioria.

Em seguida, e pela Escola Básica e Secundária da Povoação, mais precisamente pela Sra. Deputada Romina Cardoso, foram apresentadas 6 propostas. A saber:

1ª – Ambiente e Gestão de Resíduos;

2ª - Apoio aos Idosos;

3ª – Informática para todos;

4ª - Passeios e Conhecimento;

5ª - Mais benefícios para os Voluntários;

6ª - Cidadania presente nas Escolas

Submetidas à votação as propostas em apreço foram aprovadas por maioria, com excepção da proposta n.º 5 que foi rejeitada por maioria.

A Escola Secundária Antero de Quental apresentou, como proposta, **a criação de um gabinete não-governamental responsável por todas as corporações de ajuda humanitária, que consiga uma melhor redistribuição e uniformização dos bens angariados por tais associações**, a qual foi rejeitada por maioria.

A apresentação coube ao Sr. Deputado Manuel Zamora, seguindo-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Júlia Pacheco (*Pico*) e Dário Fonseca (*São Jorge*).

Pela Sra. Deputada Catarina Furtado (*CAS*), foi feita uma interpelação à mesa.

A Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, pela voz das Sras. Deputadas Júlia Pacheco e Magda Nazaré, apresentou duas propostas: **a criação de espaços e tempos de voluntariado ambiental e o desenvolvimento nas Escolas um novo paradigma, que englobe uma consciencialização ambiental e simultaneamente uma acção de cidadania.**

Aberto o debate, usou da palavra a Sra. Deputada Sara Conceição (*Faial*). A primeira proposta foi rejeitada por maioria e a segunda foi aprovada por maioria.

A Sra. Deputada Clementina Costa, representante da Escola Secundária Integrada Mouzinho da Silveira, apresentou como proposta a **criação de uma bolsa de voluntariado na Região**.

No debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Simone Rodrigues (*Faial*) e Dário Fonseca (*São Jorge*).

Submetida à votação, a proposta em apreço foi aprovada por maioria.

Antes de terminar os trabalhos, usaram da palavra os Srs. Deputados Lúcio Rodrigues (*PS*), Jorge Costa Pereira (*PSD*), Catarina Furtado (*CAS*) e a Dra. Susana Margarido.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara finda a XII Sessão do Plenário Jovem**.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 19 minutos.

Presidente: Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Vamos iniciar os nossos trabalhos, com a chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL DE ARRIAGA

Simone Rodrigues

Caio Ribeiro

Daniel Silva

Rui Duarte

Sara Conceição

Tiago Silva

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA GRACIOSA

Adriana Margarida Espínola

Beatriz Cardoso Machado

Luís Filipe Medina Silva

Miguel Ângelo Mateus Estorninho

Vítor Hugo Espínola Melo

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA MADALENA

Andresa Cardoso

Daniela Rosa

Iara Andrade

Mónica Soares

Rita Rodrigues

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DAS LAJES DO PICO

Ana Isabel dos Santos Martins

Ana Inês Rodrigues de Proença

Hernâni Carlos Sousa

Júlia Lopes Ávila de Sousa Pacheco

Magda Alexandra da Silva Nazaré

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VELAS

Carolina Ângelo Silva

Dário Eduardo Ávila Fonseca

Daniel Azevedo Silva

David Teodoro Maciel

Luísa Inês Lucas Soares

Vanessa Filipa Azevedo Lopes

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE NORDESTE

Catarina Amaral

Joana Moniz Matos

Vanessa Pestana Farias

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VILA FRANCA DO CAMPO

André Ponte Soares

Maria Carolina da Costa Matos

Tiago José Pimentel Peixoto

ESCOLA SECUNDÁRIA ANTERO DE QUENTAL

Catarina Carreiro Bettencourt

Diogo Paulo Moniz Garcia

Manuel Valencia Zamora

Margarida Banha Diogo Estrela

ESCOLA SECUNDÁRIA DE LAGOA

Joana Maria Sousa Simas

Max Luís Pedro Moniz

Sara Catarina Pacheco Coelho

Tiago Filipe Almeida Matos

ESCOLA SECUNDÁRIA DE RIBEIRA GRANDE

Cristina Isabel Botelho Simão

Carolina Isabel Pimentel Gonçalves

Miguel Correia Moreira

Flávio Miguel Teixeira Simão

ESCOLA SECUNDÁRIA DOMINGOS REBELO

Ana Luísa Ferreira Marote

Henrique Nunes Cabral Torres Dias

Patrícia de Lurdes Silva Almeida

Sofia Oliveira Pacheco

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA POVOAÇÃO

Ana Margarida Viveiros Ferreira

Guilherme Filipe Furtado Macedo

Romina Paula Pimentel Medeiros Cardoso

ESCOLA BÁSICA E INTEGRADA MOUZINHO DA SILVEIRA

Clementina Costa

Presidente: Estão presentes 53 Srs. Deputados. Temos quórum, pode entrar o público. Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Dou a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Dr. Francisco Coelho, para proceder à abertura da XII Sessão do Plenário Jovem.

***Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores** (*Deputado Francisco Coelho*): Srs. Deputados da Assembleia Legislativa, Sra. Dra. Presidente da Comissão de Voluntariado da Região Autónoma dos Açores, Mesa e Sras. e Srs. Deputados do XII Plenário Jovem:

É com muita alegria que vos dou as boas vindas a esta sala, sala que é, em regra, o coração do debate da democracia e da autonomia nos Açores.

É com muito gosto, e diria mesmo que é uma aposta ganha, que esta Assembleia, de há doze anos a esta parte, organiza este Plenário Jovem. Visa-se com isso, e tem-se conseguido, que haja por parte dos nossos jovens e dos alunos das nossas escolas secundárias a possibilidade de terem uma experiência prática no local próprio daquilo que é, o mais aproximadamente possível, o funcionamento de um dia do nosso Plenário, do Plenário desta Assembleia Legislativa. Com isto, com certeza, as pessoas ficam com um conhecimento mais real, mais concreto, daquilo que é a experiência, daquilo que são as regras – porque a democracia tem necessariamente regras, que não são uma mera questão de formalidade, mas que visam garantir valores e direitos – de funcionamento, de quais são as dificuldades, de qual é a responsabilidade de propor acções e medidas concretas e de ver a sua viabilidade.

De resto, também essa participação no Plenário Jovem, quer a participação na vida política activa – e isso era fundamental, gostava que ficassem com essa ideia –, acaba por ter muito a ver com aquilo que é o tema principal que escolheram para este debate, ou seja, o voluntariado e a cidadania activa. A participação na política, em qualquer dos lados em que essa participação seja feita, mas também no sentido da política mais activa, é, com certeza, uma forma nobre de cidadania, é um acto voluntário de cidadania, que é necessário. A democracia deve ser – e a autonomia, como democracia – um lugar onde todos têm o direito e o dever de participar. E participar também tem de ser dar um compromisso, participar activamente,

assumir determinado tipo de cargos e posições por vontade do povo e fazer o melhor possível a bem da comunidade.

Nós gostamos de pensar, e estamos convencidos disso, que nesta casa estão açorianos comuns, açorianos tão bons, com as mesmas virtudes e com os mesmos defeitos que os restantes, e que esta casa é acessível, por via da democracia, a qualquer açoriano. Tal como vós, através das regras específicas do Plenário Jovem, haveis chegado aqui, nós também acreditamos que a nossa autonomia e o nosso sistema democrático são abertos e permitem às pessoas, sem quaisquer requisitos especiais, como deve existir numa democracia, além da vontade, da honestidade e da participação, chegar aqui e dar um contributo deste lado. Vão, com certeza, aprender melhor algumas dessas regras.

Gostava de vos informar que este Parlamento, por razões da nossa geografia e à semelhança da composição de hoje, tem a representação adequada de todas as ilhas, de acordo com o sistema eleitoral democrático e proporcional. Além de todas as ilhas, tem agora um círculo especial, que visa exactamente tornar essa proporcionalidade mais perfeita. É aqui que, de forma acalorada mas democrática, se discutem, se propõem, ao nível político, e se fiscalizam os actos do Governo, e se propõem e se fazem as leis, que é das principais competências deste Parlamento, como é regra em qualquer parlamento. Fazer leis, fiscalizar e acompanhar a acção dos executivos, os governos, são as principais funções deste Parlamento.

Tenho a certeza de que esta experiência, e tudo faremos para isso, será importante e gratificante para vós. Será, também, um acto de cidadania importante. Desejo sinceramente e tenho a certeza que os vossos trabalhos vão decorrer da melhor forma, vão decorrer de forma participada, interessada, “propositiva” e positiva. E, por isso mesmo, desejo-vos a maior sorte para os trabalhos e para que o dia de hoje seja um dia importante, para vós e também para nós, que ficaremos atentos às vossas ideias, aos vossos anseios e às vossas propostas.

Muito obrigado e bom trabalho.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Obrigado, Sr. Presidente, pelas suas amáveis palavras.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados:

Vamos dar início ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Deram entrada na Mesa diversos votos de congratulação, de louvor e de protesto. Uma vez que deram entrada vários votos de congratulação abordando o nosso tema, a realização do XII Plenário Jovem, vamos proceder à sua apresentação, seguida de debate e posterior votação.

Para tal, tem a palavra a Sra. Deputada Vanessa Farias, da Escola Básica e Secundária do Nordeste.

Deputada Vanessa Farias (*São Miguel*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmos. Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de congratulação

Em nome da Escola Básica e Secundária do Nordeste, queremos propor um voto de congratulação pela realização do XII Plenário Jovem e pela oportunidade que nos foi concedida, tanto a nós como aos nossos colegas, de conhecer a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e de aqui expressar as nossas ideias e opiniões sobre o importante e premente tema que se encontra em debate – “Voluntariado e Cidadania Activa na Região Autónoma dos Açores”.

Obrigada.

Presidente: Agora tem a palavra a Sra. Deputada Adriana Espínola, da Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Deputada Adriana Espínola (*Graciosa*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exmos. Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de Congratulação

Em nome da Escola Básica e Secundária da Graciosa, queremos propor um voto de congratulação pela realização da XII Sessão do Plenário Jovem e a oportunidade que nos foi concedida de visitar a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e de conhecer outros jovens, tendo a possibilidade de trocar ideias, opiniões, questões e preocupações.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Daniela Rosa, representante da Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico, para fazer a apresentação do voto.

Deputada Daniela Rosa (*Pico*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores; Exmos. Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de congratulação

Em nome da Escola Cardeal Costa Nunes, queremos propor um voto de congratulação pela realização do XII Plenário Jovem e pela oportunidade que nos foi concedida, tanto a nós como aos nossos colegas, de conhecer a

Assembleia Legislativa Regional dos Açores e de expressar as nossas ideias e opiniões sobre o tema em debate.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Moreira, representante da Escola Secundária da Ribeira Grande, para fazer a apresentação do voto.

Deputado Miguel Moreira (*São Miguel*): Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Caríssima Mesa, Caros Colegas Deputados:

Voto de congratulação

Em nome da Escola Secundária da Ribeira Grande, propomos um voto de congratulação pela realização da XII Sessão do Plenário Jovem.

Estamos conscientes da importância que esta actividade assume, na medida em que não só nos proporciona o conhecimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, mas também permite a interacção entre jovens, o expor e o defender de ideias, o desenvolvimento do espírito crítico e o debater de assuntos tão relevantes como o que hoje vai estar em foco.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Max Moniz, representante da Escola Secundária de Lagoa, para fazer a apresentação do voto.

Deputado Max Moniz (*São Miguel*): Exmos. Senhores Presidente e Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Dr.^a Susana Margarido, Representante do Governo Regional dos Açores no Concelho Nacional para a Promoção do Voluntariado, Exmo. Sr. Director Regional da Juventude, Caros Deputadas e Deputados ao XII Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidados:

Voto de Congratulação

Em nome a Escola Secundária de Lagoa, propomos hoje um voto de congratulação pela realização deste XII Plenário Jovem. Durante este dia teremos a oportunidade de nos conhecermos melhor, de conhecermos a realidade das ilhas de onde vimos e de debater um tema de grande importância.

Bem hajam.

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Simone Rodrigues, representante da Escola Secundária Manuel de Arriaga, para fazer a apresentação do voto.

Deputada Simone Rodrigues (*Faial*): Exmo. Senhor Presidente e restante Mesa; Exmos. Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

Voto de Congratulação

Considerando que a cidadania activa é uma mais valia na formação pessoal e social dos jovens,

Considerando que é fundamental que o jovem compreenda que pode ter influência e que pode marcar a diferença na comunidade em que se insere, Propomos um voto de congratulação pela realização do Plenário Jovem, que tem vindo a proporcionar aos jovens dos Açores a possibilidade de poderem debater assuntos tão pertinentes como o desta edição no espaço mais importante da autonomia açoriana, esta Assembleia Legislativa Regional.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Margarida Estrela, representante da Escola Secundária Antero de Quental, para fazer a apresentação do voto.

Deputada Margarida Estrela (São Miguel): Exmo. Senhor Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Exma. Senhora Dra. Susana Margarido, Representante do Governo Regional dos Açores no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado; Exmo. Senhor Director Regional da Juventude; Caros Deputados à XII Sessão do Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas:

Voto de Congratulação

A Escola Secundária Antero de Quental gostaria de propor um voto de congratulação à XII Sessão do Plenário Jovem, uma vez que constitui uma forma de cidadania activa por parte da comunidade jovem, possibilitando assim a sua participação na vida pública, de modo a defenderem e exporem os direitos e interesses da sua freguesia, do seu concelho, da sua ilha ou mesmo da sua região.

Bem hajam.

Presidente: Apresentados os votos, está aberto o período de inscrições para debate.

Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com os votos apresentados façam o favor de se manter como se encontram.

Secretária: Os Votos de Congratulação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Voto de Congratulação apresentado pela Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Soares.

Deputado André Soares (*São Miguel*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Congratulação

Congratulamo-nos com a realização desta iniciativa, associando-nos à celebração do **Ano Europeu do Voluntariado**. Consideramos que faz todo o sentido falar de voluntariado quando no ano anterior foi abordado o tema **Pobreza e Exclusão Social**.

Atendendo ao momento de crise económica em que vivemos, com a entrada do **FMI** no nosso país, surgirão novas e muitas dificuldades, atingindo principalmente as pessoas mais desfavorecidas, exigindo assim uma maior **solidariedade** entre todos.

Queremos agradecer às diversas instituições que conosco colaboraram na recolha de informação, relativa à actividade do Voluntariado no nosso Concelho, com especial destaque para os **LIONS**, que nos proporcionaram uma experiência directa, de tal modo gratificante que esperamos poder repetir brevemente.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o período de debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação apresentado pela Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado, com 43 votos a favor, 4 votos contra e 2 abstenções.

Presidente: Passamos ao Voto de Congratulação apresentado pela Escola Básica e Secundária do Nordeste, pela celebração do Ano Europeu do Voluntariado e Cidadania activa.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Amaral.

Deputada Catarina Amaral (*São Miguel*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmos. Convidados, Exmos. Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de congratulação

Tendo em conta os tempos conturbados que estamos a viver e que não nos deixam indiferentes, exigindo cada vez mais de todos nós um crescente altruísmo e participação activa na sociedade, temos vindo a notar, cada vez mais, o empenho do Governo Regional em relação ao tema que iremos

debater hoje, pelo que queremos propor um voto de congratulação pela celebração do Ano Europeu do Voluntariado e Cidadania Activa e por todas as iniciativas desenvolvidas no seu âmbito.

Obrigada.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação apresentado pela Escola Básica e Secundária do Nordeste façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado, com 47 votos a favor e 3 abstenções.

Presidente: Passamos ao Voto de Congratulação apresentado pela Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico, pelo tema em debate na edição deste Plenário Jovem.

Tem a palavra a Sra. Deputada Rita Rodrigues.

Deputada Rita Rodrigues (Pico): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores; Exmos. Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de congratulação

Em nome da Escola Cardeal Costa Nunes, queremos propor um voto de congratulação pela escolha do tema Voluntariado e cidadania activa na Região Autónoma dos Açores, um tema muito actual perante a crise que enfrentamos, ainda mais no contexto da nossa geração, conhecida como geração à rasca.

Muito obrigada e um bem haja a todos.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação apresentado pela Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico façam o favor de se manter como se encontram.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Voto de Congratulação apresentado pela Escola Básica e Secundária da Graciosa, pela atribuição do Prémio Pritzker ao português Eduardo Souto Moura.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Estorninho.

Deputado Miguel Estorninho (Graciosa): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exmos. Senhores

Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de Congratulação

Tendo em consideração a importância e valor do Prémio Pritzker para a Arquitectura no que respeita à divulgação das obras e o país de origem dos seus laureados, propomos um voto de congratulação pela atribuição do Prémio Pritzker para a Arquitectura ao português Eduardo Souto de Moura, laureado para 2011.

Obrigado.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado, com 37 votos a favor e 13 abstenções.

Presidente: Passamos ao Voto de Congratulação apresentado pela Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico, relativo à conquista da taça de Portugal em Voleibol.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andresa Cardoso.

Deputada Andresa Cardoso (Pico): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores; Exmos. Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de Congratulação

Em nome da Escola Cardeal Costa Nunes, queremos propor um voto de congratulação pela conquista da taça de Portugal em Voleibol pela formação feminina do clube Ribeirense do Pico.

Obrigada.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado, com 23 votos a favor, 8 votos contra e 16 abstenções.

Presidente: Passamos ao Voto de Congratulação apresentado pela Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, relativo à conquista da taça de Portugal e do Campeonato Nacional em Voleibol pelo Ribeirense.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Sousa.

***Deputado Hernâni Sousa (Pico):** Exmo. Senhor Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exmos. Senhores Representantes dos Partidos Políticos; Exma. Senhora Dra. Susana Margarido; Exmos. Senhores Deputados e Convidados, Exmo. Público:

Voto de Congratulação

Em nome da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, queremos prestar um voto de congratulação pelo Clube Desportivo Ribeirense ter ganho a taça de Portugal e do Campeonato da divisão A-1 feminina, feito que nenhuma equipa açoriana tinha alcançado. Este clube nasceu em 1976 e tem elevado o bom nome da Freguesia das Ribeiras, localizada no Concelho das Lajes do Pico.

Obrigado e bem hajam.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado, com 22 votos a favor, 4 votos contra e 20 abstenções.

Presidente: Segue-se mais um Voto de Congratulação, apresentado pela Escola Secundária Antero de Quental, pela realização da manifestação intitulada “Geração à Rasca”.

Tem a palavra a Sra. Deputada Margarida Estrela.

Deputada Margarida Estrela (São Miguel): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Exma. Senhora Dra. Susana Margarido, Representante do Governo Regional dos Açores no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado; Caros Deputados à XII Edição do Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas:

Voto de Congratulação

A Escola Secundária Antero de Quental, com o intuito de incentivar a população portuguesa a reivindicar os seus direitos de cidadania, propõe um voto de congratulação pela realização da manifestação intitulada

“Geração à Rasca”, na qual estiveram presentes cerca de 500 mil pessoas, e à plataforma que visa a criação de uma colectânea de reivindicações e a promoção de outras iniciativas de protesto, em conjunto com outras estruturas de apoio que possam vir a ser criadas um pouco por todo o país. Foi uma demonstração clara e inequívoca da democracia, da vontade daqueles que se opõem à deterioração das condições de trabalho e ao desmantelamento dos direitos sociais.

Obrigada.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado, com 43 votos a favor, 4 votos contra e 2 abstenções.

Presidente: Segue-se mais um Voto de Congratulação, apresentado pela Escola Secundária Domingos Rebelo, pela realização do Concurso Nacional das Profissões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Dias.

***Deputado Henrique Dias (São Miguel):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados:

Gostaria, desde já, de desejar um bom dia a todos os presentes.

Voto de congratulação

O voto escolhido pela Escola Secundária Domingos Rebelo foi um voto de congratulação pelo Concurso Nacional das Profissões, que decorreu na nossa região, mais propriamente em São Miguel, e teve uma duração de três dias. Achamos que estas iniciativas são muito importantes, uma vez que existe uma troca de ideias e técnicas que torna os intervenientes neste concurso mais competitivos e qualificados para o mercado de trabalho.

Obrigado.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado, com 36 votos a favor e 14 abstenções.

Presidente: Passamos aos votos de Louvor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Garcia, da Escola Secundária Antero de Quental, para apresentar o voto de Louvor relativo ao Projecto *LIFE Priolo*.

Deputado Diogo Garcia (São Miguel): Exmo. Senhor Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Exma. Senhora Dra. Susana Margarido, Representante do Governo Regional dos Açores no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado; Exmo. Senhor Director Regional da Juventude; Caros Deputados ao XII Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas:

Voto de Louvor

A Escola Secundária Antero de Quental, numa tentativa de apoiar e divulgar iniciativas que contribuam para a preservação do património ambiental da Região Autónoma dos Açores, propõe um voto de louvor para o Projecto *LIFE Priolo*, uma iniciativa que visa a recuperação do habitat natural e a conservação desta espécie em vias de extinção, através da replantação de espécies autóctones e de acções de educação ambiental. Muitos dos objectivos conseguidos até este momento têm resultado de inúmeros e importantes donativos e ajudas de voluntários, constituindo assim uma forma de voluntariado e cidadania da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de louvor façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Louvor foi aprovado, com 45 votos a favor e 5 abstenções.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Simão, da Escola Secundária da Ribeira Grande, para apresentar o voto de Louvor relativo ao pedido de ajuda externa de Portugal.

Deputado Flávio Simão (São Miguel): Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, Caríssima Mesa, Caríssimos Colegas Deputados, Caríssimo Público:

Voto de Louvor

Portugal, como é sabido, atravessa um grave período de instabilidade, principalmente económica. As várias estratégias implementadas ao longo dos últimos meses não foram suficientes para resgatar o país da crise.

É certo que graves problemas sociais e económicos surgirão em consequência das medidas de austeridade que serão implementadas, mas estamos convictos de que só medidas drásticas poderão ajudar Portugal a voltar a ser competitivo e a satisfazer as necessidades de um mundo em constante mudança.

Por conseguinte, queremos propor um voto de louvor pelo pedido de ajuda ao FMI, tendo consciência que era um recurso inevitável e importante para conduzir o país no caminho de um novo período de grandeza entre os seus pares da União Europeia.

Obrigado.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de louvor façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Louvor foi aprovado, com 17 votos a favor, 6 votos contra e 27 abstenções.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Margarida Estrela, da Escola Secundária Antero de Quental, para apresentar o voto de louvor relativo à Campanha *Direito à Alimentação*.

Deputada Margarida Estrela (São Miguel): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Exma. Senhora Dra. Susana Margarido, Representante do Governo Regional dos Açores no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado; Caros Deputados ao XII Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas:

Voto de Louvor

Como é do conhecimento geral, tanto em Portugal como nos restantes países do mundo, faz-se sentir uma grave crise económica. Em consequência desta época de carências, nem todas os indivíduos têm as mesmas possibilidades a nível financeiro, não tendo, muitas vezes, o suficiente para que lhes seja possível realizar todas as refeições devidamente.

Deste modo, a Escola Secundária Antero de Quental gostaria de propor um voto de louvor à Campanha *Direito à Alimentação*, lançada pela Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), na qual os restaurantes disponibilizam refeições gratuitas às pessoas mais carenciadas.

Bem hajam.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos então passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de louvor façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Louvor foi aprovado, com 41 votos a favor e 9 abstenções.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sara Coelho, da Escola Secundária de Lagoa, para apresentar o voto de Louvor relativo à Declaração de Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (2000) da ONU.

Deputada Sara Coelho (São Miguel): Muito bom dia a todos.

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Dr.^a Susana Margarido, Representante do Governo Regional dos Açores no Concelho Nacional para a Promoção do Voluntariado; Caros Deputadas e Deputados ao XII Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidados:

Voto de Louvor

Gostaríamos de apresentar um voto de louvor à Organização das Nações Unidas, pelo facto de na Declaração de Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (2000) ter definido um conjunto de metas concretas para alcançar até 2015, que procura incentivar e valorizar o voluntariado a nível global.

Obrigada.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de louvor façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Louvor foi aprovado, com 23 votos a favor e 26 abstenções.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Garcia, da Escola Secundária Antero de Quental, para apresentar o voto de Louvor a todos aqueles que têm auxiliado o Japão e a sua população.

Deputado Diogo Garcia (São Miguel): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Exma. Senhora Dra. Susana Margarido, Representante do Governo Regional dos Açores no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado; Caros Deputados ao XII Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas:

Voto de Louvor

É do conhecimento geral que a catástrofe natural e o consequente cataclismo nuclear ocorridos no Japão têm levado a que milhões de pessoas, governos e entidades financeiras prestem auxílio. Assim sendo, a Escola Secundária Antero de Quental propõe um voto de louvor a todos aqueles (pessoas, entidades financeiras e governos) que, de uma maneira ou outra, têm ajudado a população japonesa e o País em geral.

Bem hajam.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de louvor façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Louvor foi aprovado, com 40 votos a favor, 2 votos contra e 8 abstenções.

Presidente: Temos de seguida um voto de protesto apresentado pela Escola Secundária Antero de Quental. Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Garcia para apresentar o Voto de Protesto.

Deputado Diogo Garcia (São Miguel): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Exma. Senhora Dra. Susana Margarido, Representante do Governo Regional dos Açores no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado; Caros Deputados ao XII Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas:

Voto de Protesto

A Escola Secundária Antero de Quental gostaria de apresentar um voto de protesto pela realização do evento As 7 Maravilhas Naturais de Portugal e pelo posterior e, quem sabe, consequente corte no orçamento do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, efectuado pelo Governo dos Açores, na medida em que constitui um perfeito exemplo de falta de cidadania e até de um profundo egoísmo por parte dos órgãos governamentais, já que, num cenário de crise, foram gastos cerca de 2 milhões de euros num acontecimento que, não obstante a sua eventual importância e beleza, se apresenta como estritamente dispensável. Certamente seria muitíssimo mais adequada a utilização dessa verba para atenuar o já referido corte, que põe em causa a saúde e integridade física de muitos cidadãos.

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Protesto façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Protesto foi aprovado, com 26 votos a favor, 14 votos contra e 9 abstenções.

Presidente: Terminada a apresentação dos votos, tem a palavra a Dra. Susana Margarido, Representante do Governo Regional dos Açores no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, para apresentar o tema “Voluntariado e Cidadania Activa na RAA”.

***Dra. Susana Margarido:** Muito bom dia a todos e a todas, Exmos. Senhores Deputados Regionais, Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Exmos. Convidados e Convidadas:

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite que me foi endereçado pela Assembleia Legislativa Regional para estar hoje aqui presente.

Em segundo lugar, explicar-lhes, embora a maior parte já saiba, por que aqui estou: sou a Representante do Governo dos Açores no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado. O Conselho Nacional é composto por representantes de diversas entidades, nomeadamente de todos os ministérios, de várias instituições particulares de Solidariedade Social, de ONG e também de algumas empresas, como é o caso da PT. O objectivo desse conselho é precisamente a promoção do voluntariado e a divulgação de boas práticas.

Muitas coisas já foram aqui ditas, nomeadamente pelo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional. Presumo que devem ter feito uma exaustiva investigação sobre o que é o voluntariado, por isso é que aqui estão, para debatê-lo. Vi as vossas propostas e achei-as o máximo. Portanto, oxalá que sejam todas aprovadas. Algumas, uma ou duas, não poderão ser, por diversos motivos. As outras, de facto, têm razões para ser aprovadas. Fiquei mesmo muito sensibilizada, porque notei que estão, passe a redundância, muito sensibilizados para esta questão.

Estão sensibilizados para as questões dos idosos. Estão sensibilizados para a questão, que é extremamente pertinente, da divulgação do que é o voluntariado. A sensibilização das pessoas para praticarem voluntariado, e das empresas, para também abrirem as suas portas ao voluntariado. Para que haja pessoas que possam praticar voluntariado, é necessário que também haja instituições que queiram participar e receber essas pessoas. Uma das grandes dificuldades que temos tido nesta região é precisamente essa. É que, apesar de haver algumas pessoas que se querem inscrever como voluntárias, temos muito poucas instituições abertas para receber

voluntários. Estão a dizer que sim, porque, provavelmente, se calhar, até já tentaram fazer voluntariado e não conseguiram.

Pode parecer, à partida, difícil de entender o porquê disto porque, afinal de contas, como sabem, o voluntariado é um trabalho não remunerado, embora seja um compromisso. Portanto, uma pessoa que se candidata a voluntária tem as mesmas obrigações, em termos de horários e de responsabilidade, que um trabalhador qualquer, apenas não é remunerado por isso. E não se percebe por que é que as instituições não querem receber essas pessoas.

Se fizermos uma análise do assunto, uma introspectiva, digamos assim, porque não há dados concretos sobre isso, obviamente que as instituições não vão dizer porquê. Será um pouco para os voluntários não meterem o nariz dentro das instituições e não verem aquilo que, eventualmente, de negativo se possa passar dentro delas. Porque uma coisa que sabemos é que, por exemplo, a nível de lares de idosos, há imensa falta de pessoal. As próprias instituições queixam-se de que não têm pessoal para trabalhar, pedem sistematicamente apoios para entrarem mais pessoas para os lares de idosos. E, no entanto, nós vamos lá dizer que queremos ser voluntários e eles não nos querem. Portanto, há aqui qualquer coisa que parece não bater certo.

Vi muitas propostas aqui para ajuda aos idosos. É extremamente importante que essa ajuda seja feita e poderão fazê-la a nível local, junto de diversas instituições, juntas de freguesia, porque há muitos idosos que vivem num sistema de solidão. Aquilo que nós vimos recentemente na televisão, relativamente a idosos que aparecem mortos há vários anos em casa, por acaso nos Açores isso nunca aconteceu, mas é a maior prova de quanto os idosos estão sozinhos.

Vejo aqui propostas como o chá das cinco com os idosos e acho isso encantador. Porque, de facto, se um idoso pudesse receber alguém para tomar o chá das cinco, nem que fosse duas ou três vezes por semana, ou alguém que lhe fosse ler o jornal, porque ele já não vê para ler o jornal e nem terá dinheiro para o comprar, eventualmente, que lhe vá ler um romance e ele ficará sempre na expectativa de ver a continuidade daquele romance, são pequenas acções de voluntariado que são extremamente importantes. Mas, como veremos à frente, na minha apresentação, terão de ter um carácter rígido. Isto é, não podemos dizer ao idoso que às segundas, quartas e sextas vamos lá a casa e depois não aparecemos, temos mesmo de ir.

Começando por uma definição do que é o voluntariado, segundo a Lei n.º 71/98, “é o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas”. Portanto, as empresas, diversas instituições de solidariedade

social e ONG podem desenvolver voluntariado, podem ser angariadoras de voluntários. “Não são abrangidas pela presente lei as actuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado”. Portanto, ir a casa do idoso uma vez não é propriamente voluntariado. É um acto de caridade, sim senhor, e acho muito bem que o façam, mas não é considerado voluntariado. Ou “sejam determinadas por razões familiares”, portanto, dar o apoio ao avô ou à avó não é considerado voluntariado.

O voluntariado está ao serviço das pessoas, das famílias e das comunidades, contribuindo, obviamente, para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações. Em todas as situações que se pratique voluntariado, o objectivo é sempre este: a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar. Portanto, seja a nível do ambiente, seja trabalho feito com animais, trabalho feito com crianças, com idosos, é sempre com o objectivo de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar. Traduz-se num conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada e expressando esse trabalho voluntário. E desenvolve-se através de projectos e programas de entidades públicas e privadas com condições para integrar voluntários envolvendo as entidades promotoras.

Portanto, projectos: aqui está uma questão extremamente importante. Eu também vi alguns projectos que apresentaram e que podem, de facto, ser projectos excepcionais. Agora, pensem numa coisa: não é só apresentar os projectos, têm de os levar para a frente. Porque as ideias que vi são tão interessantes que será uma pena se ficarem perdidas quando sairmos daqui. De facto as escolas, as próprias escolas, podem ser bancos de voluntários. Nós nos Açores não temos um único banco de voluntários. Temos uma agência promotora do voluntariado, sedeadada no Instituto de Acção Social, que não está muito activa, exactamente pela falta de adesão das instituições, inclusive porque também muitas pessoas acabam por desistir, pois vêem que não são colocadas. Às vezes até telefonam e dizem: “Mas nem para trabalhar de graça me querem?” Portanto, é a tal resistência das instituições, que faz com que essa agência também esteja mais ou menos parada. Bancos de voluntários não existem.

Os bancos de voluntários podem ser formados por instituições particulares, por uma escola, por uma junta de freguesia. Portanto, vocês aqui estão, isto também está um pouco nas vossas mãos, uma vez que estão tão sensibilizados para esta questão. É muito importante criar bancos de voluntariado nos Açores. Não há nenhum e, de facto, faz-nos pensar. Em Portugal continental, nas freguesias mais pequeninas já aparecem bancos de voluntariado, às vezes associados a câmaras municipais, ou a juntas de freguesia. Nós, nas nossas nove ilhas, não temos um único banco de voluntários. É claro que temos várias instituições, e vamos ver à frente, que praticam voluntariado, que recebem as pessoas, mas não são um banco de

voluntariado. São ligas de amigos de hospitais, são bombeiros, não são bancos de voluntariado.

O voluntariado é um compromisso não remunerado, uma acção concreta e continuada. Não pode ser um acto isolado, como há pouco referi. É uma tomada de consciência das desigualdades e das diferenças da sociedade, que enriquece e aprofunda os valores de cada um, conduzindo-os a uma participação. Em suma, o voluntariado é uma forma de estar. Nessa questão do não remunerado também vamos ver que não pode haver mesmo nenhuma benesse no voluntariado.

Reparei que numa das propostas havia uma hipótese de no IRS e no IRC haver descontos. Isso seria uma forma de levar as pessoas a fazerem um voluntariado não verdadeiramente voluntário, digamos assim. Seria um voluntariado com segundas intenções, que seria a intenção de lhes baixarem o IRS, e o voluntariado não pode ter segundas intenções. Até mesmo, às vezes, os jovens, quando se inscrevem no voluntariado, dizem: “Vou inscrever-me para fazer currículo”. Atenção, no voluntariado, se estiverem um ano, ou dois, ou três, a fazer voluntariado numa instituição, têm direito, obviamente, a receber um certificado em como o fizeram, mas se essa instituição tiver consciência, ela não vos dará esse trabalho para o vosso currículo. Portanto, o voluntariado tem de ser completamente desinteressado. É claro que, depois, no fim, a pessoa tem direito ao seu certificado, mas não foi pelo certificado que foi fazer voluntariado.

A pessoa também tem direito a um seguro. Muitas pessoas não sabem, mas todas as instituições que aceitam voluntários obrigatoriamente têm de fazer um seguro de vida a esses voluntários. A pessoa só terá direito àquele seguro de vida se, eventualmente, lhe acontecer alguma coisa durante o momento em que está prestando o voluntariado.

A pessoa, também, pelo facto de ser voluntária, não tem de gastar dinheiro seu. Isto é, caso tenha de se deslocar, de autocarro ou de outra coisa qualquer, será a instituição promotora daquele voluntariado que terá de pagar essas despesas. Inclusive, algum almoço que o voluntário possa ter de fazer fora. Mas isso é para que o voluntário não seja prejudicado, não tenha de pagar, da sua algibeira, essas despesas. Não é uma remuneração e, portanto, não é nenhuma mais valia. O voluntário, no fundo, a única mais valia que deverá receber pelo seu trabalho é o prazer de ser voluntário, o prazer de estar a ajudar as pessoas. Acima de tudo, o voluntariado é uma decisão livre e voluntária, apoiada em motivações e opções pessoais. A motivação tem de ser mesmo pessoal.

Portanto, o voluntário é aquele que, pelo seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem qualquer remuneração, a diversas actividades de bem estar social ou outros campos de intervenção. Actuar como voluntário é ter por ideal o bem fazer, que assenta numa relação de solidariedade, traduzida em liberdade, igualdade e pluralismo, no exercício de uma cidadania activa.

Nos princípios do voluntariado, conforme a Lei n.º 71/98, o “voluntariado como expressão do exercício livre de uma cidadania activa e solidária” obedece a determinados princípios, e estes princípios são:

A solidariedade, que responsabiliza todos os cidadãos pela realização dos objectivos do voluntário. Temos de ser responsáveis por aquilo que fazemos. Temos de praticar o voluntariado como se aquilo, naquele momento, fosse a nossa profissão, com responsabilidade, com empenho, com dedicação. Portanto, a pessoa não pode ir para ali só porque vai, para ocupar tempo. Uma das coisas que às vezes acontece, e quando eu estive na Agência do Voluntariado aconteceu-me duas ou três vezes, é: “Eu venho aqui porque o meu psiquiatra me mandou”. O voluntariado não é propriamente para curar problemas psiquiátricos. A pessoa está a sentir-se sozinha, decide ir fazer voluntariado e não está minimamente motivada para aquilo. Isto é, a pessoa, ou a instituição, que é alvo de voluntariado está a servir-lhe de cura. Isso não pode ser assim, o voluntariado não é para curar depressões.

É claro que as pessoas que estão desocupadas, ou uma pessoa que já esteja reformada, têm mais tempo para praticar voluntariado. Mas devem fazê-lo sem estarem a pensar: “Olha, vou para ali porque me faz bem”. Não, a pessoa tem de pensar: “Vou para ali para fazer bens aos outros”. Se dali advier bem para si também, óptimo. Mas não é a pensar no nosso bem que temos de fazer voluntariado.

Há muitas formas de fazer voluntariado, muito subtis, até. Por exemplo, ser dador de sangue é uma forma de fazer voluntariado. As pessoas, às vezes, nem sequer pensam nisso, dador de sangue. Nos casos dos homens, pode-se dar sangue de três em três meses; no caso das senhoras, pode-se dar sangue de quatro em quatro meses. Portanto, é uma forma de fazermos voluntariado. Temos um cartãozinho e estamos a dar sangue para pessoas que precisam. Claro que não pode ser dar sangue uma vez de dez em dez anos, porque aí já passa a ser um acto esporádico. Dar sangue não custa, em termos de não fazer mal à nossa saúde. Portanto, podemos mesmo, no caso das senhoras, ir dar sangue de quatro em quatro meses; ou, se quisermos, de seis em seis, e estamos a fazer voluntariado, estamos a beneficiar pessoas de uma forma que não custa nada, é meia hora e é mais uma forma de se ser voluntário.

A participação, um outro princípio do voluntariado, “implica a intervenção das organizações representativas do voluntariado em matérias respeitantes aos domínios em que os voluntários desenvolvem o seu trabalho”. Como vos disse, o voluntariado tem de ser exercido em instituições, muitas vezes ou a maior parte das vezes, e elas são responsáveis por tudo aquilo que o voluntário faz, mas também têm de o motivar e de lhe dar condições para isso. Não se pode fazer voluntariado sem que essas instituições, por exemplo, criem as condições para que se faça voluntariado. Portanto,

competem-lhe também, isso é um trabalho entre o voluntariado e a instituição promotora e tem de ser um trabalho como deve ser. Tanto da parte do voluntariado, que tem de se dedicar, como da parte da instituição promotora, que tem de lhe dar condições para isso.

Outro princípio, que é a cooperação, “envolve a possibilidade de as organizações promotoras e as organizações representativas do voluntariado estabelecerem relações e programas de acção concertada”.

No voluntariado, a complementaridade “não deve substituir os recursos humanos considerados necessários à prossecução das actividades”. Há muitas instituições que se aproveitam dos voluntários. É preciso ter isso em atenção e o próprio voluntário, se se aperceber disso, deve denunciá-lo. Muitas vezes, não se admite pessoal, porque o pessoal tem de ser pago, os trabalhadores têm de ser pagos, e requisita-se voluntários. Então, é uma forma de, de facto, a empresa não ter despesas. Tem lá mão-de-obra gratuita, por que há-de contratar pessoas? Em hipótese alguma um voluntário pode substituir um trabalhador. Uma coisa é ir lá e ajudar, inclusive o próprio trabalhador que está assoberbado de trabalho, outra coisa é despedirem o trabalhador e porem um voluntário, porque assim, obviamente, sai muito mais barato, só têm de pagar o seguro de vida.

Como já perceberam, “o voluntário não é remunerado, nem pode receber subvenções ou donativos, pelo exercício do seu trabalho voluntário”, do seu voluntariado. Não pode haver, em hipótese alguma, qualquer pagamento, nem qualquer prémio, nada. Só tem mesmo direito ao cartão de voluntário, para se identificar; e a uma caderneta, onde ficarão registadas as actividades que fará, isso a nível do conselho nacional, que é quem passa esses documentos.

Portanto, “o voluntário é responsável pelo exercício da actividade que se comprometeu realizar, dadas as expectativas criadas aos destinatários do trabalho voluntário”. Sejam crianças, sejam idosos, até sejam animais, se estão à vossa espera, têm de aparecer mesmo. Não se pode deixar o idoso à espera do chá das cinco e não aparecer. Nem se pode deixar a criança à espera da explicação de matemática e não aparecer. Portanto, é extremamente importante. Até no nosso trabalho temos percalços e não podemos aparecer, obviamente que avisamos e compensamos. Se aquele senhor não puder tomar o chá das cinco naquele dia, pois há de tomar no dia seguinte. Tem de ser avisado: “O voluntário não vai estar consigo nesse dia, porque teve de ir ao médico, ou porque está doente, mas irá no dia seguinte, ou será substituído por outro voluntário”. Não se pode deixar as pessoas, de forma alguma, na expectativa de as ajudarmos e, depois, não aparecermos.

Outro princípio é a convergência, portanto, “a harmonização da acção do voluntário com a cultura e objectivos institucionais da entidade promotora”. Obviamente que têm de estar em consonância, não podemos

ter um objectivo e – nomeadamente, seja a nível cultural, religioso, etc., ou questões de ética – que não esteja em consonância com os objectivos da instituição ou da entidade promotora.

Algumas instituições – eu não as pus todas; ainda há pouco me falaram aqui no LIONS e eu, de facto, não me lembrei do LIONS; não me lembrei de umas quantas, mas aqui nos Açores temos imensas instituições que – praticam voluntariado e são essas que acabam por receber, acabam por fazer um pouco o papel do banco de voluntários. Enquanto o banco de voluntários tem como objectivo receber todos os voluntários e, de acordo com aquilo que eles pretendem fazer, colocá-los nas instituições que têm necessidades e que já estão sinalizadas como tendo essas necessidades, quando se dirigem, por exemplo, à liga dos amigos do hospital, só vão trabalhar dentro do hospital, o hospital não os vai colocar noutra sítio. Portanto, no fundo, o banco de voluntariado tem como objectivo distribuir as pessoas por vários sítios onde há necessidades. Neste caso, se se dirigem aos bombeiros, pois só vão trabalhar nos bombeiros, não vão trabalhar noutra sítio. Mas temos bombeiros voluntários em todas as ilhas do arquipélago.

Temos as ligas de amigos dos hospitais, que têm feito um trabalho absolutamente exemplar e que, neste momento, talvez até sejam a instituição promotora de voluntariado que tem mais visibilidade. Quem já não viu imensas vezes as senhoras de bata amarela, nos hospitais, a darem café, a levarem jornais, a conversarem com as pessoas? Essas pessoas, inclusive, também estão vocacionadas. Por exemplo, há senhoras que já tiveram cancros e que vão falar com pessoas que estão com cancro, animá-las, etc., etc. Portanto, mesmo dentro dos hospitais, tentam canalizar as pessoas para determinadas áreas onde elas, eventualmente, terão mais apetências ou experiências pessoais.

Temos as Santas Casas da Misericórdia. Quase todas as Santas Casas da Misericórdia são promotoras de voluntariado. Inclusive, a Santa Casa da Misericórdia aqui da Horta, este ano, é uma das entidades que vai participar no Ano Europeu do Voluntariado. Sabem que, este ano, é o Ano Europeu do Voluntariado.

Temos a Associação de Amigos dos Açores. Temos a Associação Académica da Universidade dos Açores que, inclusive, tem também uma proposta, a esse respeito das escolas, de os alunos que têm melhores notas ajudarem os alunos que têm mais dificuldades, isso existe na Universidade dos Açores. Por acaso, até tinha sido uma proposta que eu tinha feito a uma escola de São Miguel, numa altura em que estávamos a tentar implementar um projecto de voluntariado na escola. Mas foi tudo assim um pouco feito à pressa e acabou por não se levar a cabo, porque uma das coisas que o conselho executivo dessa escola me dizia é que só se pode praticar voluntariado a partir dos dezoito anos, e isso é falso.

Há voluntariado que se pode praticar em qualquer idade. É claro que não pode ter que ver com pessoas. Eu não posso pôr uma criança de doze anos a tomar conta de um idoso ou de outra criança. Mas pode fazer trabalho voluntário a nível do ambiente, com animais, etc., etc. É claro que, para trabalhar com idosos, para trabalhar com crianças e nas áreas da exclusão social, aí terão de ter mais de dezoito anos. Mas pode fazer-se voluntariado antes disso. Um aluno de dezasseis anos que seja um bom aluno pode fazer voluntariado, dando explicações a um aluno de treze, por que não?

É uma das coisas que, de facto, é muito interessante implementar nas escolas. Porque, para além daqueles horários de atendimento que os professores têm, e dos estudos acompanhados, muitas vezes uma explicação individualizada, personalizada, quando o explicador e o explicando conseguem criar empatia, se calhar os resultados vão ser espectaculares. Por que é que um aluno muito bom a português não vai dar explicações a um aluno muito fraco? Não há idade para isso, até podem ter a mesma idade. Portanto, se vos voltarem a dizer que para fazer voluntariado é preciso ter dezoito anos, isso é falso, depende do voluntariado que se vai fazer. Mas há instituições que têm essa ideia.

Por exemplo, o Instituto de Apoio à Criança dos Açores criou uma plataforma onde todas as pessoas podem recolher todo o tipo de informações. Refiro-me neste caso a São Miguel, porque o Instituto de Apoio à Criança está sediado em São Miguel, no que diz respeito às valências. Portanto, quem quiser fazer voluntariado em São Miguel, também se pode dirigir ao Instituto de Apoio à Criança. Eles têm várias opções de se fazer voluntariado. Podem, de facto, inscrever-se, seja para explicações, seja para jogos didácticos, seja para ir passear com crianças, agora no verão, se calhar, levar uma ou duas crianças à praia. Há crianças que estão em instituições e raramente saem dessas instituições. Inscreverem-se, por exemplo, num lar de crianças e jovens e poderem ir lá jogar futebol, etc., etc., são coisas que podem fazer. Podem informar-se nomeadamente aqui, através do Instituto de Apoio à Criança.

Depois, temos a Gê-Questa, que é uma instituição de defesa do ambiente. Em 2010, essa associação promoveu um voluntariado ambiental que decorreu na Terceira, na Graciosa e nas Flores. Nesse caso, era para pessoas com mais de dezoito anos. Manutenção de trilhos pedestres – sim, porque nem todos temos jeito para trabalhar com pessoas; alguns até são tímidos e não se sentirão à vontade para estar a trabalhar com pessoas; aí, há sempre o ambiente, há sempre os animais, pode fazer-se voluntariado em diversas áreas –, eliminação de flora invasora, recolha de sementes de plantas endémicas, plantação de espécies endémicas, sensibilização ambiental, actividades de carácter lúdico e cultural, nomeadamente visitas a museus, observação da fauna, passeios, etc. Este ano não sei se estará a decorrer alguma actividade dessas, mas também é uma questão de verem

na internet, de se informarem junto dessa associação, porque quem gostar da protecção do ambiente poderá muito bem desempenhar trabalho de voluntariado nesta área.

A Direcção Regional da Juventude também tem um projecto muito interessante, que é o Voluntariado Jovem, uma iniciativa que pretende sensibilizar a comunidade para o valor da importância do voluntariado. Também referiram isso nas vossas propostas, sensibilizar a comunidade para o voluntariado. Essa comunidade não é só a comunidade de voluntários, mas deverá ser também a comunidade receptora desses voluntários, porque é aí que nós até temos as maiores dificuldades, como eu vos disse. Há mais dificuldades em arranjar-mos entidades que nos recebam do que, propriamente, nós dizermos que queremos fazer voluntariado. Portanto, essa sensibilização é extremamente importante e a Direcção Regional da Juventude faz isso.

E aumentar a visibilidade das actividades de voluntariado dos jovens, porque, muitas vezes, fazem voluntariado e desconhece-se, e passar a conhecer-se é uma forma de sensibilizar outros jovens e é uma forma de dar protagonismo ao voluntariado.

Garantir o reconhecimento das capacidades e competências dos jovens: eu, aqui, vou fazer uma ressalvazinha para a questão da igualdade de oportunidades. Quando falamos de discriminação, falamos de discriminação a vários níveis. Falamos de discriminação de género, falamos de discriminação de etnias, de religiões, e falamos de discriminação etária. E, na discriminação etária, há muita tendência para dizer que os idosos são discriminados. Sem dúvida que são, mas os jovens também são muito discriminados. São discriminados, às vezes, até, quando vão a um banco, quando entram num café, quando entram num restaurante. São jovens e, então, são tratados de uma forma menos digna.

Presidente: Dra. Susana Margarido, peço desculpa, mas poderia ser mais breve? Estamos um pouco curtos em tempo. Obrigado.

A Oradora: Vou tentar, pois já me alarguei.

Portanto, o Voluntariado Jovem, na Direcção Regional da Juventude, direcciona-se a jovens entre os quinze e os trinta anos que, por motivação especial, espírito cívico, etc., queiram livremente assumir o compromisso de dedicar parte do seu tempo, gratuitamente – isso já sabem –, com regularidade e responsabilidade – também já sabem –, a projectos e actividades de interesse social e cultural. Os jovens, neste programa, têm direito à caderneta de voluntário, que constitui um portfolio de competências desse jovem como voluntário, e a um cartão de identificação do voluntário, para além do seguro, obviamente.

Este Voluntariado Jovem implica acções nessas áreas, apoia crianças, apoia idosos, apoia pessoas portadoras de deficiências e em exclusão social. Portanto, se quiserem praticar voluntariado, dirijam-se também à Direcção

Regional da Juventude. Aqui temos mais actividades desportivas, educação e alfabetização, protecção dos animais, protecção do ambiente. Portanto, não se esqueçam que existe esse programa da Direcção Regional da Juventude.

No Ano Europeu do Voluntariado, que está a ser comemorado este ano, já houve um *tour* em Portugal continental. Está a propor-se a hipótese de esse *tour* vir aqui aos Açores, ainda não temos a certeza. De qualquer forma, irão ser promovidas diversas actividades com vista à divulgação do voluntariado. Já temos inscritas, no Conselho Nacional da Promoção do Voluntariado, as Santas Casas da Misericórdia de Angra do Heroísmo e da Madalena do Pico, a Câmara Municipal de Ponta Delgada e a Universidade Sénior dos Açores. Portanto, já várias instituições estão inscritas. Se tiverem interesse em que uma das vossas escolas se inscreva também, é uma questão de irem à internet, Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, têm lá as informações. Vejam, inscrevam-se também, para promoverem actividades de comemoração do Ano Europeu do Voluntariado.

Agora, deixo-vos esta mensagem final: “Sai da casca e adere ao voluntariado, porque dar não dói”.

Muito obrigada.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Agradeço as palavras da Dra. Susana Margarido.

Exmos. Senhores e Senhoras Deputadas, vamos passar ao debate.

Chamo a vossa atenção para que, neste momento, não se encontra na sala o Sr. Director Regional da Juventude. Se algum Sr. Deputado elaborou alguma questão a ele direccionada, pedimos o favor de a reencaminhar a um dos convidados presentes.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vanessa Farias, representante da Escola Básica e Secundária do Nordeste, para colocar a primeira questão.

Deputada Vanessa Farias (São Miguel): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados:

Gostava que a Sra. Dra. Susana Margarido respondesse a esta questão, se possível.

Apesar de este ano ser o “Ano Europeu de Voluntariado e Cidadania Activa”, esta é uma luta que se tem vindo a desenvolver desde há muito, através da criação de programas e associações como, por exemplo, AMI, Cruz Vermelha Portuguesa, APAV, Abraço, Banco Alimentar, CIPA Violeta, entre outras. Sendo assim, a nossa questão prende-se com o funcionamento dos referidos programas. Por que motivo estes não conseguem corresponder aos objectivos a que se propuseram? Quais têm

sido os condicionalismos conducentes à aparente ineficácia destes programas?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Dra. Susana Margarido.

***Dra. Susana Margarido:** Sra. Deputada Vanessa Farias, muito obrigada pela sua questão.

De facto, há muitos condicionalismos. De qualquer forma, falou em várias instituições. Falou na APAV, falou na AMI, falou na Cruz Vermelha. Obviamente que os condicionalismos não serão os mesmos para todas essas instituições. A APAV, que é uma das instituições que melhor conheço, tem desempenhado muito bem o seu papel, penso eu. Não estou a ver, especificamente, gostaria se calhar que me assinalasse que tipo de condicionalismos cada uma dessas instituições tem, porque assim, em termos gerais, será um pouco difícil responder à sua pergunta.

Sem dúvida que existem. Existem, por exemplo, os condicionalismos do Banco Alimentar, nós sabemos. Também já vi aqui numa das propostas a questão de muitas vezes haver excesso de *stock* e, outras vezes, défice de *stock*. Isso com certeza que se prenderá com questões associadas a conseguirem receber mais ou conseguirem receber menos, porque isso, obviamente, não é uma coisa que à partida o Banco Alimentar saiba, quantos produtos vai receber. Às vezes há falta de açúcar, outras vezes há excesso de farinha, e isso depende muito daquilo que de facto é dado, porque o Banco Alimentar recebe donativos.

Há também o problema de, muitas vezes, não haver capacidade de armazenamento de determinados produtos. Por isso, pede-se às pessoas que, quando fazem doação de produtos, esses produtos tenham ou uma validade bastante larga, ou não sejam produtos perecíveis, por exemplo como é o caso dos congelados, porque não há hipótese. Eu sei que esses são condicionalismos que existem e sei também que, quando há muita fatura, isto é, quando há um excesso de distribuição, isso se prende com o facto de o Banco ter excesso de produtos para distribuir. Depois há escassez, não podemos guardar. Imaginem que há duas distribuições por ano, não se podem guardar os produtos da primeira para a segunda distribuição, porque eles vão estragar-se. Portanto, esse será um dos condicionalismos, por exemplo, do Banco Alimentar.

Os condicionalismos da AMI, imagino, serão inúmeros, porque a AMI trabalha numa área extremamente complexa, desde, provavelmente, ter dificuldades no recrutamento de voluntários. Por isso é que eu também gostaria que apontasse mais concretamente esses condicionalismos, quais serão mesmo os condicionalismos de cada uma dessas instituições.

Como referi, a APAV não me parece ter assim grandes condicionalismos. Acho que é uma instituição que trabalha muito bem. Uma ONG, neste caso, que trabalha muito bem. E gostaria também, que especificasse melhor quais

são os condicionalismos que cada uma dessas diversas instituições que enumerou possam ter. Se bem que, obviamente, não vou conseguir responder por essas instituições todas.

Presidente: Obrigado, Dra. Susana Margarido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Silva, representante da Escola Secundária Manuel de Arriaga, para colocar a sua questão à Dra. Susana Margarido.

***Deputado Daniel Silva (Faial):** Exmo. Senhor Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, Exma. Senhora Dra. Susana Margarido:

Na sua perspectiva, as medidas que já estão em vigor acerca deste tema estão a surtir efeito?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Dra. Susana Margarido.

***Dra. Susana Margarido:** Obrigada, Sr. Deputado Daniel Silva.

Se essas medidas estão a surtir efeito? Talvez não estejam a surtir tanto efeito como desejaríamos porque, de facto, atingir a excelência é muito difícil. Mas, inclusive, porque a divulgação do voluntariado não tem sido tanta quanto aquela que seria desejável, e eu há bocado também referi isso. Daí que a adesão dos voluntários e das instituições não é a maior. Infelizmente, não há bancos de voluntários. Portanto, são problemas.

Agora, tem havido, por parte de várias instituições, nomeadamente aquelas instituições que referi – bombeiros, ligas de amigos de hospitais, etc. –, um trabalho exemplar, sem o qual a nossa sociedade não estaria como está. Nós devemos, de facto, agradecer a essas instituições esse trabalho, porque têm feito um trabalho sem o qual a sociedade não poderia passar. E é um trabalho que não é contabilizado. Um dos problemas do voluntariado também é esse: ninguém contabiliza o trabalho dos voluntários e eles são uma grande mais valia para o país. No nosso caso, para a região. Essas instituições fazem, de facto, um trabalho incrível; gratuito, obviamente; responsável; e ajudam muitas, muitas pessoas.

Portanto, do que nós gostaríamos – exactamente porque a excelência é muito difícil de atingir – era, de facto, chegar ao ponto do excelente. Não estamos lá, mas penso que estaremos no muito bom, o que já não é nada mau.

Espero tê-lo esclarecido.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado, representante da Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Deputada Beatriz Machado (Graciosa): Obrigado, Sr. Presidente. A minha pergunta é dirigida à Sra. Dra. Susana Margarido.

Exmos. Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Sabendo que o acto de voluntariado implica a ausência de remuneração, quais os meios e incentivos que se poderia oferecer aos cidadãos açorianos, de forma a aliciar uma maior participação em projectos de voluntariado e solidariedade?

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Dra. Susana Margarido.

***Dra. Susana Margarido:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Convidados:

A palavra que define melhor o voluntariado é a palavra dar. Se calhar, amar os outros. Portanto, penso que o incentivo passa, precisamente, por ensinar as pessoas a darem e a amarem os outros. Não há, de facto, incentivos em termos remuneratórios, tirando um cartão de voluntariado, exactamente porque o espírito de voluntariado é assim mesmo. A pessoa deve ser voluntária sem pensar naquilo que vai receber. E o incentivo que ela tem é a ajuda, é o dar. Portanto, não há mais nada a esse nível, senão dar aquilo que se tem a mais.

E, nesse caso, o nosso tempo, a nossa dedicação, o nosso amor, porque há sempre muito amor para dar. A uma criança, a um idoso, a um animal, ao meio ambiente. E temos sempre tempo na nossa vida, nem que seja uma hora por semana, para fazermos isso. Reparem que não é preciso fazer voluntariado todos os dias. Pode fazer-se voluntariado uma hora por semana.

Não há, de facto, incentivo, senão explicar às pessoas que elas têm muito para dar e que devem canalizar isso para o bem social. É esse o único incentivo que há.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Daniela Rosa, representante da Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico.

Deputada Daniela Rosa (Pico): Exmo. Senhor Deputado Lúcio Rodrigues, qual o papel desempenhado pelo Governo Regional em relação às instituições de voluntariado? Que apoios são prestados? E como se operacionaliza, em termos práticos, o voluntariado?

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

***Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Exmos. Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Caros Colegas Deputados do Plenário Jovem:

Em primeiro lugar, se me permitem, como sou deputado eleito pelo círculo da Horta, pelo círculo do Faial, gostava de vos dar as boas vindas, esperando que estejam a ter uma boa estadia e que façam a continuação de

uns bons trabalhos, pois também a vossa opinião e as vossas sugestões são importantes.

Na minha perspectiva e na perspectiva que podemos associar à perspectiva do Governo, o Governo tem feito um trabalho muito importante na questão do voluntariado. Digo isto, porquê? Porque, como aqui já foram hoje apresentados e abordados vários aspectos em relação ao voluntariado, importa também referir outros, ou outras instituições que salvaguardam de alguma forma o voluntariado. Como é o caso – onde a maioria dos vossos pais e dos vossos familiares e alguns de vós também o fazem – dos clubes desportivos; das instituições ligadas à música, nomeadamente as filarmónicas e os folclores; e das instituições de solidariedade social, como as Santas Casas da Misericórdia.

Ao fim e ao cabo, todos são instituições que prestam um serviço muito importante na nossa sociedade, muito mais na crise que hoje atravessamos, se poderá dizer que será, talvez, a pior crise dos tempos modernos. Fazem um trabalho de voluntariado, um trabalho a custo zero, muitas vezes não compreendido. Costumo até dizer que, normalmente, entramos nessas instituições com muitos amigos e saímos com muitos inimigos.

Dessa forma, essas instituições só podem e sobrevivem com o apoio governamental. De alguma forma, sobrevivem com a boa vontade de todos, mas, por parte do Governo Regional dos Açores há, efectivamente, um apoio. Um apoio quer logístico, quer a nível de financiamento, no sentido de se poder continuar a fazer algo pelas pessoas, porque o voluntariado é isso mesmo: o voluntariado é dar, o voluntariado é, um pouco, partilharmos a nossa experiência, a nossa vontade e o nosso saber.

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, se pudesse concluir, estamos a aproximar-nos do tempo.

O Orador: Muito obrigado, penso que terei respondido à questão.
Continuação de bons trabalhos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Matos, representante da Escola Básica e Secundária do Nordeste.

Deputada Joana Matos (São Miguel): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados:

Gostaria de colocar a minha questão à Dra. Susana Margarido.

Bem sabemos que uma parte da população açoriana, bem como a população em geral, tem a ideia de que a sociedade está a tornar-se cada vez mais individualista. Assim sendo, será que o número de voluntários existentes é suficiente para conseguir alcançar todos os objectivos definidos para a nossa Região Autónoma dos Açores? Ou será que as próprias associações não divulgam e promovem um leque de escolhas mais diversificado, fazendo assim com que as pessoas se afastem do voluntariado?

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra, para prestar esclarecimentos, a Dra. Susana Margarido.

***Dra. Susana Margarido:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Convidados:

Muito obrigada pela sua questão, Sra. Deputada Joana Matos.

A sociedade é individualista. Se fizermos uma análise em termos muito gerais, se calhar é a ideia que tiramos. Mas há muitas pessoas boas. Felizmente ainda há muitas, muitas pessoas boas. E são essas pessoas, de facto, que fazem andar o país para a frente.

O número de voluntários é suficiente? Nunca é suficiente, nunca é. Nós estamos sempre a tentar angariar voluntários para as mais diferentes áreas. Portanto, apesar de haver um grande leque de opções e de haver muitos voluntários que, como referiu, estarão mais ou menos diluídos e não nos apercebemos deles, continua a haver, em todas as áreas, falta de voluntários. Não há áreas que tenham excesso, todas elas têm falta.

Há bocado também puseram a questão dos incentivos. O facto de, muitas vezes, as pessoas não se sentirem incentivadas até é porque quase desconhecem que são necessárias. As pessoas, às vezes, pensam: “Ah, isso, voluntários há muitos, para que é que eu sou precisa?” E não, nunca há muitos voluntários, as pessoas são sempre precisas. O que se calhar é preciso é passar a palavra de que elas são precisas. São precisas e dou-lhe um exemplo.

Uma vez, uma senhora foi ter comigo e disse: “A única coisa que sei fazer é trabalho de manicure. Acha que serve para alguma coisa?”. Serve: serve para ir aos lares de idosos fazer as unhas às senhoras, uma ou duas vezes por semana, ou coisa assim. Porque as senhoras que estão nos lares de idosos, as velhinhas, também gostam de se arranjar. Gostam de cortar o cabelo, gostam de arranjar as unhas. Já viu o prazer que lhes vai dar, se for ao lar uma vez ou duas por semana pintar as unhas às senhoras? E ela ficou toda satisfeita, foi inscrever-se e acho que anda, neste momento, num lar de idosos a pintar unhas às senhoras. Portanto, uma coisa tão pequenina pode dar tanta alegria aos outros!

Também já me apareceu um senhor que perguntou se podia ir cantar, e pode. Quando há festas, vai aos lares de idosos cantar, que é a única coisa que ele sabe fazer. Portanto, são sempre necessários.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Dias, representante da Escola Secundária Domingos Rebelo.

***Deputado Henrique Dias (São Miguel):** Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados:

Esta pergunta é dirigida à Deputada Catarina Furtado.

Actualmente vivemos um período, como todos sabemos, de crise económica e social. Na sua opinião, qual é a influência do desemprego e da

pobreza na cidadania e no voluntariado? Neste momento de crise, o país vai unir-se e ajudar-se mutuamente, ou cada um pensará em si?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Dra. Catarina Furtado.

***Deputada Catarina Furtado (CAS):** Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício; Srs. Deputados por um dia neste Plenário Jovem; Dra. Susana Margarido; restantes Colegas Deputados eleitos pelo círculo da Horta; Convidados aqui presentes:

Se o Sr. Presidente me permite, já vi que é rigoroso no tempo, mas eu queria só reiterar as boas vindas e dizer que considero, pessoalmente, que esta é uma iniciativa muito válida. Queria também saudar todos os professores responsáveis pelos grupos de alunos aqui presentes. Acho que é um exercício de cidadania muito importante o que eles fazem nas suas escolas, de forma a promover esta reunião plenária jovem. É uma forma de estarem em contacto e de permitirem que os seus alunos estejam em contacto com a realidade política e o modo como funciona o vosso sistema político.

Indo à resposta do Sr. Deputado Henrique, diria que, e tem-no provado a história, é nos momentos de crise e nos momentos de maior constrangimento social que a solidariedade aumenta. Considero que voluntariado é uma forma de solidariedade social. Creio que, nestas situações, as pessoas, mesmo tendo menos, são mais receptivas a repartir esse menos que têm com aqueles que ainda menos têm. Portanto, tenho perfeita consciência e tenho a certeza de que, neste momento, os açorianos, muito especialmente, se unirão em prol duma intensificação do voluntariado, duma solidariedade social, num movimento que os tem caracterizado. Até porque nós somos um povo que vive e tem vivido muitas catástrofes naturais e, nesses momentos, ninguém tem faltado com nada a ninguém. Reparte-se o pouco que se tem.

Infelizmente, devido à crise económica – e esta semana é uma semana muito importante para nós sabermos com que linhas nos vamos coser nos próximos tempos (permitam-me a expressão) –, julgo que as pessoas têm de ter essa consciência. Têm de ter consciência de que dar, como disse a Dra. Susana, não só o tempo, a disponibilidade, a boa vontade, mas também como disse o Sr. Deputado Lúcio. Quando nós estamos a intervir em associações culturais, na prática de actividades culturais ou desportivas, estamos a exercer cidadania activa. O que pode acontecer é que esse voluntariado ou essa solidariedade podem acontecer de uma forma mais ou menos organizada, mais ou menos estruturada.

Quando se fala nos bancos de voluntariado, quando se fala nos bancos de tempo, é apenas para que haja uma forma agregada, organizada, de repartir esta boa vontade, de se organizarem. Isso não invalida que cada um, na sua localidade e nas suas associações, quando está a fazer teatro – e digo o

teatro porque me é muito caro, em particular, mas –, quando está a fazer qualquer outro tipo de intervenção cívica, está a praticar um acto de cidadania, um acto de voluntariado, por estar a repartir consigo e com os demais, com os pares, aquilo que sabe, aquilo por que se interessa, em prol da comunidade onde está inserido.

Este vosso acto de vinda aqui, hoje, é um acto de cidadania activa profundo e um acto de voluntariado da parte dos vossos professores, que incutiram e, para além de todo o trabalho – e nós sabemos que não é pouco –, eles disponibilizaram e retiraram tempo para também investirem nesta forma de voluntariado.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Melo, representante da Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Deputado Vítor Melo (Graciosa): Esta pergunta é dirigida à Dra. Catarina Furtado.

Exmos. Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

No passado mês de Março, A Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, Dra. Ana Paula Marques, visitou a Santa Casa da Misericórdia de São Sebastião, na Ilha Terceira. Fazendo referências ao bom trabalho desenvolvido por essa instituição, a Secretária Regional declarou aos jornalistas que “o voluntariado quase é substituído pela profissionalização, com dirigentes remunerados”.

Qual a sua opinião quanto à declaração proferida pela Secretária Regional?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Dra. Catarina Furtado.

***Deputada Catarina Furtado (CAS):** Sr. Presidente em exercício, Srs. Deputados Jovens, demais Convidados:

Provavelmente, essas declarações da Sra. Secretária do Trabalho e Solidariedade Social tinham um contexto. Sem o conseguir precisar, julgo que o contexto da reforma que agora está a ser feita a nível de toda a rede de acção social dos Açores.

Está em análise, na comissão a que tenho a honra de presidir, nesta casa, exactamente em apreciação o Código da Acção Social. Neste código é regulada e regulamentada toda a forma como se organizam as instituições de solidariedade social, que estão organizadas numa forma, que incorporam em si voluntariado, mas que também elas próprias têm uma carga administrativa e funcional já com algum profissionalismo. E quando a Sra. Secretária se referiu à questão de o voluntariado passar a ser profissional, seria – julgo eu, é a minha leitura desta afirmação –: o voluntariado que é prestado a nível gratuito, e como a Dra. Susana esclareceu muito bem as condições do mesmo, este voluntariado, apesar de ser voluntariado, tem de

ser feito com a responsabilidade que a Dra. Susana também frisou. Tem de ser feito com profissionalismo.

Porque a verdade é que, quer sejam os idosos, quer sejam as crianças que estão à guarda da Santa Casa da Misericórdia que citou, ou de outra IPSS qualquer – e eu falo na sigla, porque depreendo que todos sabem que IPSS é a sigla para Instituição Particular de Solidariedade Social –, qualquer uma dessas instituições tem à sua conta pessoas que têm expectativas, que geram expectativas. E quem se oferece em voluntariado para lá ir tem de ter responsabilidade, para que essas expectativas sejam prestadas e sejam dadas com profissionalismo. O profissionalismo está na forma como se faz, não implica necessariamente uma retribuição em espécie ou financeira pela forma como é feito.

Já há pouco – e vou aproveitar esta intervenção para citar – quando a Dra. Susana Margarido falou nessa responsabilidade e no estar à espera, se está um idoso à espera para tomar chá ou para lhe lerem o capítulo que ficou pendente e não aparecerem, é defraudado. É como as crianças e como os jovens, que não gostam que lhes prometam coisas que não vão cumprir. Lembrei-me de um livro, que é o “Príncipezinho”, de Saint-Exupéry, em que a raposa diz ao jovem: “Diz-me a que horas vens, para saber a que horas começo a preparar o meu coração para te receber”. E isso é nitidamente uma questão, também, relacionada com o voluntariado. As pessoas têm expectativas, criam as suas fasquias e não podem ser defraudadas.

O voluntariado, sendo feito com profissionalismo, na minha óptica e no enquadramento, sem saber do resto do contexto, tem a ver com isso, na forma de o prestar e não na remuneração ou na retribuição que é feita.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Rita Rodrigues da Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico.

Deputada Rita Rodrigues (Pico): Exmo. Senhor Presidente da Mesa, caros colegas Deputados, Exmos. Senhores Deputados representantes dos partidos políticos:

A minha questão é dirigida ao Sr. Deputado representante do Grupo Parlamentar do PSD.

Exmo. Senhor Deputado Jorge Costa Pereira, mais do que nunca, estes são tempos de promover o voluntariado. No programa do seu partido, onde é que podemos encontrar a sua posição, em termos práticos, em relação a este assunto?

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente do Plenário Jovem, Sra. Oradora convidada, Dra. Susana Margarido, Sra. Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, Caros Colegas Deputados Regionais, Caros Colegas Deputados por um dia:

Hoje estão a vingar-se dos exames e dos professores que vos fazem perguntas. Hoje somos nós que estamos aqui do outro lado a ser bombardeados com perguntas. Em primeiro lugar, gostaria, desde já, de felicitar a Oradora Convidada pela intervenção que fez, porque, no conjunto da temática que nós estamos a abordar, penso que nos deu um contributo extremamente importante, pois colocou a questão do voluntariado no registo correcto e naquele que nós devemos privilegiar.

Antes de responder propriamente à pergunta – e vou responder a ela naturalmente fugindo – gostava de também cumprimentar os meus colegas professores que são, como nós sabemos, os principais animadores desta fase do Plenário Jovem nas escolas e que são os responsáveis pela vossa preparação para virem aqui, ao Plenário, na Horta. Cumprimento, portanto, os meus colegas pelo trabalho que vêm desenvolvendo e a todos vós que aqui estão.

Também nesta primeira intervenção que faço, gostava de desejar-vos um bom trabalho, boas aprendizagens e que façam desta vossa passagem pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma aprendizagem de cidadania, que percebam como é que as coisas funcionam e que estejam também na vossa vida futura disponíveis para participar de forma activa e darem um contributo como cidadãos na vida política. Porque cada vez mais nós sentimos que os jovens, muitos jovens, gostam de expressar a sua discordância com os tempos presentes e com a vida político-partidária presente, optando pela abstenção, que é uma fuga pura e simples aos problemas. Não votar não é um acto de cidadania.

Um acto de cidadania é: estou discordante com aquilo que se está a passar, tenho divergências com aquilo que são as decisões dos governantes, então e tenho que manifestar essa divergência votando naqueles que para mim são alternativa. Se estou satisfeito, se acho que as coisas estão bem, se quem está governando governa bem, devo dar apoio a quem governa. É assim a democracia. Não ir votar, é abdicar da nossa responsabilidade e deixá-la apenas àqueles que vão votar e que são cada vez menos.

Portanto, deixo esse apelo de participação cidadã.

Quanto à questão do programa partidário sobre o voluntariado, acho que provavelmente nenhum partido tem um capítulo especial sobre o voluntariado nos seus programas eleitorais, o que revela também, às vezes, a divergência que existe entre aquilo que são os programas eleitorais, dominados por ideias gerais e às vezes mais preocupados com obras e com coisas visíveis do que com os princípios...

Presidente: Sr. Deputado, se pudesse concluir, por favor. Obrigado.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

... que devem basear toda a actividade político-partidária. Portanto, penso que nenhum programa partidário tem um capítulo especial sobre o voluntariado. Isso provavelmente será uma falha, mas penso que será consensual entre as várias forças partidárias a perspectiva de que ser voluntário é ser cidadão de pleno direito, participar activamente na vida comunitária, assumir em pleno todas as suas responsabilidades e estar, naturalmente, disponível para dar aos outros, só pelo gosto de ajudar, sem nada esperar em retribuição, amando-os por aquilo que eles são.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Amaral, representante da Escola Básica e Secundária do Nordeste.

Deputada Catarina Amaral (São Miguel): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Bem sabemos que nem todos os jovens da nossa região têm as mesmas oportunidades relativamente ao exercício do voluntariado. Dentro dessas limitações, temos várias vertentes das quais se destacam as limitações a nível geográfico. Estão a par deste obstáculo? E que medidas podem ser criadas para ultrapassar esta situação?

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente do Plenário Jovem, Sra. Oradora convidada, Dra. Susana Margarido, Sra. Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, Caros Colegas Deputados Regionais, Caros Colegas Deputados por um dia:

Acho que a geografia é, sobretudo para os açorianos, uma riqueza, porque ela proporciona a nossa diversidade.

É evidente que, no conjunto de iniciativas e de projectos que aqui se falaram (como um banco ou uma agência central de voluntariado), quando o território é contínuo é mais fácil de operacionalizar, porque existe a concentração dos elementos e a própria mobilidade dos voluntários que estão inscritos nessas instituições é mais fácil.

Nos Açores nós temos uma realidade que é a realidade *ilha* e portanto, não será fácil a um voluntário que está nas Flores e que está disponível para um determinado tipo de voluntariado para o qual há necessidade, por exemplo em Santa Maria, proporcionar essa deslocação para o exercício dessa actividade. Portanto, nós temos essa condicionante nos Açores, que é a geografia, o facto de vivermos em ilhas, mas gostava sobretudo, de nesse aspecto da geografia, privilegiar aquilo que é o enriquecimento, que é a diversidade, que é a riqueza de nós termos 9 ilhas com comunidades

diferentes, todas elas com necessidades e virtualidades específicas e isso, acho que para nós, é mais uma riqueza do que uma limitação.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Simas, representante da Escola Secundária da Lagoa.

***Deputada Joana Simas (São Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Bom dia a todos.

A minha questão é dirigida ao Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Qual é o Decreto Legislativo Regional que permite justificar as faltas ao serviço, aquando da realização de tarefas de voluntariado?

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente do Plenário Jovem, Sra. Oradora convidada, Dra. Susana Margarido, Sra. Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, Caros Colegas Deputados Regionais, Caros Colegas Deputados por um dia:

Com essa pergunta chumbo no exame, porque não sei!

(Risos dos Deputados Lúcio Rodrigues e Catarina Furtado)

O que eu sei, é que os meus colegas professores para estarem aqui em exercício de funções ligadas à escola, espero que não tenham sido obrigados a repor as aulas a que faltaram, apesar de aqui terem estado em comprovado serviço oficial.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silva, representante da Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Deputado Luís Silva (Graciosa): Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Excelentíssimos Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Deputado Luís Garcia.

Está a decorrer um programa comunitário “Juventude em Acção”, destinado a jovens entre os 13 e 30 anos. Este programa pretende apoiar a realização de sumários, encontros e conferências de jovens, para além de fomentar projectos de intercâmbio, de voluntariado e serviços locais.

O Senhor Director Regional da Juventude, Engenheiro Bruno Pacheco, fez referência que já existem projectos a serem desenvolvidos. Também informou que estão previstas para as Ilhas Terceira, Faial e Pico, acções de divulgação do programa “Juventude em Acção”.

Será que a divulgação que está programada é suficientemente abrangente? Será que as restantes ilhas terão acesso às informações necessárias, de forma a apresentar candidaturas?

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

***Deputado Luís Garcia (PSD):** Sr. Presidente da Mesa, Caros Colegas Deputados, Caras e Caros Colegas Deputados por um dia, Sra. Dra. Susana Margarido:

Antes de mais, queria também associar-me aos meus colegas nas boas-vindas às Sras. e Srs. Deputados, sejam bem-vindos à ilha do Faial, à Assembleia Regional e fazer votos de que efectivamente os vossos trabalhos decorram da melhor forma e que, sobretudo, aprendam com este dia que aqui passam.

Antes de responder à questão - e tentarei cumprir o tempo, pois já vi que o Sr. Presidente não dá tolerâncias -, queria dizer-vos que a União Europeia ao declarar o ano 2011 como o Ano Europeu do Voluntariado, também de alguma forma, com essa declaração, entre outros objectivos, pretende valorizar e promover o voluntariado. Mas também com a instituição desse dia, a União Europeia, de alguma forma, faz-nos um convite para que a nível de cada uma das nossas regiões, a nível local, façamos uma reflexão séria sobre o voluntariado em cada uma das nossas ilhas, na nossa Região.

Queria exactamente começar por aí, por dar-vos os parabéns, aos Srs. Deputados, aos professores, por terem escolhido este tema, que é de alguma forma a resposta a esse convite para que façamos uma reflexão séria sobre voluntariado na nossa Região, sobre as condições em que se faz esse voluntariado e que medidas é que são necessárias serem tomadas para de alguma forma promover e dar visibilidade a esse voluntariado.

Portanto, estes parabéns extensivos aos Srs. Deputados, como dizia, mas também às escolas e aos senhores professores que estiveram e estão envolvidos nesta iniciativa. Espero que sobretudo ela sirva para sensibilizar-vos a todos para esta problemática do voluntariado e penso que ela terá ganho e terá valido a pena se todos vocês saírem daqui, efectivamente, sensibilizados para essa tarefa e sobretudo embaixadores do voluntariado jovem, que acho que seria muito importante.

Relativamente à questão que me coloca, efectivamente, sobre esse programa “Juventude em Acção”, há um outro que também a Dra. Susana, que me parece muito interessante, na sua intervenção aflorou, que é o programa “Voluntariado Jovem”. Portanto, quanto à divulgação penso que para vocês hoje – peço desculpa, para os Srs. Deputados por um dia, usando a linguagem correcta de Parlamento – a divulgação é fácil. Bastará ir ao portal da Juventude do Governo Regional e toda essa informação está efectivamente acessível aos jovens. Bastará isso. Se calhar aí é que temos

de investir, na sensibilização dos jovens para estas problemáticas e depois de estarem sensibilizados com certeza irão à procura dessa informação. Ela está hoje muito disponível, nós temos muita informação, a internet tem a vantagem de nos dar e de facultar essa informação.

Se ainda tenho tempo, – sei que não posso fazer perguntas - mas fiquei com uma dúvida da intervenção brilhante da Dra. Susana. Nas instituições que referiu (e o Deputado Lúcio também já referiu um pouco isto) a Sra. Dra. nunca falou de clubes desportivos, de filarmónicas, de grupos folclóricos. Essa é uma realidade muito característica e próxima nossa. Temos dezenas desse tipo de instituições.

Sei que não é, e provavelmente haverá aqui alguma classificação de voluntariado, aquele voluntariado de apoio directo às pessoas nas instituições, mas ...

Presidente: Sr. Deputado, se pudesse concluir, por favor. Obrigado.

O Orador: Já estou a concluir, Sr. Presidente.

...os dirigentes associativos voluntários também aqui deveriam ver, de alguma forma, reflectida a sua acção nos Açores, e devemos, efectivamente, também neste conjunto de questões e de reflexões que estamos a fazer, pôr em cima da mesa estas problemáticas, porque elas são efectivamente muito aflitivas para nós. Temos muitas instituições na Região que vivem desse voluntariado e sei que falar em incentivos ao voluntariado é um pouco contraditório com a própria prática do voluntariado, mas de alguma forma temos de reflectir e dar respostas a estas instituições e a estes voluntários, porque corre-se o risco de muitas das nossas instituições fecharem.

Portanto, que enquadramento (numa próxima intervenção que possa ter) podemos dar a essas questões dentro desta problemática do voluntariado?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sofia Pacheco, representante da Escola Secundária Domingos Rebelo.

***Deputada Sofia Pacheco (São Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Convidados:

Bom dia a todos.

A minha pergunta é dirigida à Dra. Susana Margarido.

Na actividade de voluntariado desenvolvida nos Açores, que medidas promotoras existem na promoção do voluntariado?

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Dra. Susana Margarido.

***Dra. Susana Margarido:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito obrigada pela sua questão, Deputada Sofia Pacheco.

A divulgação que tem sido feita, de facto, tem sido a nível de uns desdobráveis que o Instituto da Acção Social produziu e distribuiu.

Também já fizemos campanha na televisão, na RTP Açores. Já houve alguns *outdoors* com a frase “Seja voluntário, dirija-se ao Instituto de Acção Social”. Têm sido feitas esporadicamente algumas acções de sensibilização, mas essas são solicitadas sobretudo por escolas. Também já foi solicitada por uma junta de freguesia uma acção de sensibilização, porque essa junta de freguesia estava muito interessada em criar um banco de voluntários e fui lá também fazer uma acção de sensibilização sobre voluntariado.

Portanto, basicamente o que tem sido feito foi distribuição de desdobráveis, que não foram por *info-mail*, portanto para todas as casas, mas foram distribuídas em diversas instituições e estavam em diversas bancas para que as pessoas tivessem acesso a elas. Aliás, não foram *outdoors*, foram múpis, circularam alguns múpis em algumas ilhas e foi a sensibilização na RTP Açores. Isso já foi há cerca de 2 anos, depois disso nunca mais houve nada.

Se calhar é preciso renovar essa publicidade, essa sensibilização e os meios de comunicação social, de facto, são um bom veículo para divulgar. É uma questão das entidades responsáveis retomarem, digamos, aquilo que já foi feito há 2 anos, porque há 2 anos que já não é feito nada.

Quanto às acções de sensibilização, sempre que uma entidade solicita, sou contactada e vou fazer acções de sensibilização nesta área.

Não sei se posso aproveitar para responder ao Sr. Deputado Luís Garcia, se me dá licença?

Presidente: Claro.

A Oradora: De facto, os clubes desportivos e bandas filarmónicas acabam por passar um bocadinho ao lado pelas razões que disse, precisamente porque não fazem aquele trabalho directamente com as criancinhas, com os idosos, acabam por ser esquecidos, mas sem dúvida nenhuma que o trabalho deles é um trabalho de voluntariado. Ainda há pouco a Dra. Catarina Furtado referiu a questão dos grupos de teatro que também animam as freguesias, animam os concelhos e que, no fundo, as pessoas vão ao teatro e não teriam acesso a esse bem se de facto não fosse um bem gratuito, voluntário, e acabamo-nos por esquecer um pouco, porque eles não trabalham directamente com os mais desfavorecidos.

Quanto à questão dos dirigentes associativos, eles não são considerados voluntários. Mesmo a nível nacional também não o são.

Tem o meu exemplo. O meu trabalho é voluntário, portanto a nível do Conselho Nacional da Promoção do Voluntariado, e não sou considerada voluntária. Isso é de facto uma lacuna na lei, mas que a nível nacional já foi discutida e não são considerados voluntários, os dirigentes. Se calhar a nível regional poderão ser, é uma questão dos próprios deputados fazerem essa proposta. É de facto um trabalho voluntário, é extremamente exigente, ocupa-lhes se calhar muito mais tempo do que o seu trabalho profissional.

Muitas vezes dedicam-se quase que a 100% a essas actividades de dirigentes de Santas Casas, de várias instituições e não são considerados voluntários.

Presidente: Obrigado, Dra. Susana.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Matos, representante da Escola Secundária da Lagoa.

***Deputado Tiago Matos (São Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha pergunta é dirigida à Sra. Dra. Susana Margarido.

Dado que a família, a escola e os *mass media* são os principais agentes da socialização, por que razão as instituições sociais não demonstram mais interesse em inculcar nos jovens e nas crianças a necessidade de voluntariado?

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Dra. Susana Margarido.

***Dra. Susana Margarido:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Sr. Deputado Tiago Matos, de facto, quer a socialização primária, quer a secundária, é feita pelos pais em casa, é feita pelos professores nas escolas. É a fase mais importante da vida, porque é a fase em que nós construímos a nossa identidade.

Isso é obvio que depende da família onde a criança está inserida. Portanto, se for uma família que de facto tenha um espírito solidário, que tenha uma preocupação em que o seu filho ou filha venham a ser cidadãos com plenos direitos e com respeito pelas outras pessoas (e tudo aquilo que nós sabemos que uma verdadeira cidadania implica), pois vão educá-lo para isso.

As próprias escolas também educam para a cidadania. Portanto, provavelmente a definição de voluntário não é apresentada a uma criança durante e até ao fim do 1º ciclo, mas a partir de uma determinada altura ela começará a perceber o que é de facto um voluntário. Se calhar ela vê o pai e a mãe serem voluntários em alguma instituição, se eles o forem.

A questão da socialização, quer primária, quer secundária, tem muito a ver com a família, com o grupo social onde se está inserido. Aí os governos têm um papel fundamental, mas têm-no feito, porque quando temos, numa sociedade, famílias que estão numa situação disfuncional, isto é, não são famílias como deveriam ser, são famílias disfuncionais, pois aí os governos têm um grande papel. Essas famílias normalmente têm um acompanhamento, não estão abandonadas, são acompanhadas.

A questão de inculcar nas crianças o espírito voluntário, nessa fase em que são mais pequenas, será por imitação, porque é mesmo a fase da imitação. Depois quando vem a fase da comunicação, em que a nossa socialização, como sabe, é feita ao longo da vida, portanto, ao longo de toda a vida nós

somos socializados, aí nós presenciamos, somos, inclusive, alvo de sensibilização como já foi aqui falado, que é fundamental para que depois se crie um espírito de voluntário entre nós.

Agora, o ser criado um espírito de voluntário mais cedo ou mais tarde estará, de facto, muito ligado ao meio social em que estamos inseridos. Portanto, numa família onde não há espírito voluntário, numa família de pessoas que se calhar até a preocupação com a educação dos filhos lhes passa um pouco ao lado, é claro que só numa fase mais avançada da vida é que essas crianças, nesse caso, já jovens ou adultos, poderão desenvolver esse espírito voluntário. Numa família que se dedique à educação dos filhos isso pode ser criado logo desde o início, não com a definição, obviamente, do que é o voluntário, o voluntariado, etc., mas através da própria imitação. Portanto, se os pais são pessoas que dão, o filho também vai ser uma pessoa que por imitação vai acabar por dar.

A esse respeito penso que é o que tenho para lhe dizer.

Presidente: Obrigado, Dra. Susana.

Relembro que se algum dos Srs. Deputados quiser colocar mais alguma questão aos nossos convidados está aberto o período de inscrições.

Não havendo mais inscrições vamos então iniciar as perguntas aos nossos convidados.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Martins.

***Deputada Ana Martins (Pico):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Queria fazer uma pergunta à Sra. Dra. Susana Margarido.

Sabe dizer neste momento, nos Açores, quantos voluntários existem, a que actividades de voluntariado se dedicam e se são na maioria voluntários jovens ou adultos?

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Dra. Susana Margarido.

***Dra. Susana Margarido:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A sua questão de facto é pertinente na medida em que não sei dar-lhe resposta e não sei dar-lhe resposta exactamente porque não há um voluntariado organizado, que é isso que nós falávamos.

As agências de voluntariado, os bancos de voluntariado são extremamente necessários por causa disso. Uma das questões é precisamente essa: o conseguirmos saber quantos voluntários temos e onde é que eles estão.

É claro que, se eu telefonar para os bombeiros e se telefonar para as Santas Casas vão-me dizer, mas depois haverá muitas coisas que passam ao lado.

No Instituto de Acção Social, na altura que lá trabalhei e que estava responsável pelo voluntariado, tinha duzentas e tal pessoas inscritas na nossa agência de voluntariado e isso é um número completamente irrisório.

Portanto, sabemos perfeitamente que o número de voluntários é muito superior. Também não será falta de contactarmos com as instituições e pedirmos para que as mesmas inscrevam os seus voluntários na nossa agência, exactamente para podermos ter uma noção do número de voluntários que existem.

Não sabemos quantos voluntários existem nos Açores, não está inscrito em lado nenhum. Como lhe digo, só mesmo contactando directamente várias instituições, mas ficarão sempre muitas que nos vão passar ao lado, de que não vamos saber esses números.

A nível nacional os números já são mais fidedignos. Todas as instituições que têm voluntários estão inscritas no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado e existem muitos bancos de voluntariado também.

O nosso problema na Região, de facto, acaba por passar um pouco pela questão do voluntariado organizado, isto é, não há neste momento nenhum banco, nenhuma agência, onde estejam registados os nossos voluntários.

Acredito que teremos centenas, se calhar até milhares de voluntários espalhados pela Região e não temos noção nenhuma do número correcto, nem tão pouco das áreas onde estão, a não ser aqueles que estão inscritos em projectos muito específicos.

A Direcção Regional da Juventude sem dúvida sabe quantos voluntários tem; o hospital de Ponta Delgada sabe quantos voluntários tem; os bombeiros do Nordeste ou da Madalena do Pico saberão quantos voluntários têm. E os outros? Não estão inscritos em lado nenhum. Daí a necessidade, de facto, de haver uma agência, um banco, onde todos os voluntários da Região estejam inscritos para lhe podermos dar uma resposta concreta, a si e a todas as pessoas que fazem essa pergunta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Garcia, para colocar a sua questão.

***Deputado Diogo Garcia (São Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Em primeiro lugar gostaria de deixar bem patente que, eu e os meus colegas, gostámos imenso da sua apresentação, todavia - e perdoe a minha possível ousadia - gostaria de lhe colocar a seguinte questão.

Sendo a Sra. Dra. a Representante dos Açores no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, e tendo a perfeita noção de que não existe qualquer banco de voluntariado, por que não propõe a criação do mesmo nas reuniões que presumo que decorram regularmente a propósito no Conselho?

Presidente: Tem a palavra a Dra. Susana Margarido.

***Dra. Susana Margarido:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

É, de facto, uma pergunta pertinente, até me admiraria se ela não fosse feita, uma vez que já puseram questões bastante interessantes.

De facto, sou representante a nível nacional. A nível nacional não posso fazer uma proposta para coisas na Região, obviamente. De qualquer das formas essa proposta já foi feita aos responsáveis na Região. Como disse inicialmente, já foi feita uma tentativa e já foi criada uma agência de voluntariado que não foi para a frente. Também parte um pouco das instituições particulares, porque os bancos de voluntários, por exemplo, são coisas criadas por instituições, não pelo governo, mas por câmaras municipais, por diversas entidades.

Quando faço acções de sensibilização peço que criem bancos de voluntários, porque não é o governo que tem de os criar.

A nível governamental deveria, sim senhor, haver algo mais concreto, uma vez que aquela agência não foi para a frente, isto é, está um pouco em *stand by*, também por falta de inscrições, e acabaram por não designar ninguém para avançar, de forma a que a agência fosse para a frente. Essa proposta foi feita e calculo que as entidades responsáveis estarão a pensar no assunto.

Também, apesar de ser representante desde 2003, fiz uma interrupção de 2 anos; fiz essa proposta outra vez recentemente para que fosse criado um organismo onde se pudesse fazer isso, porque é uma necessidade. Provavelmente as entidades responsáveis estarão a pensar no assunto, mas até agora não me deram resposta nenhuma.

Obrigada pela sua questão.

Presidente: Não havendo mais nenhum Deputado inscrito, vamos dar por encerrada esta primeira parte dos trabalhos.

Muito obrigado, Dra. Susana Margarido.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, de acordo com o Regimento desta Assembleia, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço.

Retomaremos às 14h00 horas. Agradecia às Sras. e Srs. Deputados que fossem pontuais.

Queria agradecer também a colaboração dos ilustres Convidados, e a colaboração que todos os Srs. Deputados deram ao funcionamento desta primeira parte da Sessão.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Bom almoço.

(Eram 12 horas e 28 minutos)

(Após a interrupção para almoço, o Deputado Rui Duarte foi substituído na Mesa pela Deputada Vanessa Lopes)

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados e Ilustres Convidados.

(Eram 14 horas e 13 minutos)

Vamos iniciar a segunda parte dos nossos trabalhos com o Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca, representante da Escola Básica e Secundária de Velas.

Deputado Dário Fonseca (São Jorge): Exma. Presidente de Mesa, caros Srs. Deputados e Sras. Deputadas, caros Convidados:

Foi à 50 anos, que o senador John F. Kennedy dirigiu-se aos alunos da Universidade de Michigan e desafiou-os para aquilo que iria ser um marco histórico significativo na história dos Estados Unidos da América: servir o seu país na causa da paz, vivendo e trabalhando nos Países em Desenvolvimento (PED). Surge, assim, aos olhos do mundo a *Peace Corps* (1960), uma agência do governo federal direccionada para a paz mundial e amizade, deslocando-se para estes países para que aí se fizesse aplicar a sua intenção de voluntariado.

Aquele que por motivação pessoal, espírito cívico e /ou impulso solidário, queira livremente assumir o compromisso de dedicar parte do seu tempo, gratuitamente, com regularidade e responsabilidade, a projectos e actividades de interesse social e/ou cultural, a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos será, portanto, um voluntário.

Seguindo a realidade do mundo actual, e mais especificamente a do povo Açoriano, rapidamente constatámos as mais variadas situações que necessitam de uma intervenção dos indivíduos que modificarão a situação que até então decorre.

Ora, seguindo a ideologia do termo “voluntariado”, a construção de uma ideologia mútua de entre ajuda entre os açorianos (carácter social), seria de facto uma mais-valia, para o estreitar de laços entre as diferentes gentes, que fazem dos Açores uma região tão dinâmica e interessante, e ainda o desenvolvimento de uma mentalidade instituída de cooperação, cumplicidade e solidariedade.

Para tal, seria importante fazer chegar a estes jovens, a realidade em si: concreta e em primeira mão. Além disso, é necessário fazer referência ao facto de em algumas ilhas, haver um reduzido (ou mesmo nenhum) desenvolvimento de actividades de voluntariado pelas mais diversas razões, e por isso seria de extrema relevância desenvolver e continuar a surgir novas oportunidades àqueles que revelam espírito de solidariedade e dedicação às suas gentes.

A criação de uma rede de intercâmbio de jovens açorianos, suscitará num desenvolvimento pessoal e colectivo incalculável e vivamente produtivo, promovendo, garantidamente, um contínuo crescimento de inscrições nos programas desenvolvidos pelos responsáveis de enquadramento.

Escrevendo, então, nas linhas do tempo do povo açoriano, fazer-se-ia mostrar a capacidade dos jovens Açorianos, a todos aqueles que por ventura não acreditam nas realizações que nós somos capazes de fazer, não apenas na nossa própria ilha ou concelho, mas sim num exercício de espírito de cidadania de companheirismo para com aqueles a quem chamamos de nossos irmãos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Joana Matos, representante da Escola Básica e Secundária do Nordeste.

Deputada Joana Matos (São Miguel): Boa tarde a todos.

Ex^{mo} Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Ex^{mos} Convidados, Ex^{mos} Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Caros Colegas Deputados, Ex^{mo} Público:

Hoje, encontramos-nos a analisar a situação da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente no que diz respeito ao Voluntariado e à Cidadania Activa. Em primeiro lugar, há que realçar que, apesar de haver uma maior preocupação por parte das entidades governativas, infelizmente, ainda não se conseguiu atingir a adesão esperada, relativamente, ao exercício do voluntariado.

Numa altura em que cada vez mais parecemos estar afundados numa crise que se eterniza, talvez se revele oportuno dar a conhecer, e também relembrar, que existem valores essenciais para uma sociedade estável.

A actividade voluntária, ou melhor dizendo, o voluntariado, é um desses mesmos valores que devem ser explorado. Este é compatível com o exercício de cidadania, solidariedade, bem como os envolvimento colectivos.

Mas, afinal de contas, em que consiste o voluntariado?

Como a Dra. Susana Margarido já referiu e segundo o art.º 2º da Lei nº71/98, de 3 de Novembro, **é um conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas na forma de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. Também nos diz que, não são abrangidas pela presente lei as actuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de vizinhança.**

Esta Lei, bem como a sua regulamentação procurou ir ao encontro das necessidades sentidas pelos voluntários e pelas próprias instituições que promovem o voluntariado.

Como bem sabemos, este, exercido de forma séria, profissionalizada, tem-se tornado num importante factor de crescimento das organizações não-

governamentais, inseridas no terceiro sector de actividade, sendo a Cruz Vermelha um excelente exemplo dessas mesmas organizações a nível internacional e as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, relativamente ao nosso país, sendo o exemplo mais antigo e importante.

E o que é ser voluntário?

Certamente, o voluntariado não existia se não houvessem voluntários.

Um voluntário é um indivíduo que, de forma livre, responsável e desinteressada doa as suas potencialidades, talentos e trabalho a uma função que o desafia e gratifica em prol de uma realização pessoal (seja de carácter religioso, cultural, filosófico, político e emocional), sem qualquer tipo de remuneração. Este, tal como todo o cidadão, possui direitos e deveres, para que tudo funcione correctamente. Desenvolver um trabalho de acordo com os seus conhecimentos, experiências e motivações, ter um ambiente de trabalho favorável, com condições de higiene e segurança e ser reconhecido pelo trabalho que desenvolve são exemplos de alguns desses mesmos direitos.

Já o respeito pelas opções e orientações dos profissionais das organizações promotoras, utilizar a sua identificação como voluntário, bem como efectuar algum tipo de formação para um melhor desenvolvimento das actividades são alguns dos deveres que cada voluntário possui.

No entanto, é importante realçar que de nada serve aos voluntários possuir direitos e deveres sem a existência de um programa de voluntariado. Este deve ser organizado e realizado entre o voluntário e a organização promotora, devendo ter em conta as normas da própria organização.

Porém, há que nos debruçarmos sobre estas mesmas organizações e projectos, relativamente à nossa Região Autónoma e há que proferir, também, que o Governo Regional não tem ficado indiferente a este tipo de questões, pois já existem diversos organismos e projectos que trabalham com vista a promover o voluntariado. Um dos programas que opera neste âmbito é o “Voluntariado Jovem”, que tem como principais objectivos:

- Criar todas as condições propícias à participação dos jovens em actividades relacionadas com voluntariado;
- Sensibilizar os jovens e toda a comunidade para o valor e a importância do voluntariado enquanto manifestação de participação cívica;
- Aumentar a visibilidade das actividades de voluntariado dos jovens;
- Garantir o reconhecimento das capacidades, competências dos jovens.

Destina-se, essencialmente, a jovens dos 15 aos 30 anos que queiram assumir, seja por qualquer motivo (religioso, cultural, filosófico, político e emocional), livremente o compromisso de dedicar parte do seu tempo, com pontualidade e responsabilidade, sem qualquer tipo de remuneração, a projectos e actividades de interesse social e/ou cultural.

Em suma, torna-se num ponto de encontro entre todos os jovens que querem exercer voluntariado e que se disponibiliza a apresentar oportunidades de enquadramento dos mesmos, nos mais variados projectos. Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silva, representante da Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Deputado Luís Silva (Graciosa): Boa tarde a todos.

Excelentíssimos Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

Segundo a Resolução 52/17 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, 2001, passo a citar: o “Voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de actividades, organizadas ou não, de bem estar social, ou outros campos...”,

O desafio dos Açores no contexto do “Ano Europeu das Actividades de Voluntariado que Promovam uma Cidadania Activa” deve ser encarado como uma alavanca para promover e divulgar a necessidade de acções de voluntariado.

Devem ser realizadas autênticas campanhas de “marketing” para sensibilizar a participação dos cidadãos nos locais onde residem, trabalham etc., em projectos de voluntariado. Desta forma, a sociedade tornar-se-á mais rica e mais fortalecida, pois os valores e necessidades dos seres vivos serão colocados num plano de destaque.

O indivíduo que valoriza o relacionamento com os outros, reconhece a importância da necessidade de existir voluntários e cidadãos cada vez mais activos. Assim contribui para a sociedade com esses valores. Verifica-se uma cadeia de projectos e campanhas relacionados com o voluntariado e cidadania activa para desenvolver e melhorar a sociedade.

O voluntariado e cidadania activa devem ser vistos como ferramentas fundamentais para melhorar as estruturas sociais, nomeadamente para a promoção de mais humanismo, solidariedade e afecto.

O pilar social do desenvolvimento sustentável não pode ser esquecido. Que sociedade poderá colher bons frutos no futuro, se os seus cidadãos não estão satisfeitos? O cidadão comum tem de compreender o valor do voluntariado e cidadania activa, como forma de melhorar as condições da sua vida social e pessoal. As entidades públicas e privadas podem promover inúmeros projectos, que relacionam os campos económicos, ambientais e sociais, de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável. Não podemos esquecer que o desenvolvimento sustentável se fundamenta

não só em alicerces de desenvolvimento económico, mas também com grande relevância nos alicerces sociais e ambientais.

No que respeita à Região Autónoma dos Açores, onde encontra-se locais de reduzida dimensão, nomeadamente as suas paróquias e freguesias, recomenda-se que se cada cidadão de um agregado familiar participasse num movimento de voluntariado e/ou solidariedade, a própria sociedade açoriana ficaria mais fortalecida em termos humanos e sociais. Sendo assim, não seriam sempre os mesmos indivíduos a participarem em vários eventos, grupos, associações, etc.

Aqui fica o apelo:

Caros Açorianas e Açorianos,

Se pelo menos um elemento do vosso agregado familiar voluntariar-se para ser membro de:

- uma associação cultural ou desportiva, como uma filarmónica ou clube desportivo;
 - de uma organização social para ajudar os mais desfavorecidos e desprotegidos, como a Liga Contra o Cancro, Caritas ou Cruz Vermelha;
 - grupos de juventude, como os escuteiros;
 - movimentos na paróquia ou igreja, como catequese, bazares ou jantares de angariação de fundos;
 - ser membro de uma organização social, como uma associação de pais;
 - ser um voluntário num centro de ocupação de tempos livres para jovens ou cidadãos da terceira idade,
- a sociedade ficará mais fortalecida e os cidadãos mais unidos e capazes de enfrentar as diversidades que a vida possa lançar.

É fundamental que as entidades públicas e privadas cooperem entre si, no tecido empresarial, no ensino, nas várias gerações da sociedade, etc. Assim, teremos uma Região preparada para as constantes mudanças que ocorrem na sociedade.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições para debate.

Caso os nossos convidados queiram participar no debate estão livres de o fazer.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Iara Andrade, representante da Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico.

***Deputada Iara Andrade (Pico):** Boa tarde a todos. Espero que o almoço tenha sido bom.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores;
Exmos. Senhores Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

O Conselho da União Europeia instituiu 2011 como o Ano Europeu das Actividades de Voluntariado, para que promovam uma cidadania activa, ou seja, que promovam cidadãos mais activos na nossa sociedade.

Agora, mais do que nunca, é necessário promover a ajuda. Nunca como agora o voluntariado fez tanto sentido, tendo em conta a crise e não só. É de salientar e alertar, para além da crise económica, a crise social que nos fez despertar, há bem pouco tempo, para a dura realidade: pela primeira vez, um idoso, em Portugal, faleceu e foi encontrado 9 anos após este trágico incidente. Casos destes são cada vez mais frequentes, numa sociedade envelhecida de reduzida solidariedade social, devido à mentalidade: se os outros não me ajudam, porque hei-de eu ajudá-los.

Nós, os jovens, queremos e devemos ter um papel essencial na promoção da cidadania com vista a proporcionar aos outros a ajuda quando esta é escassa por parte do Estado.

De realçar que o voluntariado corresponde a uma decisão livre e voluntária, apoiada, essencialmente, em motivações e opções pessoais e nada mais.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Têm a palavra as Sras. Deputadas Ana Marote e Sofia Pacheco, representantes da Escola Secundária Domingos Rebelo.

Deputada Ana Marote (São Miguel): Exmo. Vice-Presidente e restante Mesa, Exmos. colegas Deputados e Exmos. Convidados:

Antes de apresentarmos as propostas, decidimos falar do que é, na realidade, ser um cidadão.

Afinal, o que é ser cidadão?

Ser cidadão é ter direito à liberdade, à vida, à igualdade perante a lei, em síntese é ter direitos civis. Para além disso, é também cooperar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. No entanto, estes dois tipos de direitos só garantem a democracia em conjunto com os direitos sociais, ou seja, aqueles que defendem a participação do indivíduo na riqueza colectiva. Por isso, exercer uma cidadania perfeita é ter direitos civis, políticos e sociais.

A noção de cidadania depende das leis de cada Estado, por isso apresentar uma definição geral de cidadania é difícil. Cidadania sempre esteve relacionado à noção de direitos, sobretudo os direitos políticos, que possibilitam ao indivíduo participar na direcção dos negócios públicos do Estado, intervindo de modo directo ou indirecto na formação do governo e na sua administração. No entanto, dentro de uma democracia, a própria definição de Direito, subentende a contrapartida de deveres.

Actualmente, vivemos um período de crise social e económica em que é, extremamente, importante minimizar os danos causados por esta. Podemos

afirmar, que um dos factores que originaram esta crise social foi a falta de cidadania. É importante referir que, com o decorrer do tempo, os jovens têm cada vez mais liberdade e convivem menos com os pais o que se reflecte mais tarde na sua educação. Esta geração, considerada a “geração da chave”, tem muitas atitudes que com pequenos gestos podem ser evitadas. Tome-se como exemplo os jovens que passam muitas horas em frente ao computador, são irresponsáveis e muito indisciplinados. Para resolver este problema, uma das possíveis soluções poderia ser integrar estes jovens mais na sociedade, por exemplo, através do voluntariado.

***Deputada Sofia Pacheco (São Miguel):** Como todos nós sabemos embora existam algumas associações de voluntariado aqui nos Açores, ainda são poucas. Temos associações internacionais como a AMI, a Cruz Vermelha. Por experiência própria, em Ponta Delgada, temos uma associação que se chama “Juventude Hospitaleira”.

Tive a oportunidade de estar lá um dia, onde podemos exercer várias actividades e tomar a decisão se gostamos de fazer aquilo. Era numa casa de saúde e vou-vos contar uma breve história do que se passou. Um pequeno gesto.

Estava lá uma idosa, muito triste. Sentei-me ao pé dela e disse-lhe assim: “Então, senhora, o que se passa?”. E ela respondeu: “Ah, a minha família disse que me vinha buscar hoje e não veio.” E eu disse: “Oh senhora, vai vir um dia. A senhora descanse, estamos aqui.” Ela disse: “Se não fosse aqui, estava na rua.”

Depois de sair de lá, senti que ela sentia-se bem e que a presença de todo o grupo, alegrou muito aquelas senhoras.

Podemos ainda acrescentar que hoje em dia, apesar de existirem muitos meios de informação, é bastante difícil, para determinadas pessoas, ter acesso à informação sobre como se pode fazer voluntariado. Por isso, no nosso ponto de vista, a divulgação desta informação aos jovens tem muita importância, dado que, a execução da actividade de voluntariado pelos jovens despertar-lhes-á o interesse e torná-los-á mais conscientes dos problemas que os envolvem.

Note-se ainda que a falta de cidadania também se reflecte no aumento da criminalidade, no abandono de idosos, na abstenção de voto, entre outros. Este último tem-se agravado nos últimos anos na medida em que, actualmente, a percentagem de população a não votar é cada vez maior. Para solucionar este problema é importante aproximar a população em geral, mais especificamente os jovens, à vida política e tornar o sistema político mais claro para os jovens, de modo torná-lo mais credível e aliciante.

Como já foi referido, vivemos um período de crise económica, social e a taxa de desemprego é cada vez maior. A pobreza e a fome aumentam, e a

prática de voluntariado poderia ser uma forma de ocupar o tempo dessas pessoas que estão desempregadas.

No entanto, todos os jovens, como nós, quando se deparam com este tipo de proposta de trabalho muitas das vezes recusam. A principal causa desta situação é não haver grandes vantagens em exercer esta actividade. Vejamos, a maioria dos jovens ao reflectir sobre o assunto conclui que as vantagens em exercer voluntariado são muito reduzidas e que têm outras prioridades na sua vida. É o caso dos jovens estudantes que, para além dos estudos, praticam outras actividades que lhes ocupam muito tempo. Desta forma, o tempo restante é muito reduzido e estes não estão dispostos a abdicar dele.

Claro que o voluntariado não tem que ter uma contra-partida e acho que esta actividade é essencial para reflectirmos que ver o bem dos outros já é uma contra partida para nós.

Obrigada.

Presidente: Obrigada Sras. Deputadas. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Matos, representante da Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo.

Deputada Maria Matos (São Miguel): Boa tarde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Caríssimos Convidados:

O Voluntariado está ainda pouco divulgado na Região dos Açores. Na nossa pesquisa enveredamos pela recolha da informação de toda a prática de voluntariado no concelho de Vila Franca do Campo, de maneira a contribuir para um melhor conhecimento do que se já se faz na nossa Região.

Em primeiro lugar daremos destaque ao voluntariado na Igreja Católica, ignorando a dimensão estritamente religiosa, fomos em busca da vertente social, sem dúvida a melhor, ou seja, o voluntario por parte de pessoas que o fazem por vocação, paixão e amor ao próximo. Foi o caso da Irmã Custódia a quem fizemos algumas entrevistas, e ficámos a saber que esta ajuda na entrega da comunhão ao domicílio de pessoas impossibilitadas, visita idosos que estão sozinhos e é um dos membros mais activos da Caritas em Vila Franca do Campo. A Caritas é uma instituição muito solicitada no nosso concelho, a qual tivemos a oportunidade de assistir a uma dessas experiências: na entrega de roupa a pessoas mais carenciadas.

Em segundo lugar, o Corpo Nacional de Escutas, a maior instituição voluntária do nosso país. É a que atrai mais jovens para a prática do voluntariado, pois estão todos por sua própria iniciativa, vontade e paixão de auxílio solidário à sociedade. Tivemos em contacto com alguns membros dos Escuteiros Marítimos de Vila Franca do Campo, a que aderem muitos jovens.

Outro dos nossos grandes pontos da recolha de informação, foram, sem dúvida, os Bombeiros Voluntários de Vila Franca, que nos deram diversas informações. Pudemos apurar que ser Bombeiro é uma profissão que embora possa ser paga em algumas horas, e com base num testemunho, nada é mais gratificante que as horas prestadas à sociedade de forma gratuita, cujo *Obrigado(a)* é a gratificação e o sinal de que foram úteis e que não falharam perante as suas obrigações. Ser Bombeiro é um acto voluntário, mas a partir do momento em que uma pessoa aceita a formação de Bombeiro passa a ser um dever perante a sociedade.

Finalmente a instituição a que queremos dar mais destaque é sem dúvida os LIONS, principalmente o clube do nosso concelho, onde tivemos o privilégio de participar numa das suas actividades, o almoço do dia diocesano do doente, onde podemos verificar a aplicação dos princípios do LIONS. Os LIONS têm como grande lema: “Nós Servimos”.

A pessoa que se quer tornar membro desta organização tem de ter em conta o seguinte Código de Ética: DEMONSTRAR fé nos méritos da minha profissão esforçando-me para conseguir honrosa reputação mercê da excelência dos meus serviços; LUTAR pelo êxito e pleitear toda a remuneração ou lucro que, equitativa e justamente mereça, recusando, porém aqueles que possam acarretar a diminuição da minha dignidade, devido à vantagem injusta ou acção duvidosa; LEMBRAR que, para ser bem sucedido nos negócios ou empreendimentos, não é necessário destruir dos outros. Ser leal com os clientes e sincero comigo mesmo; DECIDIR contra mim mesmo no caso de dúvida quanto ao direito ou a ética de meus actos perante o meu próximo; PRATICAR a amizade como um fim e não como um meio. Sustentar que a verdadeira amizade não é o resultado de favores mutuamente prestados, dado que não requer retribuição, pois recebe benefícios com o mesmo espírito desinteressado com os que dá; TER sempre presente os meus deveres de cidadão para com a minha localidade, meu Estado e meu País, sendo-lhes constantemente leal em pensamento, palavras e obras, dedicando-lhes, desinteressadamente, todo o meu tempo, a minha localidade, meu estado e o meu país, sendo-lhes constantemente leal; AJUDAR ao próximo, consolando o aflito, fortalecendo o débil e socorrendo o necessitado; SER comedido na crítica e generoso no elogio; construir e não destruir.

Apresentamos agora algumas das actividades principais do LIONS Clube em Vila Franca do Campo, principalmente a festa do idoso, que consiste na colaboração dos membros do LIONS na ocupação dos tempos livres desses idosos no lar de Vila Franca do Campo, onde há o convívio com música e também os lanches.

Outra actividade dos LIONS é a recolha de sangue que é feita no Centro de Saúde de Vila Franca do Campo, em que as pessoas podem ir lá voluntariamente e a festa das vindimas, em que eles aproveitam todo o

dinheiro dos bilhetes e também alguns apoios das pessoas que frequentam, para depois concretizarem futuramente algumas das propostas que tenham na mesa.

A nossa participação, no Dia Diocesano do Doente, teve como objectivo a observação directa do evento, ajudando na organização do mesmo, desde servir às mesas até à limpeza do espaço. O LIONS Clube de Vila Franca do Campo, tem como meta a ajuda e o auxílio à população e aposta na conjugação de esforços com outras instituições afins.

Foi um projecto árduo e que exigiu muito esforço da nossa parte, concluímos, após toda a pesquisa, que a necessidade e a falta de voluntariado é tamanha que foi extremamente difícil a recolha de informação para a realização do mesmo.

Podemos desde já dizer que nós servimos 270 pessoas neste evento, ajudamos na recolha e recepção desses idosos que, como podem verificar, são pessoas impossibilitadas e com muitas dificuldades de mobilidade a dirigirem-se para dentro do edifício.

Foi uma actividade que exigiu muito de nós, ficámos muito cansados e foi – como hei-de dizer – estafante.

Os romeiros de Vila Franca do Campo tinham chegado à nossa freguesia no dia antes e também participaram no evento.

O nosso apelo à actividade voluntária não visa a substituição das responsabilidades políticas. Contudo, atendendo ao momento em que a Região se encontra, consideramos de suma importância a solidariedade com que as organizações não governamentais podem contribuir para o bem comum.

Devo dizer que se tiverem uma oportunidade para fazerem uma experiência como nós, é como conselho que vos digo que o devam fazer, porque foi muito gratificante para nós e receber um *obrigada* das pessoas que nos convidaram para tal actividade, é muito bom.

Obrigada.

Presidente: Obrigada Sr. Deputada. Estão abertas as inscrições para debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

***Deputada Catarina Furtado (CAS):** Obrigada Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A minha intervenção, a minha pergunta vai no sentido de tentar provocar o debate. Uma vez que aqui estão, julgo que é importante que saibam que quando as intervenções se sucedem, às vezes há debate. Neste caso até há debate, pois não posso acreditar que nos quase 60 membros dos Deputados aqui presentes, estejam sistematicamente de acordo com aquilo que os anteriores vão dizendo.

Aqui, nem sequer para me opor à Maria, porque a Sra. Deputada Maria explicou-se muito bem - e não fique nervosa com a minha pergunta, a

pergunta não é para deixar ninguém nervoso – mas é uma provocação, entenda-a como uma provocação construtiva e apenas no intuito de que se gere algum debate e que os outros colegas, os outros Deputados, possam seguir o exemplo e sem querer embarçar ninguém, mas que possamos ter aqui uma sã convivência.

Não tenho experiência dos LIONS. Sei que os LIONS têm, de facto, uma grande actividade social e um forte contributo e acção na solidariedade social.

Há pouco outras duas colegas fizeram também um balanço do que é um cidadão com deveres e direitos e a Maria, pelo que percebi, teve, neste evento, que levaram a cabo, alguns problemas de voluntariado, de angariar pessoas para colaborar.

A minha questão era: esses voluntários que procuravam eram todos LIONS? Sei que também há os LIONS Jovens que não se chamam bem LIONS, têm uma outra denominação, que é a liga mais jovem deste movimento.

O que perguntava era: as regras de acesso a ser LION são restritivas?

Falou em fé, se isso tem a ver com critérios religiosos; falou em alguns aspectos que me parecem de valores morais e perguntar-lhe-ia se o estado civil dos candidatos também pode ter influência? Ou seja, há algum tipo de restrições, de limitações que possa demover ou que possa levar à não admissão de LIONS?

Era essa a questão, por desconhecimento meu.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Maria tem a palavra.

***Deputada Maria Matos (São Miguel):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Qualquer pessoa pode tornar-se membro dos LIONS, não há restrições, quer na idade, quer no estado civil. Todos podem tornar-se membros.

Também colocámos essa pergunta ao presidente dos LIONS, em Vila Franca do Campo, e a resposta que obtivemos, é que qualquer pessoa poderia entrar.

Relativamente ao evento, não foi por falta de voluntários. Todos os voluntários que estavam lá pertenciam ao Clube dos LIONS, à excepção de nós os três. Nós fomos convidados com o intuito de termos uma experiência, tendo em conta que vínhamos defender um trabalho sobre voluntariado, seria uma experiência muito importante porque nos abriria muitas mais portas ao debate e também a questões como essa que a Sra. Deputada nos fez.

Todos podem fazer parte dos LIONS. Por exemplo, se alguém daqui quiser ser membro dos LIONS, - São Miguel tem várias instituições, nós conhecemos por acaso a de Ponta Delgada e de Vila Franca do Campo, não conhecemos outro clube em São Miguel – dirige-se às instituições. Mas há

uma contradição, a pessoa que se quer tornar LION tem de ser convidada obrigatoriamente por outro membro dos LIONS. Ou seja, outro membro dos LIONS convida essa pessoa; essa pessoa é levada para a Mesa como proposta para integrar o clube; se não houver alguma objecção, essa pessoa entra, no entanto tem de passar por uma avaliação, porque tem de ter em conta a vida social dessa pessoa. Não pode ser uma pessoa que tenha maus hábitos, tem de ser uma pessoa com dedicação e com vontade, principalmente de ajudar.

Digo-vos sinceramente, se querem ser LIONS por ser LIONS, não tenham essa ideia, porque como tivemos a experiência, sabemos que é preciso ter muita fé e força de vontade para fazer o trabalho que eles fazem. Após o evento, eles próprios disseram que se não tivéssemos ajudado, eles não teriam mãos a medir a todo o trabalho que houve.

Por isso, digo-vos, é preciso muito trabalho.

Depois numa reunião que tivemos os três, achámos que realmente este debate que está a ser feito aqui, no Plenário Jovem, é muito importante para a divulgação do voluntariado, porque só depois de termos uma experiência directa é que apercebemo-nos dos problemas e da falta de voluntariado que existe na Região.

Acho que respondi à sua questão.

Presidente: Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luís Garcia.

***Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Gostei da vossa intervenção, do relato que fizeram, da experiência que viveram. Afirmaram que tinha sido muito gratificante, naturalmente saíram dela muito valorizados e eu colocava uma questão, que é no fundo um desafio. E agora? E o futuro?

Essa experiência resultou nalgum compromisso relativamente ao vosso futuro enquanto jovens voluntários? Em caso afirmativo, levou-vos a aderir a esta causa?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Matos, para responder.

***Deputada Maria Matos (São Miguel):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

De certo modo, sim. Foi uma entrada para uma nova etapa da nossa vida. Já fomos convidados por alguns membros dos LIONS.

Em princípio vamos ser convidados para uma apresentação geral, porque os LIONS todas as sextas-feiras, na última sexta-feira do mês, organizam um jantar. Esse jantar tem como intuito angariar dinheiro para projectos futuros que eles têm e nós fomos convidados com este mesmo intuito.

Tendo em conta que estamos no 12.º ano e que as possibilidades de poder ir estudar para fora da nossa Região estejam postas em causa, ainda não temos a certeza se aderimos ou não à instituição.

No entanto, nós temos em vista fazer voluntariado não estando nos LIONS, mas em outra instituição, porque tendo em conta as áreas que vamos – e falo por mim – seria muito importante, não só para o currículo, mas também como experiência pessoal. Acho que uma pessoa que queira fazer voluntariado pelo currículo não vai ser melhor ou pior que outra pessoa que não o tenha.

Por isso, na minha opinião, acho que voluntariado não precisa ser feito para o currículo, mas sim para a experiência pessoal. Digo, na minha opinião, tendo em conta que quero ingressar na área da educação básica, acho muito importante o voluntariado com as crianças.

E sim, nós pretendemos enveredar pelo voluntariado na nossa vida e digo-vos já – na minha opinião, não sei quanto aos meus colegas – que após o Plenário Jovem fiquei ainda mais sensibilizada com a falta de voluntariado e será algo que irei aplicar na minha vida, caso os meus horários e a minha disponibilidade pessoal o permitam.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Vamos passar à próxima intervenção. Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Moreira, representante da Escola Secundária da Ribeira Grande.

Deputado Miguel Moreira (São Miguel): Antes de mais boa tarde.

Caríssima Mesa, Senhores Deputados, Senhores Convidados, começamos a nossa intervenção fazendo referência ao *art.º 2. da Lei nº71/98, de 3 de Novembro*, que, segundo o qual, «voluntariado é o conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidas sem fins lucrativos».

Desta feita, tendo em atenção a definição apresentada, as acções desenvolvidas no âmbito do voluntariado, de facto, não só propiciam uma melhoria da qualidade de vida e de bem-estar das populações, mas também promovem uma cidadania activa e fomentam o desenvolvimento de valores de solidariedade e de não discriminação dos intervenientes em todo o processo de voluntariado.

Apesar de não renumeradas, as acções de voluntariado, para muitos cidadãos, consubstanciam-se num feito de realização pessoal, uma vez que se caracterizam, indubitavelmente, por serem uma experiência social, profissional e pessoal enriquecedora, por um lado, e por serem um contributo cívico, por outro, na medida em que se traduzem em reforços de participação ou contribuição cívica dos indivíduos, ou melhor, são formas práticas de minimizar o sofrimento económico e/ou afectivo alheio.

A confirmar a nossa opinião, remetemos para os dados estatísticos referentes a 2006, que evidenciam o facto de 3 em cada 10 europeus afirmarem ser voluntários activos e cerca de 80% dos inquiridos considerem o voluntariado como uma parte importante da vida democrática

na Europa. Apesar de o número ser pequeno, e continuar a caracterizar-se pela insuficiência face aos problemas económicos e sociais que a Europa, e, inevitavelmente, Portugal, enfrenta, os voluntários da União Europeia já ajudaram a baixar o número de pessoas que vive abaixo do limiar da pobreza, de 1800 para 1400 milhões, entre 1990 e 2005.

Resta-nos questionar se as mesmas medidas, as intervenções e os objectivos serão necessários implementar na Região Autónoma dos Açores?

Sendo a resposta afirmativa, urge inculcar, desde cedo, o espírito de interajuda nos nossos jovens, por exemplo, através da criação de uma pequena carga escolar no Primeiro Ciclo do Ensino Básico que desenvolva e promova o espírito de cidadania activa nas crianças e lhes atee o interesse para a importância das acções do voluntariado.

Paralelamente, para alimentar o interesse de toda a população nas acções de voluntariado, é necessário divulgar junto da comunidade todas as actividades já existentes, quer a nível regional, quer a nível continental e europeu. Para que tal objectivo seja alcançado, propomos a criação de feiras de voluntariado nas escolas e nas freguesias, com realce para palestras interactivas, informação e dinamização de acções que suscitem o interesse da população em geral, com o intuito de estimular o desenvolvimento de um sentimento de pertença e de empenho dos cidadãos em relação à sociedade, pois no nosso entender é uma estratégia que permite abranger um leque mais vasto de diferentes estratos sociais.

Acresce reforçar a consciência que urge em encarar o voluntariado como um meio eficaz de assegurar o bem-estar e inclusão de pessoas que vivem em situação de pobreza e de discriminação; urge perspectivar o voluntariado como um todo e um veículo para os indivíduos, em particular e para a sociedade, em geral, para examinarem as suas necessidades, as suas preocupações a nível humano, social, intelectual ou ambiental.

O mundo actual vive em rápida mudança, por conseguinte, torna-se imprescindível acautelar medidas seguras de apoio às actividades de Voluntariado de forma a possibilitar a participação de um maior número de pessoas nessas actividades.

É pois importante apoiar a aprendizagem mútua e o intercâmbio, bem como o desenvolvimento de boas práticas a nível local, regional, nacional e comunitário.

Terminamos a nossa intervenção, lembrando que a Comissão Europeia lançou o ano Europeu do Voluntariado em 2011, com o slogan «Sê voluntário! Isso faz a diferença».

Obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Matos, representante da Escola Secundária de Lagoa.

Deputado Tiago Matos (São Miguel): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Antes de apresentarmos as nossas propostas para a resolução da escassez de voluntários, temos de perceber primeiro o que é o voluntariado.

Como a Sra. Dra. Susana Margarido disse – e disse muito bem - o voluntariado consiste no facto do jovem ou do adulto, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedicar parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de actividades organizadas ou não, de bem-estar social ou outro. O voluntariado é uma actividade inerente ao exercício da cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada na solução dos problemas que afectam a sociedade em geral.

Actuar como voluntário é ter um ideal pelo bem-fazer, que assenta numa relação de solidariedade, operacionalizada no exercício de actividades, prestando serviços não remunerados. São princípios enquadrados do voluntariado a solidariedade, a participação, a cooperação, a complementaridade, a gratuidade, a responsabilidade e a convergência.

A realidade do voluntariado é bastante ampla, dependente da criatividade do voluntário e das necessidades e das potencialidades da comunidade em que se insere, desta forma, o voluntário doa energia e ganha em troca contacto humano, convivência com pessoas diferentes e a satisfação de se sentir útil.

Logo, ser-se voluntário é empenhar-se na humanização da vida, é ter uma atitude de cidadania activa, complementar a acção do Estado e assim contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade menos individualista e mais baseada em novas solidariedades.

Desta forma, o voluntariado reforça os laços sociais na medida em que o indivíduo desenvolve um sentido de responsabilidade cívica e de pertença.

Bem-hajam.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Sara Conceição, representante da Escola Secundária Manuel de Arriaga.

Deputada Sara Conceição (Faial): Boa tarde a todos.

Exma. Senhora Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, caros Convidados:

No presente ano de 2011, a União Europeia decidiu instituir o Ano Europeu do Voluntariado, com vista à fomentação de uma cidadania mais activa, uma vez que o actual número de voluntários é considerado insuficiente.

Perante esta situação e no contexto especial deste ano, é fundamental procurar mais soluções de incentivo ao trabalho voluntário, de maneira a promover a inclusão social dos mais desfavorecidos e procurar reduzir as grandes diferenças sociais existentes em muitas regiões.

Abordando especificamente o nosso país, segundo dados de 2001, em Portugal existem cerca de 1,5 milhões de voluntários, dos quais cerca de meio milhão são mais activos em várias áreas e o outro milhão participa esporadicamente em acções de voluntariado. Mais se pode dizer que estes números têm vindo a crescer, o que é visível no elevado número de Bancos de Voluntariado espalhados por diversas regiões do nosso país, cujo trabalho desenvolvido vale pelo menos 0,8% do PIB (valor de 2007). No entanto, este valor ainda está relativamente longe da média europeia e do Canadá, por exemplo, que aponta para 1,4% do PIB.

Passando à nossa realidade, constatamos que nos Açores ainda há muito para fazer nesta área. Verificamos que a Direcção Regional da Juventude tem vindo a promover iniciativas no sentido de criar condições para o Voluntariado Jovem, todavia, principalmente nas ilhas mais pequenas, temos alguma dificuldade em encontrar empresas / instituições que valorizem o trabalho voluntário. Provavelmente, uma das razões será a falta de divulgação e sensibilização sobre este tema. Por exemplo, eu, jovem do concelho da Horta, se pretender fazer trabalho voluntário e consultar a página da Direcção Regional da Juventude, não encontro qualquer resposta acerca do meu concelho. Será que nenhuma instituição estará interessada em trabalho voluntário ou será que as instituições não sabiam que é possível se candidatarem a este tipo de projectos?

É neste sentido que se tem de continuar a promover este tipo de trabalho e procurar medidas que incentivem a adesão de um número crescente de voluntários de todas as idades e de instituições que a possibilitem.

Os incentivos ao trabalho voluntário e a prática de boa cidadania devem começar nos mais novos. Uma criança com a devida educação em casa e na escola com certeza que terá tendência para adquirir no futuro essas práticas. De forma a cativar mais os jovens, é necessário mudar a mentalidade com que se vê o voluntariado, fazer com que ele não seja visto apenas como algo incómodo, sem préstimo, mas sim algo útil e importante para a sociedade.

De certa forma, as pessoas que se voluntariam devem ser discriminadas positivamente, pois destacam-se pelo contributo que dão a todos nós. A maior parte do trabalho voluntário é bastante importante e normalmente não é pago para que não haja mais gastos adicionais para as instituições que o gerem. Sendo assim, um voluntário não verá grandes benefícios naquilo que faz, a não ser a sua realização interior. Para alguns isto basta, mas para a maioria não é o suficiente. É, por isso, que temos de intensificar as acções no sentido de mudar esta mentalidade, pois o voluntariado é uma das

formas de participação comunitária que nos permitem interagir socialmente e aprender inúmeras coisas ao mesmo tempo que ajudamos alguém. Deste modo, os jovens deviam estar mais informados acerca deste assunto e envolverem-se em projectos ou programas deste género de modo a serem cidadãos activos e a darem o seu contributo na construção da sociedade. Quando alguém participa num grupo de voluntariado, recebe valores de solidariedade, generosidade, humildade e ajuda aos outros, de forma que quanto mais novo o jovem integra estas actividades, mais cedo interioriza estas aprendizagens e cresce na sua dimensão social e pessoal. É fundamental perceber que há muitas formas de participar na sociedade, para isso basta apenas ter vontade de “fazer a diferença”.

Obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições para debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia, se faz favor.

***Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigada Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Deputados Regionais:

Quer a intervenção da Sra. Deputada Sara Conceição, quer a intervenção anterior do Sr. Deputado Tiago Matos, falavam na questão da escassez do voluntariado, do número insuficiente de voluntários e que é uma realidade que todos nós constatamos. Dizia mesmo o Sr. Deputado Tiago Matos que antes de falarmos das soluções para resolver essa escassez, teremos de perceber o que é o voluntariado. Evidentemente teremos de perceber o que é o voluntariado e penso que, de uma maneira ou de outra, todos nós já o percebemos e já reflectimos sobre isso e portanto, seria interessante – isto também como uma forma de lançar o debate entre todos – saber que medidas e que soluções são essas que quer uma, quer outra intervenção, diz que é preciso tomar e implementar e gostaríamos de ouvir, particularmente nós que estamos deste lado, a vossa opinião exactamente sobre isso.

Que medidas são necessárias implementar para aumentarmos o número de voluntários na nossa Região?

É interessante a investigação feita pela Deputada Sara Conceição, que foi aos números do PIB, comparando a nível nacional com a nível europeu, com a nível do Canadá, e percebemos que temos muito campo para percorrer nessa área e era interessante percebermos a vossa opinião de jovens sobre o que é preciso fazer nessa área.

Há uma questão que eu queria também aproveitar para abordar, que já foi por duas ou três vezes abordada por alguém – e a Sara também o disse – que vai ao site da Direcção Regional e que não existem as tais empresas ou instituições do Faial, que se possam candidatar.

Não sei porque é que isso acontece. Se as empresas não sabem, se não houve divulgação. O que sei, e por experiência pessoal que tive e que não

queria deixar de aqui a relatar, numa reunião em que estive com uma Instituição de Solidariedade Social, há bem pouco tempo, onde esta questão do voluntariado veio à baila e perguntava porque é que essa instituição não abria as suas portas ao voluntariado. E a resposta que veio do outro lado foi mais ou menos esta: nós queremos um voluntariado organizado, nós queremos um voluntariado que seja regular. Já alguém aqui disse que o voluntariado exige um compromisso, exige regularidade e essas instituições também têm que contar com essa organização e com essa regularidade. Alguém já deu o exemplo da velhinha que estava no lar à espera que alguém fosse lá e depois a frustração que acontece quando essa pessoa, que se comprometeu, não aparece.

Portanto, a instituição que visitei dizia-me exactamente isso: “Nós precisamos de organização, nós precisamos de regularidade.” E falava-me de uma outra coisa que ainda hoje não ouvi falar, falava-me que o trabalho que precisavam exigia do voluntariado alguma formação.

Portanto, - e era aí que eu queria chegar – a responsabilidade de não aparecer as tais empresas e instituições se calhar não está do lado das instituições, também está um pouco do lado do voluntariado que tem de se organizar, de se estruturar, que tem provavelmente – e aqui alguém já falou e penso que é mais ou menos a mesma coisa – de criar uma bolsa de voluntariado; alguém falou em bancos de voluntariados; outros falam em corpo de voluntariado. Portanto, esta organização também é necessária relativamente ao voluntariado, porque as instituições têm as suas questões, a sua vida planeada e o voluntariado tem de dar uma resposta com compromisso, com responsabilidade e com regularidade.

Por isso, apelava a esta responsabilidade: que talvez a não existência de voluntariado ou a não existência de instituições ou empresas no tal site, talvez não esteja só do lado das empresas ou do lado das instituições. Há aqui uma responsabilidade mútua que é preciso resolver e ultrapassar.

Ficava aqui o desafio. Já todos percebemos o que é o voluntariado e quais são as medidas que os Srs. Deputados acham que se deve implementar na Região para que nós possamos efectivamente aumentar o número de voluntários, e designadamente o número de voluntários jovens.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

A bancada do Faial quer responder ao comentário do Sr. Deputado? Faça favor.

***Deputada Sara Conceição (Faial):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Sr. Deputado Luís Garcia, acho que disse no meu discurso que uma das medidas que se calhar faltava para que o voluntariado fosse conhecido, era incentivar a divulgação e a sensibilização do mesmo, porque como bem o disse e afirmámos, não temos o acesso que pretendemos sobre este assunto,

mas com a divulgação feita a partir da Direcção da Regional da Juventude acho que, se isso acontecesse, íamos começar a ter mais conhecimento sobre o assunto.

Tenho dito.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

***Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados jovens, Convidados:

A minha intervenção será uma intervenção curta, mas queria aproveitar porque de manhã não o fiz e foi uma falha. Queria enaltecer e reconhecer efectivamente o trabalho de todos os professores que, de alguma forma, estão a acompanhar os alunos e trabalharam no sentido de hoje podermos ter um dia de trabalho proveitoso e com soluções e sugestões para o futuro. Ouvi com muita atenção a intervenção da Deputada Sara Conceição, minha conterrânea, e gostaria de fazer aqui um apanhado sobre aquilo que, de alguma forma, tenho vindo a ouvir ao longo deste dia.

Em primeiro lugar, - e de manhã, retirando alguns apartes interessantes das intervenções - gostaria de dizer que o voluntariado de alguma forma tem que estar organizado, quer de uma forma institucional, quer de uma forma associativa. Mas, gostaria de dizer, e isto já foi dito hoje por várias vezes, de que o voluntariado parte de cada um e esta é a importância do voluntariado.

Houve, por exemplo, da parte da Deputada Maria Matos a acção do LIONS naquela situação. Isto é voluntariado e é um voluntariado que não precisa de ser organizado. Qualquer pessoa pode fazer voluntariado.

Gostaria de dar aqui dois exemplos em concreto. Antes de estar nestas lidas políticas era professor, não professor de matemática nem de português, mas professor de educação física, ou seja, (não precisam de olhar para mim com essa cara, porque não sou dos exames) trabalhava com idosos na Santa Casa e em todos os centros de convívio da ilha do Faial, na área da actividade física.

A verdade é que por várias vezes actuava não só na área física, mas na área psicológica, de alguma forma, devido à solidão, à incompreensão da sociedade. E fazia ali o meu voluntariado. É verdade que estava a ser pago para ir efectivamente vender as minhas sessões, mas ficava lá, muitas vezes horas a conversar, a falar, e estava a fazer a minha actividade de voluntariado, estava a acompanhar, a fazer companhia e hoje tenho grandes amizades nesta ilha, dentro daquele escalão etário. Isto era uma acção de voluntariado.

Estamos a discutir efectivamente que se deve criar bolsas de voluntariado, que se deve falar em números, mas gostaria de dar outro exemplo. Na freguesia da Praia do Almoxarife, que é uma freguesia que fica aqui ao

lado da cidade, uma freguesia muito bonita, na qual tenho o prazer de ser o Presidente da Junta de Freguesia...

(Risos da Câmara)

Por isso é que é muito bonita!

... no passado, ou seja, no ano de 2006 – e vou explicar porque é que estou dando este exemplo – havia necessidade de pintar a escola da freguesia e um grupo de pessoas juntou-se e sugeriu à Junta de Freguesia que colaborasse no sentido de pintar a escola, que fornecesse os materiais e as pessoas davam a mão-de-obra. Dessas 4 ou 5 pessoas, transformaram-se em 50, 60 pessoas, onde estavam avós, estavam pais, estavam netos e alguns que estavam lá não tinham sequer ligação nenhuma à freguesia. Isto é voluntariado.

As pessoas hoje perguntam-me: “Oh Sr. Presidente, qual é a próxima actividade que temos que fazer? Nós queremos participar.” Mas também temos que fomentar isto.

Por isso, indo de encontro à intervenção da Deputada Sara Conceição, gostaria de dizer: se, efectivamente, há vontade de fazer voluntariado, (podem começar pela Junta de Freguesia da Praia do Almocharife, que está sempre aberta!) acho que isso também tem de partir das pessoas.

Um grande exemplo do voluntariado é ser dador de sangue, por exemplo. Ser dador de sangue é um acto nobre de voluntariado e que, de alguma forma, é organizado, mas também parte das pessoas.

Acho que, a Direcção Regional da Juventude está a fazer um grande trabalho nessa área. Penso que, a questão que tem vindo a ser levantada da divulgação tem de partir das pessoas. O voluntariado só existe com pessoas, não haja ilusões.

É muito fácil dizer “nós queremos fazer voluntariado, mas...” passamos a bola para o outro lado. Não!

O voluntariado parte de nós, de nós todos. A partir daí temos de arranjar sinergias, temos de arranjar parcerias no sentido de se poder fazer um voluntariado activo. Da nossa parte, Deputados, que temos funções nesta Região, somos a voz do povo açoriano, é importante que avaliemos isso, mas que também avaliemos de outro sentido. Avaliar, por exemplo, aquele voluntariado que falei hoje de manhã, voluntariado associativo. Se calhar pensar como é que se pode enquadrar esse voluntariado, porque as pessoas para fazerem um voluntariado...

Sei que me estou a esticar um bocadinho no tempo, mas se estiver a ultrapassar páro!

Esse tipo de voluntariado é que tem de ser enquadrado, porque essas pessoas trabalham, essas pessoas muitas vezes deixam a sua vida profissional para fazer algo pelos jovens, algo pelos idosos, algo pelas

peças e esse voluntariado parece-me, que nós Deputados, é que devemos ter a capacidade – e porque não, pode começar por mim – de lançar esse debate e de discutir este assunto, nesta Câmara, no futuro.

Sendo assim, para acabar, gostaria de dizer que também já visitei algumas Instituições de Solidariedade Social, como o meu colega Deputado Luís Garcia, e que ouvi o que ele ouviu, mas também ouvi outra coisa. Perguntei: “Há voluntariado?”. E responderam-me também do outro lado: “As nossas portas estão sempre abertas ao voluntariado, é preciso é que as pessoas nos procurem.” E eu disse: “Mas vocês também têm de procurar!”. “Nós procuramos, mas não é fácil.” Era numa área de idosos e não é fácil encontrar pessoas que queiram fazer trabalho voluntário.

Hoje, por aquilo que estou vendo e ouvindo aqui dentro, temos cerca de 50 voluntários para o futuro.

Como sabem, vocês são o futuro desta Região e têm um poder sobre os vossos pais muito maior que qualquer outro político e se calhar têm de fomentar o voluntariado em casa, têm de fomentar o voluntariado em casa dos vizinhos, na casa dos amigos e só assim é que se poderá construir uma bolsa de voluntariado. Não que seja uma bolsa efectiva, uma bolsa que podemos quantificar de são “x” números, são um “x” de voluntários. Não! Todos temos um bocadinho de voluntários. Pode começar hoje aqui, pode começar amanhã. Esta é a forma como vejo o voluntariado. Não acho que seja, de alguma forma, legítimo colocar a bola do lado do Governo, ou do lado do Estado. Acho que o voluntariado parte de cada um, porque se nós, efectivamente, quisermos colocar o voluntariado do lado do Estado, fica a ser algo do Estado e o voluntariado tem de ser algo de cada um de nós.

Obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Duarte.

***Deputado Rui Duarte (Faial):** Obrigada Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Serei breve porque o tempo não nos permite.

Queria apenas fazer um breve comentário à intervenção do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Sr. Deputado, a meu ver, e acho que também na opinião de muita gente, é louvável a iniciativa do voluntariado.

É claro que é uma iniciativa que, como todos vós sabeis, parte das pessoas. Mas caros amigos, há muitas pessoas a quererem fazer voluntariado, há muitas pessoas que têm esse desejo, essa vontade e que tentam, mas se não houver um aparelho que parta do Governo, ou que parta de uma empresa, que possa, portanto, agregar essas pessoas, que lhes possa dar as condições para que essas pessoas possam praticar o voluntariado, é um pouco difícil para uma pessoa que manifeste a vontade de querer ser voluntário, consiga por si só, à parte de toda a sociedade, se organizar para fazer isto.

Obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel Zamora.

***Deputado Manuel Zamora (São Miguel):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Não sei se estou certo, mas a minha colega Sara Conceição referiu que o voluntariado vale 0,9% do PIB nacional.

Deputada Sara Conceição (Faial): 0,8%.

O Orador: Sou aluno de economia e o PIB é o Produto Interno Bruto, é a contabilização da economia.

No entanto, é a economia que é vista, que é contabilizada, ou seja, por exemplo, como a Dra. Susana Margarido disse, aquela senhora que ia pintar as unhas às idosas. Acha que isso é contabilizado? Há muito voluntariado pelas nossas ilhas que não é contabilizado, ou seja, esse valor do PIB se calhar está um pouco afastado da realidade.

Não estou a pôr em causa que se calhar os Açores tenham uma percentagem de PIB maior, em relação aos Estados Unidos ou ao Canadá. Nunca diria isso. No entanto, acho que devemos jogar com valores reais para podermos actuar de maneira mais próxima à realidade.

Obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Dra. Susana Margarido.

***Dra. Susana Margarido:** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Queria começar por referir a questão da formação.

As instituições se quiserem formação – para o Sr. Deputado Luís Garcia – podem pedi-la. Se for formação geral, em termos de voluntariado, podem pedi-la mesmo ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, que têm formadores voluntários, que já se deslocaram aos Açores diversas vezes para dar formação em termos gerais. Se for uma formação mais específica ela pode ser pedida ao Instituto de Acção Social, através da Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social, que também tem promovido diversas acções de formação para voluntários mais específicas.

Muitas dessas pessoas também não precisarão de formação, porque um psicólogo que queira ser voluntário, já tem formação. Mas quando não a têm e precisam dela, se ela for solicitada, quer ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, em termos gerais, quer ao Instituto de Acção Social, em termos específicos, (é claro que não vão dar formação a uma única pessoa, vão ter de juntar pelo menos um grupo de 10, 12 pessoas) essa formação depois é facultada.

O Sr. Deputado Lúcio Rodrigues também falou que pintaram a escola e isso é voluntariado. A Escola Secundária Antero de Quental tem esse exemplo. Ainda no outro dia fui informada de que um grupo de alunos da

Escola Secundária Antero de Quental esteve a pintar uma das casas do gaiato, de São Miguel. Portanto, de facto, cá está.

Falando outra vez do PIB, tudo isso não é contabilizado. Portanto, os valores do PIB, estarão correctos, na medida em que, de facto, é aquilo que é apurado. Só que o que é apurado não é a realidade, porque está aquém, definitivamente. Há muito voluntariado, o tal chamado de voluntariado desorganizado, portanto, não está inserido em nenhuma instituição, não é contabilizado. Esses valores estarão muito aquém da realidade.

O trabalho voluntário, de facto, tem um grande peso no nosso país, na nossa Região e não é contabilizado, não é devidamente contabilizado.

Penso que relativamente à formação e a todo o resto, prende-se sempre com a questão da falta de divulgação. Considero que, neste momento, um dos maiores pecados é precisamente a falta de divulgação. Precisamos de novamente voltar à carga e fazer mais divulgação, informar as instituições, informar as pessoas.

De facto, quem quer ser voluntário acaba sempre por ter algum apoio, mesmo que não existam os tais organismos por trás, consegue-se ser sempre voluntário nem que seja dirigindo-se a alguém na nossa escola e pedindo que quer ser voluntário em determinado sítio. De certeza que terão algum apoio.

O ideal será sempre um voluntariado organizado, portanto, termos uma retaguarda que nos apoia, mas não será por falta dessa retaguarda que vamos deixar de fazer voluntariado.

Era só isto que queria dizer.

Obrigada.

Presidente: Obrigada Dra. Susana Margarido.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

***Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados jovens, Convidados:

Só uma breve réplica ao Deputado Rui Duarte para lhe dizer o seguinte.

Não sei se me fiz perceber, mas se não me fiz, vou tentar fazer-me perceber agora.

Não digo que não haja uma responsabilidade, quer por parte do Estado, quer por parte das empresas, no voluntariado. Acho, na minha humilde opinião, que a função do Estado ou das empresas é o enquadramento do voluntariado, ou seja, o que quero dizer é que não tem de ser o Estado nem as empresas a criar as regras efectivas do voluntariado.

O voluntariado, como já disse aqui várias vezes, tem de partir de nós, de mim, de todos aqueles que acham que podem ser voluntários. Parece-me que nenhuma empresa, pelo menos que tenha conhecimento, ou mesmo organizações quer públicas, ou não públicas, possam recusar o voluntariado.

O voluntariado acima de tudo, como a Dra. Susana referenciou de manhã, e parece que é importante salvaguardar essa expressão, não é remunerado. O voluntariado é um acto que nós fazemos de borla. Vai da consciência de cada um.

O que quis dizer na minha intervenção, e volto a referir, é que quer o Estado, quer as empresas, têm que efectivamente enquadrar o voluntariado. Mas o voluntariado parte de cada um e não deve haver regras específicas da forma como cada um vai exercer o voluntariado, porque o voluntariado é mesmo isto, é darmos o que temos e o que sabemos.

Não sei se estou a fazer-me entender, ou fazendo-me perceber, mas concordo que efectivamente tem de haver um enquadramento. Mas o enquadramento é diferente de pegar na bola e passá-la para o outro lado. O voluntariado é mesmo isto, o voluntariado somos nós, por isso é que é voluntariado. Se nós passarmos para um instância mais de Estado ou legislarmos o voluntariado, deixa de ser voluntariado.

É o que acho. Obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Não sei se o Sr. Deputado Rui Duarte quer responder.

***Deputado Rui Duarte (Faial):** Obrigada Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Fiquei agora um pouco confuso com a sua intervenção.

Vamos enquadrar o voluntariado nas empresas ou nas instituições. No meu entender, o enquadramento tem de obedecer a certas regras.

Já existe voluntariado, como disse e é de louvar que as pessoas participem, que as pessoas ajudem no seu meio local, mas se não mudarmos as coisas elas continuam como estão, ou seja, nós precisamos de uma inovação, se calhar até de criar certas regras. Não vamos descaracterizar o voluntariado ao criar certas regras.

Como disse um enquadramento tem de obedecer a essas próprias regras. Como a Dra. Susana Margarido referiu, a situação da velhinha. Quando a senhora que arranjava as unhas não aparecia, ela sentia-se triste, desmotivada, ou seja, este conceito de voluntariado livre é certamente louvável, mas na sua perspectiva de enquadramento que, na sua opinião não é assim, mas na minha opinião entendo como um criar de uma norma ou regra, permite organizar, de certa forma, o acto do voluntariado nas empresas, para que situações como estas não aconteçam, para que haja um voluntariado sério e que permita às pessoas, quem usufrui do voluntariado, essa mesma dedicação, esse mesmo trabalho.

Obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Dário Fonseca.

***Deputado Dário Fonseca (São Jorge):** Obrigada Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Apenas gostaria de informar a Dra. Susana Margarido - que falou em acções de formação para voluntários, que eram dadas por voluntários e que eram completamente gratuitas - que na minha ilha, em São Jorge, - e faço parte da Associação de Juventude da Ilha de São Jorge – já andamos há pelo menos 2 anos a tentar arranjar uma acção de formação gratuita, dada também por voluntários para voluntários e ainda nunca conseguimos arranjar.

Inclusive já demos várias formações, atribuímos diplomas em competências básicas em Tecnologias, Comunicação e Informação a idosos, mas o formador teve de ser pago, a sua deslocação, estadia e remuneração. Isto pago por uma associação sem fins lucrativos, que depende do financiamento do Governo, para manter as portas abertas.

Ainda estamos à espera que ocorram essas acções de formação gratuitas, porque em São Jorge, principalmente na vila onde vivo, Vila das Velas, existe muita gente à espera de uma interessada, só que nunca aparece.

As autoridades responsáveis não procuram tomar iniciativa nestas matérias, esperam que a população vá falar com eles. Inclusive já aconteceu, mas não têm resposta.

Gostaria que as autoridades locais, pode ser a nível regional, ou então a nível local, começassem a tomar estas iniciativas.

Outra coisa que gostaria de dizer era de lançar ao alto uma ideia. Porque é que os Srs. Deputados não começam a tomar iniciativa e começam a praticar o voluntariado em vez de serem remunerados para estarem aqui na Assembleia Legislativa?

Era só. Obrigado.

(Risos da Câmara)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Dra. Susana Margarido.

***Dra. Susana Margarido:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Relativamente a essa formação, para já precisaria de saber mais qualquer coisa e nomeadamente qual foi a instituição que precisou da formação, a quem é que pediu e quem é que negou. Porque assim também sem saber, obviamente que não posso estar por dentro de tudo.

Se for, como disse, geral, podem pedir directamente ao Conselho Nacional da Promoção do Voluntariado. É uma questão de irem ver à internet os contactos e falarem directamente com eles, não tem de passar por mais ninguém, eles próprios marcam as formações. Se for uma formação específica (de enfermagem ou de outra coisa qualquer desse género) até agora, que eu saiba, o Instituto de Acção Social tem-nas promovido, não são remuneradas, de facto são gratuitas. Não sei porque motivo de facto a

vossa não foi abrangida, se terá sido pedida às entidades certas. São uma série de questões que, de facto, podemos conversar melhor, mas que essas formações são dadas e que são gratuitas, são. No caso da vossa instituição não faço ideia do que aconteceu.

Presidente: Obrigada Sra. Dra.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

***Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Só dois apartes.

Em primeiro lugar, ao Deputado Rui Duarte. Percebo o que disse, sem dúvida, mas quero que coloque noutra situação.

Nós, na nossa vida profissional, na nossa vida diária, estamos rodeados de regras, quer profissionais, quer vocês com a vossa profissão de estudante (que é uma profissão nobre), estamos sempre sendo invadidos por regras.

Nos nossos tempos livres e se quisermos colaborar, nomeadamente, numa acção de voluntariado, queremos dar aquilo que temos e que sabemos. Acho que a palavra regra, para o voluntário (caracterizando um pouco o voluntariado livre como dizia e bem), como se costuma dizer aqui, não é de bom tom.

Percebo o que está dizendo, ou seja, tem de haver um enquadramento de forma a que haja responsabilidade, para que a senhora não fique à espera. Eu percebo isto, mas não é fácil. Não é fácil chegar a esse ponto, ou seja, há que discutir muito mais isto, penso que esta discussão tinha de ser muito mais abrangente e com os jovens. Acho que não pode ser apenas uma vez por ano. Penso que tem de se fazer mais plenários nas escolas para discutir esse tipo de assuntos, porque daí podem sair coisas bastante interessantes. Mas compreendo, perfeitamente.

Em relação ao voluntariado dos Deputados, parece-me bem, parece-me que nós todos fazemos voluntariado, respondendo ao meu amigo Dário Fonseca, mas também nós temos de sustentar as nossas famílias. Deixámos a nossa vida para vir para aqui.

Como já foi referenciado hoje de manhã, fomos eleitos democraticamente pelo povo açoriano, todos nós que estamos aqui, mas também fazemos muita acção de voluntariado e espero um dia todos possam ter a oportunidade de passar nesta Câmara e exercer as funções de Deputado Regional, pois há muita qualidade e preocupação com os problemas da sociedade. Logo, parece-me que qualquer um tem a legitimidade de um dia ser Deputado - espero bem que sim - e que nessa altura estejam tão activos como têm demonstrado hoje.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Sara Conceição.

***Deputada Sara Conceição (Faial):** Obrigada Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha pergunta vai para o Deputado Lúcio Rodrigues e eu gostava que me desse um exemplo dessas várias acções de voluntariado que o Sr. Deputado faz.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

***Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Quanto tempo tenho?

Presidente: Tem de ser rápido, 3 minutos apenas.

O Orador: Por exemplo, com as condições que me foram impostas para vir para aqui para ser Deputado, continuo a dar aulas a idosos em 3 centros de convívio da ilha, a custo zero, porque achei que tinha uma ligação muito grande com aqueles idosos e achei que deveria continuar a exercer essa actividade, independentemente de ser Deputado. Esta é uma acção de voluntariado.

Por exemplo, faço parte da Comissão Fabriqueira da Igreja da Praia do Almoxarife, que faz a organização de festas, no sentido de fazer jus aos compromissos financeiros da reconstrução do sismo de 1998, onde também exerço essa função de borla, de voluntariado.

Há outras funções que não faço efectivamente de voluntariado. Ser Presidente de Junta, acaba por ser voluntariado porque a remuneração é quase nula, mas efectivamente recebo para ser Presidente de Junta, por pouco que seja. No entanto, é uma função que todos poderiam um dia ser. Ser autarca é muito nobre, mas penso que de alguma forma já faço o meu voluntariado.

O meu maior acto é de 6 em 6 meses, ser dador de sangue, acerca de 10 anos e faço questão de 6 em 6 meses ir exercer a minha função de dador, com muito gosto ao grupo de dadores da Caixa Geral de Depósitos.

É suficiente? Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Vamos passar à próxima intervenção. Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Macedo, representante da Escola Básica e Secundária da Povoação.

***Deputado Guilherme Macedo (São Miguel):** Exma. Mesa, Exmos. Convidados, Exmos. Senhores Deputados representantes dos partidos políticos, caros colegas Deputados, Exmo. Público:

Irei proceder à apresentação do trabalho da Escola Básica e Secundária da Povoação, cujo tema é “Voluntariado e cidadania activa na Região Autónoma dos Açores”.

O que entendes por voluntariado?

O voluntariado é uma actividade em que os cidadãos disponibilizam-se para prestar serviço não remunerado ao próximo, contribuindo assim para o melhoramento da sociedade em que se inserem.

O que é um Voluntário ?

É um indivíduo de idade compreendida entre os 18 e os 30 anos (dependendo do tipo de voluntariado que exerce) e que actua de uma forma livre, desinteressada e responsável e que compromete a ajudar quem necessita, de acordo com as suas aptidões e o seu tempo livre.

Este limita-se a desenvolver acções em prol dos indivíduos que integram a comunidade. Actua como se tivesse por ideal fazer bem ao próximo, prestando serviços não remunerados. No fundo é uma pessoa que disponibiliza parte do seu tempo para ajudar o próximo, sem qualquer valor monetário ou recompensa, é opcional partindo do bom senso das pessoas, como do seu carácter solidário.

Princípios do voluntariado. Este obedece aos seguintes princípios:

solidariedade, participação, cooperação, complementaridade, gratuidade, responsabilidade e convergência.

Existem vários tipos de voluntariado, tais como: apoio a crianças e a idosos; apoio a pessoas portadoras de deficiência tanto motora como psicológica; apoio a pessoas com problemas de saúde; exclusão social; protecção do ambiente; protecção dos animais; minorias étnicas e imigrantes; actividades desportivas; apoio a actividades de lazer, saúde e tempos livres; educação e alfabetização e desenvolvimento comunitário.

Tipos de voluntariado em São Miguel: apoio a utentes internados;

apoio escolar a jovens; apoio a familiares acompanhantes de utentes no serviço de urgência; apoio nas actividades lúdico-pedagógicas; apoio a utentes em ambulatório; férias de verão na Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel e apoio a pessoas com deficiência e respectivas famílias.

Apoio a utentes internados: visitando os mesmos, distribuindo livros, revistas e jornais como forma de lazer e servir refeições.

Apoio escolar a jovens: é um tipo de voluntariado que está associado a um centro de explicações, para pessoas com menos posses financeiras que necessitam de apoio nas tarefas escolares.

Apoio a familiares/acompanhantes de utentes no serviço de urgência: dando informação e distribuição de refeições ligeiras aos familiares.

Apoio nas actividades lúdico-pedagógicas, tais como, actividades desportivas, expressão plástica e apoio nas tarefas administrativas relativas à planificação das actividades.

Apoio a utentes: pessoas inválidas que se dirijam ao hospital para consultas ou exames, dando-lhes melhor mobilidade das suas casas para o hospital.

Férias de Verão na Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel: proporcionando acompanhamento nas actividades durante o Verão,

realizando passeios, idas à praia e piscina, piqueniques, visitas a jardins, etc.

Povoação: situada na zona oriental da Costa Sul da fantástica ilha de São Miguel, Arquipélago dos Açores, a Povoação é uma vila cheia de beleza. De facto, a Povoação é conhecida como “celeiro da Ilha”, tal a sua importância agrícola, com grandes produções de cereais e batata.

A região de Povoação é rica em paisagens de grande deslumbramento e também em locais perfeitos para as mais variadas actividades de desporto, lazer ou simples contemplação de tão belos panoramas.

A Povoação oferece também interessantes espaços museológicos, como o Museu do Trigo que retrata a importância do “celeiro da Ilha”, ou mesmo o Parque Zoológico da vila da Povoação, onde se observam variadas espécies num agradável espaço de lazer.

Voluntariado na Povoação. Na Povoação existem instituições onde é feito voluntariado como: a Santa Casa da Misericórdia da Povoação - efectuando refeições e também limpeza nas habitações dos idosos; no Centro de Saúde da Povoação – ajudando os doentes nas refeições, a nível psicológico, como a minha colega referiu, da tal velhinha que precisava de um apoio, porque a sua família não vinha, fazemos isso na Povoação; os Bombeiros Voluntários da Povoação – prestando serviços à população, criando assim um ambiente de conforto e de protecção e Centros de Apoio à Criança (CAIP) – ATL/Casa de Acolhimento para além de possibilitar um bom ambiente para os jovens crescerem e conviverem, também é um estabelecimento que acolhe crianças da Protecção de Menores com problemas pessoais.

Educação e Cidadania. A Cidadania Activa é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive. Como exemplo de uma actividade em Educação e Cidadania, temos o *Cais da Cidadania e Diversidade*, iniciativa que irá proporcionar o contacto com a cidadania no contexto açoriano, através da visita ao barco "Santorini" preparado com actividades interactivas, que irá escalar os diversos portos da Região. Tendo como objectivos sensibilizar os alunos do ensino básico e secundário, para a importância do desenvolvimento de uma cidadania activa e aberta para o mundo e respeito pela diversidade cultural. Tenho dito. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições para debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Garcia.

***Deputado Diogo Garcia (São Miguel):** Cara Presidente em serviço, Sras. e Srs. Deputados, Convidados, meus Colegas Deputados e Deputadas:

Devo dizer que assisti à sua intervenção com muito interesse e atenção e tenho dois comentários a fazer.

Em primeiro lugar, o senhor afirma que um voluntário pode apenas ter idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos.

Oh meu senhor, vou contar-lhe uma pequena história.

(Risos da Câmara)

Quando fui operado à apendicite no Hospital do Divino Espírito Santo, Ponta Delgada, conheci uma voluntária com 70 anos. Não pode ser considerada voluntária, porquê?

Ponto um. Ponto dois.

Achei muito interessante a publicidade que fez ao seu concelho, mas se calhar esta não foi a altura mais acertada para o fazer, de qualquer forma, para quem quiser, Ponta Delgada também é um concelho muito bonito.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Macedo.

***Deputado Guilherme Macedo (São Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Relativamente aos 18 e 30 anos, nós fomos, para a realização do trabalho, ao *site* da DRJ (Direcção Regional da Juventude) e lá dizia que era dos 18 aos 30 anos. Para quem quiser, pode ir ao *site* confirmar, pesquisar. Mas quando disse dos 18 aos 30 anos, disse dependentemente do voluntariado que exerce.

Relativamente à Povoação, muita gente que está aqui sei que não conhece a Povoação, portanto apresentei um pouco daquilo que a Povoação é.

Tenho dito.

Deputada Catarina Furtado (CAS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Diogo Garcia quer acrescentar alguma coisa?

***Deputado Diogo Garcia (São Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

O Sr. Deputado importava-se de exemplificar um tipo de voluntariado que não pudesse ser exercido por uma pessoa de 31 anos?

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Macedo.

***Deputado Guilherme Macedo (São Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Para dizer a verdade não sei lhe dizer...

(Risos da Câmara)

...mas, por exemplo, uma pessoa com 15 anos acha que tem capacidade suficiente para cuidar de um idoso?

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Furtado.

***Deputada Catarina Furtado (CAS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres Deputados Regionais, Srs. Convidados:

Acho delicioso que se tenham levantado para este debate. De facto, as questões são pertinentes e enquanto o são, são de louvar; quando são impertinentes, deixam de ter alguma graça.

Obviamente que, e aqui sem querer fazer comentários menos correctos, a questão de que o Guilherme falou tem a ver, Sr. Deputado Diogo Garcia, com limites, infelizmente. Citou outros exemplos de voluntariado com 70 anos; a Dra. Susana Margarido, de manhã, também frisou e disse que mesmo com menos de 18 anos havia tipo de voluntariado que podia ser prestado por crianças e por jovens.

O Sr. Deputado Guilherme provavelmente limitou-se a uma tipologia, a que ele consultou a qual já explicou e reconheceu isso. Agora se vamos esgrimir se com 31 ou com 29 e meio, porque é que não pode...

Isso fez-me lembrar, e eu disse em aparte - porque os apartes são regimentais nesta casa, pelo menos quando estamos em plenários normais, às vezes são exagerados – as grandes discussões quando em Portugal se fez o referendo para a interrupção voluntária da gravidez, em que (como o senhor deve saber) é possível até às 10 semanas e que muitas pessoas diziam: “Mas porque não são 10 semanas e um dia? Mas porque não são 9 semanas e 9 dias ou 9 semanas e 6 dias? Porque 9 semanas e 7 dias são 10 semanas.”

Portanto, há tabelas, há limites, estas coisas são assim, são imposições. São como as notas dos exames. Entra com 9 e meio. Porque é que não há-de entrar com 9,4?

Nestas questões julgo que é muito pertinente que vocês esgrimam, inclusivamente, que disputem a beleza de cada um dos concelhos, – espero que quando os da Ribeira Grande falarem, não se esqueçam – mas depois quando entramos em debate é algo impertinente.

Era só essa a achega, Sra. Presidente, e sem demérito nenhum, mas acho que é de louvar que essas questões sejam feitas, porque é assim que se esclarece uns e outros.

Porque muito se tem falado de voluntariado, - e não sei se vou ter a oportunidade de voltar a falar – queria, em tom de provocação, deixar só um desafio, porque parece-me uma coisa muito interessante que tem atravessado todo o debate e apresentações feitas até agora, que são as questões inter-geracionais. Já ouvi aqui muita vez, de facto, os jovens e os idosos e isso parece-me muito importante que os jovens tenham esta noção de que os idosos precisam de conviver com jovens e crianças, da mesma maneira que os jovens precisam do saber, mesmo que por vezes um pouco rabugento e nem sempre o mais apetecível, dos idosos. Isto é um grande desafio para os jovens que vêm aqui falar de voluntariado. Como é que

operacionalizam com bancos de voluntariado ou sem bolsas e sem bancos de voluntariado? Como é que, efectivamente, podem operacionalizar isso nos vossos tempos livres? Isso aqui entroncava num outro desafio que é: já todos nesta casa, da vossa parte, estão em condições de participar na OTLJ, que é remunerado, não tanto quanto vocês gostariam, provavelmente, mas é remunerado. Deixaria um desafio: aqueles que não ficando abrangidos para a OTL remunerada, ou mesmo aqueles que ficam abrangidos pela OTL remunerada, até que ponto é que estão dispostos, em que numa situação de crise como a que se vive hoje em dia, fazer esta mesma OTL de forma voluntariada e doassem as vossas bolsas a que teriam direito a instituições dedicadas aos idosos ou aos jovens. É um desafio.

Obrigada Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Deputada Maria Matos.

***Deputada Maria Matos (São Miguel):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Queria apenas manifestar a minha opinião e concordar com o Deputado Diogo Garcia. Acho que, e na opinião dele, não deveria haver limites para a idade do voluntariado, porque acho que a partir do momento - não a partir da altura que a criança ou que a pessoa nasce, porque é impossível – que já tenham idade e que consigam ter uma mentalidade, nem é preciso ter uma mentalidade muito madura, mas que consigam fazer determinadas acções e determinadas coisas na vida, já se tornam pessoas voluntárias. No entanto, não é um voluntariado organizado que tenha de interpelar e tenha que ter a ajuda de instituições, mas que o faça por si próprio.

Relativamente à questão de que estavam falando sobre o PIB, ou a percentagem, ou taxa (não prestei atenção, digo sinceramente), acho que são números irreais, porque o voluntariado não está registado em qualquer tipo de documento ou registo e acho que é um número fictício, porque existe muito voluntariado que as pessoas fazem e que não é reconhecido.

Falo pela experiência da pesquisa para o nosso trabalho, porque acho que muitas das pessoas que estão aqui não tinham a noção de que as freiras ou catequistas estão a fazer um trabalho de voluntariado, mas é preciso pensarem nessa vertente, porque elas estão ali voluntariamente, não ganham para educar neste caso, e não ganham para ir dar a comunhão às pessoas que estão em casa. Acho que isso já é voluntariado e qualquer pessoa é capaz de o fazer.

O Deputado Guilherme Macedo disse que um adolescente de 15 anos não podia cuidar de um idoso, mas ele pode fazer determinadas coisas exactamente como uma pessoa de 18, 30, 40 ou 50 faz.

É esta a minha opinião. Obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada Maria Matos.

Passo agora a palavra ao Deputado Diogo Garcia.

***Deputado Diogo Garcia (São Miguel):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Sra. Deputada Catarina Furtado, queria manifestar a minha opinião face à sua crítica.

Entenda que, por detrás do possível hiperbolizado ou até um pouco ridículo comentário que fiz, estava subentendido que não deveria haver um limite etário para a prática do voluntariado, porque pode haver uma pessoa com 31 anos que se encontre fisicamente mais apta para fazer determinado ofício de voluntariado, do que uma pessoa com 29, por exemplo. Era essa a minha intenção.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Dra. Susana.

***Dra. Susana Margarido:** Obrigada Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Mais uma vez quero referir que não há limites, não há tectos máximos nem mínimos para o voluntariado. Claro que há mínimos. Uma criança de 10 anos provavelmente não deverá fazer voluntariado por ser considerada muito pequena e até poder cair quase que na questão do trabalho infantil. Isso depende das instituições. Mesmo que exista na lei um tecto máximo ou um tecto mínimo – e já se falou disso – uma pessoa com 15 anos, ou uma pessoa com 14, com 12, pode fazer voluntariado na área do ambiente, com os animais. Uma pessoa de 80 anos - se estiver lúcida, obviamente, e tiver condições para isso, ela também não se vai candidatar se não estiver lúcida – pode fazer algum tipo de voluntariado também, nomeadamente, se calhar trabalhar com crianças, contar histórias num ATL. Não há rigidez a esses níveis. A única coisa que há é que de facto não se vai pôr uma criança de 6, 7, 8 anos a fazer voluntariado, porque ela provavelmente não terá maturidade nem para animais, nem para plantas, nem para nada disso. Mas é só a questão de ser muito pequena, porque se de facto ela for crescida, pode ir para um canil, por exemplo, uma vez por semana, tratar dos gatinhos do canil. Porque não?

Portanto, esses tectos são bastante flexíveis, depende muito das instituições. Da mesma forma que também há pouco se falou de haver instituições que precisam de voluntários e não têm, há muitas que têm ofertas e não querem receber os voluntários.

Por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo abre a porta a todos os voluntários, têm imensos voluntários. A Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada tem muito poucos voluntários e normalmente rejeita-os muito, mesmo voluntários que já tenham passado por nós. Normalmente fazemos uma entrevista para ver se o voluntário tem aptidões para ser voluntário. Não vamos pôr, por exemplo, um voluntário a trabalhar com idosos ou com crianças sem antes ter havido uma triagem – digamos assim – para ver se aquela pessoa tem capacidades para isso.

Há instituições que recebem muito bem, que precisam, que querem mais e há outras que têm candidatos e não aceitam.

Voltando às idades, reitero aquilo que disse. Há tectos máximos e tectos mínimos, mas eles estão muito esvanecidos. Os mínimos prendem-se de facto com a maturidade da criança e os máximos estarão também relacionados com a incapacidade que o idoso possa ter para desenvolver o voluntariado.

Presidente: Peço desculpa Sra. Dra. agradecia que abreviasse.

A Oradora: Se não houver isso, não há de facto rigidez em termos de idades para voluntários.

Presidente: Obrigada Sra. Dra.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Tiago Matos. Peço que seja breve.

***Deputado Tiago Matos (São Miguel):** Obrigada Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Deputado Luís Garcia.

No seguimento do que o Sr. Deputado Dário Fonseca afirmou há pouco, acho que não há necessidade de não haver remuneração para os Deputados. No entanto, como a Sra. Dra. Susana Margarido afirmou, não há bancos de voluntários nos Açores, por isso não seria mais benéfico a nível social tirar uma parte do ordenado do Deputado e criar esses tais bancos de voluntários?

Obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Luís Garcia quer intervir? Tem a palavra.

***Deputado Luís Garcia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros Colegas, Convidados:

Há pouco, efectivamente, e antes de ir a essa questão, tinha pedido a palavra e depois prescindi porque sei que o tempo está a correr, mas percebendo o que disse o Deputado Guilherme, sobre a questão dos limites de idade, penso que está relacionado com - e não estou aqui para defender a Direcção Regional da Juventude, mas penso que é esta a questão – aquele Programa de Voluntário Jovem, que penso que é assim que se chama, é que tem esses limites. Portanto, os jovens para se poderem inscrever nesse Programa de Voluntariado Jovem é que têm esses limites de 18 e 30 anos. Não sei porquê, deve ter as suas regras. Não sei se concordo, ou não concordo, porque não conheço as regras, mas a questão dos limites acho que é para esse programa em específico.

Penso que esse esclarecimento é útil para os Srs. Deputados e para as questões que foram levantadas a seguir.

Há pouco quando alguém falou na questão da remuneração dos Srs. Deputados, estive para dizer alguma coisa, porque acho que não devemos cair em demagogia.

Os Srs. Deputados estão aqui porque se candidataram, porque foram escolhidos pelo povo, porque há um conjunto de regras que estão instituídas, os salários estão instituídos; os Srs. Deputados vieram para aqui, porque foram eleitos pelo povo e deixaram as suas profissões, as suas empresas; os Srs. Deputados vieram para aqui e retiraram às suas famílias muitas horas porque temos uma Região dividida em nove ilhas e temos que andar de nove em nove ilhas; viemos para aqui porque quisemos, foi uma opção, mas também fomos eleitos e as regras estão estabelecidas. Não vale a pena estarmos a dizer que ganha mais, ou que ganha menos, as regras estão estabelecidas. Não estou a dizer que concordo com o sistema político que está em causa, se existem muitos Deputados... Podemos discutir tudo isso noutra altura, mas associar isto, o facto de que os Deputados devam reduzir os seus salários, que até agora já foram reduzidos pelo FMI, várias vezes...

Presidente: Sr. Deputado, peço desculpa, tem de ser mais breve.

O Orador: Já termino.

Penso que estamos a misturar coisas que não têm efectivamente nada a ver com o tema que estamos a discutir.

O Sr. Deputado Lúcio Rodrigues já disse que para além de Deputado tem outras actividades de voluntário como cidadão. Também como cidadão tenho as minhas, mas não misturemos aquilo que nós somos hoje, Deputados Regionais, com aquilo que como cidadãos devemos e fazemos, uns mais, outros menos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo rapidamente a palavra à Deputada Júlia Pacheco, peço que seja breve.

***Deputada Júlia Pacheco (Pico):** Boa tarde a todos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Só queria dirigir-me aos Srs. Deputados Diogo Garcia e Maria Matos.

Como já disseram nas outras apresentações, o voluntariado exige responsabilidade. Portanto, como é possível uma criança ser capaz de exercer voluntariado seja ela qual for?

Na minha opinião, deve haver limites de idade, porque somos praticamente da mesma idade e nem eu, acho que nem nenhum de vocês, se imagina a ser capaz de mudar a fralda a um idoso, ou a cuidar de um deficiente.

É uma pergunta retórica. É só.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Vamos passar para uma intervenção e tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Bettencourt, representante da Escola Secundária Antero de Quental.

Deputada Catarina Bettencourt (São Miguel): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma.

Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Exma. Senhora Dra. Susana Margarido, representante do Governo Regional dos Açores no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado; Caros Deputados ao XII Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas:

Como deve ser do conhecimento de muitos aqui presentes, o tema da Sessão Plenária do passado ano foi “Pobreza e Exclusão Social – uma análise na Região Autónoma dos Açores”. Sendo o da presente edição “A Cidadania activa e o Voluntariado na Região Autónoma dos Açores”, verifica-se um encadeamento lógico dos temas propostos, uma vez que um cumprimento pleno das normas de cidadania, que nos devem ser inculcadas desde tenra idade, e a participação activa da comunidade em acções de voluntariado constituem excelentes práticas na redução e, quiçá, erradicação de carências económico-financeiras e da discriminação subjacente ao contraste entre os diferentes níveis sociais e não só.

É possível, então, do diminuto exemplo supracitado, reter a extrema importância e relevância de uma correcta cidadania e das acções de voluntariado.

Como muitos dos meus colegas Deputados já referiram, esta matéria é pertinente, pois 2011 é o Ano Europeu do Voluntariado, uma iniciativa que tem por objectivo divulgar e promover as diversas formas de trabalho voluntário e apelar à participação da comunidade em acções de voluntariado.

Passemos então à clarificação destes dois conceitos: cidadania e voluntariado, no seguimento e complemento de certa forma da intervenção feita pela Exma. Sra. Dra. Susana Margarido.

Quando se faz referência ao voluntariado, a vasta maioria de nós pensa imediatamente em actividades como a distribuição de comida ou o apoio a populações desfavorecidas. Contudo, por voluntariado, ou trabalho voluntário, segundo uma das múltiplas definições aceites, depreende-se toda e qualquer actividade que sem remuneração ou lucro – como já foi aqui dito múltiplas vezes, segundo uma de muitas definições aceites - algum implique dedicação de tempo e esforço em prol do benefício do próximo da comunidade ou do ambiente, sem que a entidade que a pratica seja coagida, ou seja, agindo segundo o seu interesse pessoal e espírito cívico.

Ser voluntário constitui uma ocupação de prestígio, dado que no voluntariado se presta auxílio a quem precisa, contribuindo para um mundo mais justo e solidário. Para tal, uma actividade só é considerada como voluntária se obedecer a três requisitos: o desinteresse, já que o seu agente não pretende auferir de nenhum benefício ou lucro, como já tinha dito da acção que pratica; a deliberação, isto é, o voluntário procura alcançar um propósito positivo e legítimo (mudar para melhor a situação de outrem), e

obtém um certo consentimento por parte de quem auxilia, o que permite uma melhor qualidade na actividade que realiza e, por último, o trabalho voluntário deve estar justificado, dado estabelecer-se como uma resposta a uma necessidade real do beneficiário.

O acto de ser-se voluntário surge, então, por diversas razões: como forma de desenvolver certas aptidões em vastas áreas, adquirir experiência em diversas áreas, aventar a socialização ou pela simples e gratificante sensação de ajuda ao próximo. O voluntário apresenta diversas motivações, nomeadamente o altruísmo, a solidariedade e o desejo de melhorar a qualidade de vida de terceiros, o que traz consequências extraordinariamente benéficas para os próprios voluntários, com certas convicções religiosas e, até, o aumento da probabilidade de ser-se contratado, porque, como alguns devem saber, certos empresários valorizam o trabalho de voluntariado, pela extraordinária experiência social e de vida que constitui.

Na Região Autónoma dos Açores, uma das primeiras instituições, que aqui já foi referida, de ajuda humanitária e voluntariado a ser fundada foi a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, a 5 de Agosto de 1879. A maioria dos membros constituintes desta fundação eram civis que se haviam voluntariado, pondo em causa a sua integridade física, em prol dos outros e do ambiente. Temos também conhecimento da existência de outras associações com os mesmos objectivos de prestação de auxílio, como a Casa do Povo de Santa Bárbara e Santa Casa da Misericórdia, sediadas na ilha da Terceira, o Instituto de Apoio à Criança, sediado em Ponta Delgada e, até, o caso do voluntariado ambiental e ajuda a seres vivos, a Associação Açoriana Protectora dos Animais e o Projecto LIFE Priolo, em São Miguel.

O voluntariado contempla vários tipos de acção que podem agrupar-se em quatro grandes áreas de intervenção: o voluntariado em acção social, o qual é exercido, por exemplo, pela Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico; o voluntariado ambiental, caso do trabalho voluntário executado nas ilhas da Terceira, Graciosa e Flores por parte da Gê-Questa, que a Dra. Susana Margarido já havia referido, uma instituição de defesa do ambiente; o voluntariado cultural e o voluntariado em eventos, como acontece quando qualquer indivíduo contribui para as campanhas do Banco Alimentar Contra a Fome.

É também de louvar a acção das Ligas dos Amigos dos Hospitais dos Açores, à qual pertence a Liga dos Amigos do Hospital de Angra do Heroísmo que, através do seu corpo de voluntários, desenvolve várias iniciativas, como o apoio aos doentes nas urgências, no sentido de diminuir a ansiedade destes e de fazer a ponte com os familiares à espera de notícias, até ao acompanhamento de doentes para Portugal Continental de forma a fazerem tratamentos prolongados. Existe ainda a Liga dos Amigos do

Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada que, com a colaboração de voluntários, presta apoio diário aos doentes e familiares, quer nas urgências, quer no acompanhamento mais directo dos próprios pacientes. Estes são apenas alguns exemplos dos muitos existentes, mas demonstram perfeitamente que o voluntariado é altamente dinamizador de um diálogo solidário e de expressão de cidadania em prol dos outros.

Analisando o caso concreto do Banco Alimentar Contra a Fome, os bens angariados têm, de modo geral, aumentado exponencialmente, tendo atingido o seu auge em 2009. Neste dito ano, foram reunidas 425 toneladas de alimentos, o que se traduz em 604 mil euros que auxiliaram a melhorar a qualidade de vida de cerca de 3217 famílias.

Presidente: Sra. Deputada, peço desculpa, mas tem de ser mais breve.

A Oradora: Em relação à cidadania, no caso concreto da Região Autónoma dos Açores, podemos referir que a sua definição é muito complexa, não existe apenas uma. Existem inúmeras possíveis clarificações do seu sentido, variando consoante as várias instituições, legislações e até cidadãos. Deste modo, a noção de cidadania e cidadão depende, em grande parte, do espírito cívico, dado que uma norma de cidadania que pareça essencial e fulcral para alguém pode, efectivamente, não o ser para outro.

A Região Autónoma dos Açores é extremamente rica em iniciativas de voluntariado de diferentes tipos que possuem como móbil vários fins, porém, foquemos agora a nossa atenção na cidadania no Arquipélago. Embora seja, como já tinha dito, um conceito abstracto, discutível e extraordinariamente abrangente, terão efectivamente os Açorianos uma cidadania idónea e exemplar? Existirá de facto um grande respeito entre cidadãos e destes em relação ao ambiente? Qualquer que seja a nossa opinião, verificam-se situações inquestionáveis, como sendo a eutrofização das massas de água lacustres em diversas ilhas, predominantemente em São Miguel, devido ao uso excessivo de adubos nos terrenos agro-pecuários circundantes, ou o facto de, em 2011, nos Açores, nas eleições se ter registado a maior taxa de abstenção, 68,9 %, ou ainda o aumento de 12,9 % dos crimes violentos, em 2010. Os exemplos supracitados constituem claras manifestações de uma cidadania pouco saudável, dado irem contra certos princípios base do que é ser-se cidadão.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições para debate.

Passo a palavra à Sra. Deputada Joana Matos, peço que seja breve.

* **Deputada Joana Matos (São Miguel):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Não queria fazer nenhum comentário relativamente ao trabalho da Deputada Catarina Bettencourt. Ao contrário disso, gostaria, sim, de partilhar com todos vós, Srs. Deputados, uma espécie de episódio ou

história por que já passei, eu e uns colegas meus, relativamente ao que o Deputado Lúcio disse, sobre o exercício de voluntariado ter de partir das pessoas, ter de partir de todos nós.

Há uns tempos, eu e uns colegas visitávamos, na nossa hora de almoço, os doentes acamados do centro de saúde de onde residimos. Chegou uma altura em que nos foi dito que, por não sermos familiares, não poderíamos fazer visitas. Não poderíamos chegar lá e fazer o que fazíamos, que era simplesmente conversar com todos os doentes, jogar às cartas, partilhar histórias, aprender com eles e eles aprenderem connosco. Portanto, não se trata de não ter vontade, mas sim de as entidades, os hospitais e tudo o mais, não nos darem oportunidade de fazermos isso.

Era só isso que queria comentar.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Tiago Silva, peço que seja bastante breve.

* **Deputado Tiago Silva** (*Faiãl*): Exmos. Senhores Deputados Regionais, Dra. Susana Margarido, Srs. Deputados:

Gostaria apenas de dizer alguma coisa relativamente ao que falou há pouco, da remuneração dos deputados regionais.

A meu ver, o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues afirmou que realmente, quando uma pessoa é eleita e vem para aqui, tem de ter algum tipo de remuneração, para poder continuar a sustentar-se a si e à família. O que tem toda a lógica porque, para que os cargos sejam acessíveis democraticamente a todos, as pessoas têm de se sustentar.

Agora, quando o Sr. Deputado Luís Garcia afirmou que, realmente, existe a lei que define essas remunerações, não concordo completamente com essa afirmação, a meu ver, o que é partilhado com alguns. Não sei no caso da nossa Assembleia Regional, mas a nível nacional e no Parlamento Europeu existem deputados que fazem isso, que é o seguinte: quando deixam as profissões que têm para exercerem o cargo de deputados, ou outros cargos, vão passar automaticamente a ter uma remuneração superior àquela que tinham anteriormente. Não podem dizer: “Vou ganhar menos”, como o senhor disse. Mas o que fazem é doar essa diferença a instituições e ficar apenas com o dinheiro equivalente ao que ganhavam anteriormente.

Era apenas isso, obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Deputada Catarina Furtado, peço que seja breve.

* **Deputada Catarina Furtado** (*PS*): Sra. Presidente, tentarei, pelo menos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Jovens e demais, Convidados:

Não posso deixar passar aqui a intervenção da Catarina Bettencourt, salvo erro, da escola Antero de Quental, porque focou, sobretudo no final – e pena que tenha sido já *en passant*, devido ao tempo –, a questão duma

cidadania pouco saudável, sobretudo relativamente ao ambiente. Acho que, de facto, não poderia estar mais de acordo.

É uma área em que tem de haver uma pedagogia muito intensa, sobretudo da vossa parte, que são jovens e estão numa fase dum grande contributo para isso, e dum grande exemplo. De facto, há a noção de que podemos sujar e quem vier atrás que limpe, ou que feche a porta; o planeta é nosso, agora. Portanto, a eutrofização das massas lacustres, ou outros problemas, como falou, que já não se prendem só com o ambiente, mas também com o ambiente social em que nos movemos, que vem aqui entroncar na questão seguinte de que eu queria falar.

Falou nas altas taxas de abstenção que se vivem na região, que estão em estudo e em que se verifica que, quanto mais distante é o acto eleitoral, portanto, quando são actos eleitorais que se prendem com a Europa, são normalmente aqueles que mais elevada taxa de abstenção têm. Normalmente, as mais próximas, as autárquicas, são as que registam menores taxas de abstenção. Quando as coisas estão em crise e quando a incredulidade total no sistema político e nos seus políticos está como está, também as pessoas, em vez de irem votar e exercer o seu direito, nem que seja em branco, normalmente a maioria acaba por achar que o melhor é deixar de ir votar e, portanto, abster-se.

São questões, de facto, muito pertinentes, no que toca a uma cidadania activa, ou que deviam ser objecto duma cidadania activa. E folgo em saber que é uma questão que vos preocupa, espero, porque estão ainda muito a tempo de fazer a grande diferença, a grande mudança, na vossa geração e nas gerações vindouras.

Quanto à Sra. Deputada Joana Matos, que interveio sobre uma tentativa frustrada e impedida, de certa forma – e sem querer alongar o debate, sei que estamos em cima das horas regimentais – em vez de lhe fazer a questão que faria, diria apenas que, tendo conhecimento disso, não devia ter baixado os braços e desistido, se bem que pode ter sido o mais fácil. Não sei o que fez, mas o meu conselho seria no sentido de contactar entidades competentes, responsáveis pela instituição em causa e tentar um apoio de adultos, para que se organizem de forma a poder, de facto, levar a cabo tão bom acto de humanidade e cidadania.

Depois, não posso deixar passar aqui, também porque se prende com a questão de que falei há pouco relativamente à intervenção da Deputada Catarina Bettencourt, as intervenções feitas a nível dos ordenados dos deputados. Os ordenados dos políticos, de facto, estão na ordem do dia. Sobretudo, quando o país está em crise, são empolados. Todos nós recebemos catrefadas de emails com despachos e exorbitâncias de ordenados, e nem nos damos bem ao trabalho de verificar se assim é de facto. Assimilamos que são na ordem dos jogadores de futebol. Eu queria dizer-vos que não tem nada a ver com o jogador duma liga caseira, sequer.

Portanto, não tem, não passa por um ordenado dum a liga caseira, nem sequer, tão pouco, de jogadores de hóquei do Candelária, para aqueles que conhecem os grandes jogadores de hóquei de Candelária do Pico.

Julgo que há um grande mal entendido sobre qual é a exorbitância ou não dos ordenados dos Srs. Deputados. De facto, Sr. Deputado Tiago, há forças partidárias – e não vou dizer que também não há deputados – que optam pelo seu ordenado de origem. Ficam com o seu ordenado de origem e o excedente reverte para a força partidária que representam. É muito frequente acontecer isso no PCP, todos nós sabemos, é público. A questão que lhe deixo é: se nós queremos políticos... E querê-los-emos, de facto, e eu também quero, porque faço parte da classe, pelo menos no tempo em que aqui estiver. Tudo farei da minha parte para que sejamos levados a sério, e não como uma t-shirt que vi dum jovem, na Assembleia da República, na semana passada, que me chocou e que dizia: “Não faço népia, sou político”.

(Risos da câmara)

Chocou-me, não me deu vontade de rir. Acho que é falta de esclarecimento. É por isso que acredito que, aqui hoje, vão ficar também a perceber melhor que, de facto, há políticos que nada fazem. Mas, aí, não me digam que não conhecem professores que não fazem nada, médicos que nada fazem, empregados de escritório que nada fazem, ou nas outras profissões todas, em que há gente que tenta passar pelos pingos da chuva sem ser notado, que não faz nada e não merece o dinheiro que ganha.

Também lhe ia dizer que, se queremos políticos cada vez mais qualificados, se queremos políticos que façam a diferença, perguntava o que propõe para aqueles políticos que, na privada – não estou a falar de empresas públicas, não estou a falar de organismos do Estado; em profissões liberais ou na privada – ganham três, quatro, cinco, seis, sete, dez vezes mais, mensalmente, do que ganhariam como deputados? Como é que se os cativa para virem fazer política activa?

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

* **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Caros Convidados, Srs. Deputados:

Duas breves notas, muito curtas.

Em primeiro lugar, utilizando um pouco as palavras da Deputada Catarina, queria dizer à Joana Matos que, se ela não tinha admiradores, passa a ter um, que sou eu. Porque eu, efectivamente, reconheço e dou muito valor aos jovens que olham pela classe etária dos idosos. Os idosos, como se diz na gíria, são a segunda infância. Efectivamente, é preciso ter uma capacidade

de encaixe, muitas vezes difícil, com os idosos, e é preciso ter muita sensibilidade. Da minha parte, fica a admiração, porque também sou um apaixonado pelos idosos. Também trabalho com idosos e é fantástico.

Corroborando as palavras da Deputada Catarina, acho que não há que baixar os braços, há que insistir, há que ir à luta. Se há vontade de fazer voluntariado nessa área, por que não continuar? Força! Naquilo que puder ajudar estou disponível. Este é o meu local de trabalho, facilmente conseguirá chegar à minha pessoa. Estou disponível para ajudar naquilo que for preciso.

Relativamente ao Deputado Tiago, conterrâneo, da minha terra – para aqueles que não sabem, o Tiago deu as suas primeiras braçadas de natação comigo, fui professor dele, conheço-o há muitos anos e conheço muito bem os pais –, percebo-o e, efectivamente, acho pertinente a questão. A Deputada Catarina colocou a questão noutra sentido e eu ainda reforço mais, que é: aqueles que vêm para cá ganhar mais devem, efectivamente, na opinião do Tiago, abdicar do dinheiro que supostamente ganham a mais do que ganhariam no seu emprego. E para aqueles que vêm ganhar menos? Como resolveríamos a questão?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Clementina Costa, representante da Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira.

Deputada Clementina Costa (Corvo): Exma. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados e Convidadas:

2011 foi decretado o Ano Europeu do Voluntariado com o objectivo de incentivar e apoiar os esforços desenvolvidos pela comunidade, pelos Estados-membros, e pelas autoridades locais e regionais, no sentido de criar condições na sociedade civil propícias ao voluntariado.

O voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo e conhecimentos, sem remuneração alguma, a diversas formas de actividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos, sendo actor e agente de transformação que presta serviços em benefício da comunidade, atendendo tanto às necessidades dos outros como a determinadas causas por eles defendidas, sejam estas de carácter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional.

O trabalho voluntário é um trabalho sério que muitas vezes necessita de especialização e profissionalismo, sendo utilizado para resolver muitos dos problemas que existem na nossa sociedade.

Por todo mundo existem instituições que utilizam o trabalho voluntário de milhares de pessoas. Um bom exemplo destas instituições é o comité internacional da Cruz Vermelha, que desenvolve um trabalho de voluntariado em vários países do mundo. Em Portugal, o exemplo mais

antigo e dos mais importantes é representado pelas Associações Humanitárias de Bombeiros, que tem por lema “ Vida por Vida”.

Verifica-se um predomínio de voluntários que exercem profissão e de voluntários reformados, notando-se que os jovens têm ainda pouco conhecimento nesta área.

Considerando a realidade dos jovens, bem como os muitos desafios e situações conflituais em que estes vivem, o voluntariado pode tornar-se num espaço alternativo, não só de inserção social e compromisso de cidadania responsável, mas também como uma proposta que ajuda o jovem a conhecer-se a si mesmo e a descobrir suas potencialidade, tornando-se assim num melhor cidadão e contribuindo desta forma para uma sociedade melhor.

A acção voluntária também se torna gratificante para os próprios voluntários, pois permite que estes obtenham experiência desenvolvendo o espírito de cidadania e aumentando as competências pessoais, levando a uma satisfação, a um prazer interior tanto a indivíduos mais jovens em plena vida activa, como a indivíduos mais velhos que se encontram reformados, tornando-se assim num factor positivo no envelhecimento, trazendo qualidade de vida a estes.

Ser voluntário é fazer a diferença. Quando uma pessoa assume ser voluntária, está a assumir um compromisso de ajuda, que deixa a pessoa mais feliz e realizada. O voluntariado é uma entrega pessoal que nos torna diferentes e melhores cidadãos, com mais competências sócio-afectivas.

As acções de voluntariado deviam realizar-se durante todo o ano e não só em épocas especiais como o Natal. É importante que as pessoas compreendam que a experiência de servir não se deve restringir a um momento particular de entusiasmo e de generosidade, mas seja o fundamento de uma atitude madura e definitiva que qualifica o cidadão.

O grande desafio neste momento é lançar a semente do voluntariado para colhermos uma sociedade melhor e mais justa. Para isso, é necessário desabrochar nas pessoas uma vontade interior de se empenharem de modo solidário em prol da sociedade e motivar essas boas acções para toda a vida. A humanidade tem de perceber que o voluntariado é uma escola de vida, que traz retribuição quer para quem recebe ajuda, quer para quem dá seu contributo, e que leva a um crescimento pessoal.

O gesto voluntário reveste-se de dignidade e amor, somando-se a outros gestos altruístas que contribuem para a transformação social.

Audrey Hepburn disse: “Lembre-se que, se algum dia precisar de ajuda, encontrará uma mão no final do seu braço. À medida que envelhecer, descobrirá que tem duas mãos – uma para ajudar a si mesmo, e outra para ajudar aos outros”.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Júlia Pacheco, Representante da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico.

Deputada Júlia Pacheco (Pico): Boa tarde a todos, Exma. Mesa, Exmos. Srs. Deputados, Caros Colegas, Exmo. Público:

O conceito de voluntariado nasceu na Europa, no século XIX, e tem vindo a crescer significativamente nas últimas décadas. Grande número de associações com apoio financeiro ou técnico dos governos, das empresas e dos cidadãos contam com projectos de voluntariado nos mais diversos âmbitos de trabalho. No dia 27 de Novembro de 2009, o Conselho de Ministros da União Europeia declarou oficialmente 2011 Ano Europeu das Actividades Voluntárias que Promovam uma Cidadania Activa.

O Ano Europeu tem por objectivo geral incentivar e apoiar os esforços desenvolvidos pela Comunidade, pelos Estados-Membros e pelas autoridades locais e regionais, tendo em vista criar condições na sociedade civil propícias ao voluntariado na União Europeia e aumentar a visibilidade das actividades de voluntariado na União Europeia.

Este objectivo geral será operacional através de quatro grandes objectivos específicos:

1. Criar um ambiente propício ao voluntariado na União Europeia;
2. Dar meios às organizações que promovem o voluntariado para melhorar a qualidade das suas actividades;
3. Reconhecer o trabalho voluntário;
4. Sensibilizar as pessoas para o valor e a importância do Voluntariado.

Caros Colegas Deputados:

O voluntariado tem um papel fundamental no desenvolvimento social da Europa, pelo que o objectivo é incentivar e apoiar os esforços desenvolvidos pela comunidade, pelos 27 Estados-membros e pelas autoridades locais e regionais.

Segundo os dados do [Eurobarómetro](#) há, actualmente, mais de cem milhões de europeus a fazerem trabalho voluntário, mas, ainda assim, é necessário um maior envolvimento por parte dos cidadãos, uma vez que as metas traçadas até 2015 estão cada vez mais difíceis de alcançar, alertam os últimos estudos das Nações Unidas (ONU).

O voluntariado ambiental, uma vertente recente do conceito de voluntariado, é geralmente desenvolvido por associações de defesa do ambiente e tem como objectivo minimizar os efeitos negativos da acção humana sobre a terra, mediante o trabalho altruísta dos cidadãos. Veja-se o sucesso de campanhas como “Limpar Portugal”, ao qual o Concelho das Lajes em geral e a nossa escola em particular tem aderido.

As acções de voluntariado ambiental são fundamentais para a preservação do ambiente, ainda para mais numa região abençoada pela força criadora da natureza, como a nossa. Se partirmos de uma premissa já antiga que dizia: “Pensar globalmente e agir localmente”, percebemos que quando se fala de ambiente e sustentabilidade cada um de nós precisa de fazer a sua parte. No entanto, só isso não basta, precisamos de contagiar todos, actuarmos juntos, de maneira integrada, e quanto mais novos começarmos, melhor. Trata-se de um compromisso social, onde cada um pode fazer a diferença.

O voluntariado é mais do que uma acção pontual, como observamos muitas das vezes, exige responsabilidade, cuidado e continuidade. Na actualidade, a temática ambiental ganha espaço na comunicação social e nas discussões diárias. Hoje em dia, muitos já sabem que o ambiente saudável é um direito previsto na lei. Da mesma forma, todos nós temos o dever de cuidar do planeta e dos seus habitantes. E, com certeza, acções voluntárias poderão tornar o nosso planeta um lugar melhor para se viver.

Como dizia o Papa João Paulo II, falando em cidadania mundial, “é indispensável ter em conta as implicações éticas do uso dos bens da terra. O facto de pertencer à família humana confere a cada pessoa uma espécie de cidadania mundial, tornando-a titular de direitos e de deveres, visto que os homens estão unidos por uma comunhão de origem e de supremo destino”.

O voluntariado ambiental tem ganho força e espaço, tornando-se uma prática necessária em tempos de adaptação às mudanças múltiplas que vivemos, com destaque para aquelas que afectam o equilíbrio desta grande nau que coabitamos.

O Desenvolvimento Sustentável é uma “concepção de progresso que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das futuras gerações satisfazerem as suas”. Este conceito “implica certos limites – não absolutos, mas sim limites impostos pelo estado actual da tecnologia e da organização social relativamente aos recursos ambientais e pela capacidade da biosfera absorver os efeitos das actividades humanas”. “O desenvolvimento sustentável não é um estado de harmonia fixo, mas antes um processo de mudança em que a exploração de recursos, a orientação dos investimentos e desenvolvimento tecnológico, além das transformações institucionais, têm de dar resposta às necessidades tanto futuras como presentes”. É fundamental pensarmos e agirmos com responsabilidade inter-geracional.

Caríssimos Deputados:

Queremos na nossa intervenção mostrar a ligação possível, desejável e mesmo necessária entre voluntariado e desenvolvimento sustentável, porque, estando neste momento a decorrer a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), declarada pela Resolução n.º 57/254 das Nações Unidas para o período entre 2005-2014, é fundamental

perceber a responsabilidade individual perante um futuro comum que exige o compromisso de cada um de nós, para um desenvolvimento que envolve as pessoas, os seus lugares, assente em acções integradas, continuadas e colectivas; é aqui que o voluntariado assume um papel de destaque. Os voluntários podem ajudar a mobilizar e organizar pessoas em escolas, freguesias, concelhos, agregando-as em tornos de causas válidas.

Educar para o desenvolvimento sustentável implica educar para a complexidade, para um exercício activo da cidadania. E que melhor forma do que a escola assumir na sua missão o fortalecimento do voluntariado e a formação de cidadãos comprometidos com as causas ambientais, com a sustentabilidade do planeta? Perspectivando a possibilidade do voluntariado para toda comunidade escolar, professores, órgãos de gestão, alunos, funcionários e pais.

Devemos aqui lembrar que, quando falamos de causas ambientais, estamos na verdade a entender o ambiente como um todo, ou seja, as dimensões ambientais, sociais e económicas. Envolver a comunidade escolar numa acção voluntária poderá contribuir para a formação individual de cada aluno e, por conseguinte, da comunidade da qual ele faz parte.

Garantir o envolvimento e compromisso dos voluntários é um desafio. Ser ou estar voluntário não é actuar somente quando estamos “para aí virados”. É um compromisso com uma instituição, com pessoas, com uma causa. O voluntariado é um compromisso ético, que cremos dever assentar nos pilares de uma sociedade sustentável, um trabalho de hoje para o futuro. Sem dúvida que será necessário perceber que o voluntariado implica uma actuação face a causas e acções com as quais os próprios se identifiquem – é necessário aprender a ser um voluntário e entender o que se faz.

Obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos suspender os nossos trabalhos.

Regressamos dentro de 15 minutos.

(Eram 16 horas e 39 minutos)

(Após o intervalo a Sra. Deputada Vanessa Lopes foi substituída na mesa pela Sra. Deputada Ana Proença)

Presidente: Boa tarde Srs. Deputados e Srs. Convidados.

Vamos retomar os nossos trabalhos com a Agenda da Reunião.

(Eram 17 horas e 01 minuto)

Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca da Escola Básica e Secundária das Velas para apresentar uma proposta relativa à criação de um modelo de intercâmbio de voluntariado entre as ilhas dos Açores.

* **Deputado Dário Fonseca** (*São Jorge*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Nesta XII Sessão do Plenário Jovem o Grupo Parlamentar de São Jorge propõe a seguinte medida:

Criação de um modelo de intercâmbio de voluntariado entre as ilhas dos Açores, tendo em vista:

- a construção de uma ideologia mútua de entreatajuda entre os açorianos para o estreitar de laços entre as diferentes gentes;
- o desenvolvimento de uma mentalidade instituída de cooperação, responsabilidade e solidariedade, exercendo o espírito de cidadania e de companheirismo;
- o crescimento pessoal e colectivo incalculável vivamente produtivo;
- o aumento de inscrições para actos de voluntariado.

Obrigado.

Presidente: Está aberto o debate sobre esta proposta.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andresa Cardoso.

* **Deputada Andresa Cardoso** (*Pico*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Como é do conhecimento de todos, o país encontra-se a atravessar uma situação de crise económica. Pergunto:

A que fundos recorreriam para a realização do intercâmbio?

A quem se dirige o mesmo? À comunidade ou apenas aos alunos?

De que modos pretendem prosseguir para a realização do mesmo?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

* **Deputado Dário Fonseca** (*São Jorge*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Obrigado pela sua questão, Sra. Deputada.

A nossa proposta dirige-se a todos os voluntários obviamente, e está aberta a toda a comunidade. Qualquer um pode ser voluntário, logo pode participar neste intercâmbio.

Relativamente aos fundos monetários, isso é uma questão que teria que ser revista com a Sra. Doutora Susana Margarido, que pertence ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.

Eu, pessoalmente, não me encontro dentro desse assunto.

São assuntos a tratar com a Dra. Susana.

Quanto à última questão, a realização do intercâmbio, ele seria feito através da criação, por exemplo, de bolsas de voluntariado em cada ilha.

Não digo em todas, mas pelo menos em algumas era possível realizar intercâmbios entre as diversas bolsas de voluntariado.

Imagine que criamos uma bolsa de voluntariado em São Miguel, na Terceira, na Graciosa e nas Flores (isto é apenas um exemplo), os voluntários que estivessem inscritos nessa bolsa de voluntariado podiam fazer intercâmbios entre as diferentes bolsas.

Fico disponível para qualquer outra questão que queiram colocar.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Iara Andrade.

* **Deputada Iara Andrade (Pico):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados, Caro Colega:

Está a falar, não digo em visitas de estudo, mas em viagens entre as ilhas dos vários voluntários.

Essas viagens por si são com certeza uma forma de aliciar outras pessoas a participar no voluntariado, mas não acha que seria uma forma de conquistar mais voluntários através de benefícios para eles próprios?

Não acha que as pessoas iriam pensar: “bem, ser voluntário permite-nos viajar. É claro que me vou dedicar a esta actividade e assim poderei passear e desfrutar”. Não acha isso?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

* **Deputado Dário Fonseca (São Jorge):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Obrigado, pela sua questão, Sra. Deputada.

Obviamente que também acho isso. O objectivo das viagens é mesmo ser aliciador, por assim dizer, para os jovens. Serve de chamariz.

Irão aparecer cada vez mais jovens, o número de inscrições aumentará. Assim, os jovens poderão não só ajudar os outros, como terão um crescimento pessoal e próprio.

Os jovens terão oportunidade de fazer, não digo turismo pelos Açores, mas conhecer as diversas ilhas da Região.

Ao ajudar os outros estarão ao mesmo tempo a ter um crescimento pessoal.

Só vejo benefícios nisto, já que, como o voluntário não é remunerado, é complicado chamar a população para a prática do mesmo.

Por isso o chamariz, por assim dizer, seria, estas viagens.

Obrigado.

Presidente: Antes de continuarmos, devo informar que cada proposta só tem 10 minutos para ser apresentada e debatida.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andresa Cardoso.

* **Deputada Andresa Cardoso (Pico):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Concordo com o que a minha colega disse.

Tudo bem que seria uma maneira de chamar a atenção dos jovens, só que na minha opinião eles estariam mais interessados na viagem e não propriamente no acto em si, o voluntariado.

O voluntariado é um acto livre. Devemos fazê-lo a pensar ajudar o próximo, ajudar quem precisa e não no sentido de vamos conhecer as ilhas e ajudar. Penso que devemos estabelecer os nossos princípios.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

* **Deputado Dário Fonseca** (*São Jorge*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Se a Sra. Deputada assim o pensa, não quer dizer que o resto dos voluntários pense da mesma forma.

Lá por algumas pessoas pensarem que vão fazer voluntariado só com o propósito de ganhar viagens e não ajudar o próximo, não quer dizer que todos pensem assim.

Realmente existem pessoas que querem ajudar o próximo.

Essas pessoas, sim, irão integrar este programa de intercâmbio.

Agora, se a Sra. Deputada assim o pensa, que vão fazer voluntário só por causa das viagens... nem tudo é perfeito. Em todas as situações existe alguma coisa que foge à regra.

Isso depende dos valores morais de cada um e aí ninguém pode interferir.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Duarte.

* **Deputado Rui Duarte** (*Faial*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Queria deste modo expressar a minha opinião.

Não acho que a ideia do Deputado Dário Fonseca seja totalmente descabida, porque, caros amigos, não sei se tendes conhecimento, mas a nível europeu e mundial isso já existe e existe com sucesso.

Será que as pessoas que fazem voluntariado para a África, nomeadamente os missionários, vão porque querem uma viagem ou porque querem conhecer uma realidade diferente?

É uma realidade de voluntariado diferente, onde a ajuda que vão dar é diferente, onde os esforços que vão fazer são redobrados, onde conhecem pessoas com mais carências do que aquelas que estão habituados a ter e a ver no seu dia-a-dia.

Devemos encarar isto como ganhar uma viagem, ou vamos encarar isto como uma nova experiência ao nível do voluntariado?

A meu ver, uma pessoa que escolhe ser missionário não o vai ser por querer uma boa viagem. Vão encontrar perigos: guerrilhas, cobras... Percebem?

É tudo num pensamento de engrandecimento pessoal e de engrandecimento da sua experiência no contacto com o outro.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

* **Deputada Catarina Furtado** (*CAS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estimados Convidados:

Vou ser breve.

Se me permitem tomar aqui um partido, eu tomarei o do Dário. Certo?
De facto, sendo jovem, há coisas em que não vale a pena “ser mais papistas do que o Papa”.

Se as pessoas querem fazer voluntariado, se essa hipótese de voluntariado lhes possibilita também conhecer novas comunidades, novas localidades e onde eles, como muito bem disse o Dário, vão crescer enquanto pessoas, enquanto indivíduos, porque vão conhecer culturas, posturas e vivências diferentes, isto não tem mal nenhum.

Não fica menos bem feito o voluntariado por isso, no meu entender. Não sei o que pensa a Dra. Susana Margarido, mas acho que não fica.

Uma das situações que me ocorreu ao ouvir isso, foi exactamente (cá em Portugal não é vulgar) no caso de eleições muito concorridas, como é o caso das americanas, e com uma dinâmica muito grande, como todos irão perceber.

Já se tenta fazer isso, em Portugal. Surgiu recentemente o Movimento dos Voluntários Sócrates.

O Barack Obama fez isso em 2008 e são milhares os voluntários que se mobilizam e se movimentam nos Estados Unidos, que não é propriamente um país pequeno, é muito grande, e que fazem milhares de quilómetros para fazer voluntariado aquando da campanha eleitoral.

Mesmo sem ser em campanha, eu própria, representando a Assembleia Legislativa, pude participar num encontro que eles chamam de NCSL, que é um encontro anual de todos os legisladores dos Estados Unidos, que movimenta mais de 5 mil pessoas, e é impressionante as centenas de voluntários, desde jovens a menos jovens, que estão ali a prestar voluntariado nas informações, no acompanhamento dos autocarros, nas indicações dos locais onde decorrem às coisas, no auxílio nas feiras, na distribuição de material.

Se isso possibilitar conhecer as nossas 9 ilhas e fazer voluntariado, eu não vejo por que não!

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Doutora Susana Margarido.

Por favor seja breve, porque o tempo escasseia.

* **Dra. Susana Margarido:** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, quero dizer que existe o voluntariado jovem a nível europeu onde, de facto, esse intercâmbio é possível.

Para obterem mais informações, talvez através de um gabinete da Europe Direct. Talvez consigam saber mais pormenores ou mesmo através do Conselho Nacional.

Relativamente àquilo que está proposto aqui, a criação de um modelo de intercâmbio de voluntários entre as ilhas dos Açores, acho que, em

primeiro lugar, para se ajudar o próximo, pode-se ajudar mesmo na nossa rua, não precisamos de ir para outra ilha.

Numa fase em que o voluntariado jovem ainda não está tão implementado, penso que isso é por um bocadinho “o carro à frente dos bois”, na medida em que vamos primeiro fazer qualquer coisa pelos que estão junto de nós e depois, quando tivermos mais experiência, quando o voluntariado jovem nos Açores for de facto uma realidade mais concreta, então por que não ir conhecer o que se passa nas outras ilhas?

Não vamos comparar isso às questões do voluntariado em África, porque uma pessoa que vive em Lisboa não vai ser missionário no Porto. Vai ser missionário num país que terá maiores dificuldades que Portugal e vai encontrar uma realidade completamente diferente, uma cultura completamente diferente.

Sabemos que uma das coisas que os missionários fazem, inclusive, é a evangelização.

O mesmo se passa na Índia, mas a nível, por exemplo, de Médicos Sem Fronteiras, percebe-se que alguns médicos que já têm experiência com aquilo que se passa em Portugal, depois querem ir para outros países do estrangeiro, para Timor, para a Índia fazer voluntariado.

São, de facto, realidades diferentes e sentem-se aliciados para ir tratar...

Presidente: Peço desculpa de interromper, mas agradecia que concluísse.

A Oradora: Já concluo.

Acho que neste caso o aliciamento deve partir de dentro para fora. Primeiro devemos querer ser voluntários e depois então, se calhar, é que devemos pensar que há instituições que nos têm que conquistar.

O crescimento pessoal podemos adquiri-lo na própria ilha.

De facto, o voluntariado, para ajudar os outros, pode ser feito mesmo ao pé de nós.

Não quer dizer que no futuro isso não seja possível, mas acho que o voluntariado deve começar ao pé de nós e depois, sim, alargar mundos para mais longe.

Obrigada.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 29 votos a favor e 21 abstenções.

Presidente: Passamos à apresentação das propostas da Escola Básica e Secundária do Nordeste.

Tem a palavra as Sras. Deputadas Vanessa Farias, Catarina Amaral e Joana Matos.

Deputada Vanessa Farias (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

1ª Medida – Tendo em conta que nos encontramos a debater a questão do voluntariado e cidadania activa na RAA e que estas têm sido questões que, infelizmente, não têm recebido o seu devido valor na mesma, graças à grande parte da população que, por sua vez, mostra-se indiferente em relação a essas mesmas causas, apresentamos, assim, como primeira medida, a valorização, divulgação e difusão do trabalho voluntário, incentivando, por sua vez, as entidades promotoras de programas na criação de projectos relacionados com a protecção e preservação do Meio Ambiente, dando assim importância a novas vertentes que não as usuais.

Obrigada.

Deputada Catarina Amaral (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

2ª Medida - Como segunda proposta, indicamos a criação de programas escolares de incentivo ao voluntariado onde os jovens, das mais diversas idades, pudessem adquirir a experiência de como é ser voluntário e exercer o voluntariado, fazendo assim, com que, mais tarde, essa mesma experiência contribua para a formação pessoal, nomeadamente, os seus valores, tornando-se melhores pessoas.

Deputada Joana Matos (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

3ª Medida – O trabalho voluntário, ao contrário do que possa parecer, é exercido de forma séria e muitas das vezes necessita de especialização e profissionalismo já que empresas de toda a sorte tais como, hospitais, clínicas, escolas, entre outras, precisam do auxílio de profissionais formados em várias áreas. Assim sendo, como terceira medida, sugerimos a criação de várias acções de formação e especialização a fim de obter toda a qualificação necessária para que estas organizações possam trabalhar devidamente.

4ª Medida – Como 4ª e última medida e, não querendo substituir-se quaisquer organismos já existentes, nem duplicar acções já assumidas por outras entidades, quer governamentais quer não-governamentais, sugerimos a criação do Projecto “Ser mais, é ser voluntário” que, sendo aberto a todos os interessados, tem como objectivo sensibilizar toda a população sobre a própria acção do voluntariado e da solidariedade. Esse mesmo Projecto seria posto em prática nos seus respectivos postos, espalhados pelas 9 Ilhas do nosso Arquipélago e orientados por um grupo de voluntários, das mais diversas áreas e especializações como, por exemplo, enfermeiros e psicólogos, com o intuito de prestar apoio em diversas áreas, de acordo com a formação profissional dos voluntários (psicólogo, médico, etc.), a todas as pessoas que sentissem essa mesma necessidade. Também seriam realizadas várias angariações dos mais variados elementos, tais como:

alimentação, livros, roupas, brinquedos, entre outros, a fim de proporcionar as melhores condições para todo o indivíduo.

Obrigada.

Presidente: Está aberto o debate sobre estas Propostas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Matos.

* **Deputada Maria Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Uma crítica muito construtiva.

Na terceira medida os Srs. Deputados falaram muito em especialização do voluntariado. Achamos que esta deveria ser feita após a divulgação do mesmo e feita pelas entidades promotoras.

Achamos também que não devem ser tão rigorosos nesta especialização ou formação ao ponto de substituir o profissionalismo e o emprego.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Matos.

* **Deputada Joana Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Relativamente a essa questão apresentámos esta medida por isso mesmo, como vertente da primeira. Estão relacionadas, porque se não houver divulgação é claro que não vai haver profissionalismo e até mesmo especialização, não é verdade?

A nível da rigorosidade, é claro que os voluntários em si nem todos têm que ser especializados, mas convém nessas mesmas entidades e instituições ter alguém especializado ou com formação para isso, para pelo menos orientar os que não são.

Espero ter respondido à sua questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Silva.

* **Deputado Daniel Silva** (*Faial*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

O meu esclarecimento é relativo à terceira proposta.

Embora a resposta que deu à minha colega já me tenha esclarecido em parte, gostaria de frisar que concordo plenamente. É preciso haver responsabilidade e as pessoas têm que estar conscientes do trabalho que estão a fazer como voluntários.

É verdade que deve haver essas formações, mas para uma pessoa ser admitida para ajudar, julgo que não precisa de ter uma formação especializada nessa área. Para isso temos as pessoas que percebem disso e que estão pagas para trabalhar. Acho que as pessoas que vão ajudar como voluntárias não necessitam de ter uma grande especialização nessa área.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Matos.

* **Deputada Joana Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

É claro que nem todos os voluntários precisam dessa mesma especialização. Podem e ainda hoje participam sem ter essa especialização. Relativamente à questão de haver pessoas que já são pagas para prestar esse tipo de ajuda, se estamos a falar no voluntariado em si, estamos a falar em pessoas com necessidade. Há pessoas que não têm essa oportunidade (as pessoas que são pagas para tal), então esses mesmos voluntários teriam que trabalhar nesse sentido.

Obrigada e espero ter respondido à sua questão.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sara Conceição.

* **Deputada Sara Conceição (Faial):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Relativamente à primeira medida, quando falam em valorização, divulgação e difusão do trabalho voluntário, fazia duas perguntas.

- Como é que fariam essa divulgação?

- Acerca da divulgação, que projectos e meios é que utilizariam?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Matos.

* **Deputada Joana Matos (São Miguel):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Gostaria de realçar que escolhemos o meio ambiente como uma das vertentes do voluntariado que cada vez mais deve ser explorada nos dias de hoje uma vez que o homem está cada vez mais preocupado com o futuro do nosso planeta e das gerações vindouras.

Então, como é que iríamos fazer essa valorização, divulgação e difusão?

Muito simples: inserir um grupo de voluntários em projectos como o *Life Priolo*, que já foi aqui mencionado, e serviços florestais.

Esses mesmos voluntários, nessas instituições e projectos, iriam proceder a limpezas de matos, miradouros, fazer a sua própria manutenção, plantação de árvores, espécies em vias de extinção.

Eles também poderiam organizar várias acções de formação e pequenas visitas de estudo a quem estivesse interessado em participar nessa mesma divulgação e projecto.

Muito obrigada. Espero ter respondido à questão.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sara Conceição.

* **Deputada Sara Conceição (Faial):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Por acaso não esclareceu, Sra. Deputada, porque no seu discurso falou praticamente sobre o ambiente. É só sobre o ambiente que incide a vossa medida acerca do voluntariado?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Matos.

* **Deputada Joana Matos (São Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Nesta medida, fixámo-nos no meio ambiente como sendo uma das vertentes que mais deve ser explorada.

Pensámos nessa medida apenas nessa vertente, somente no que se refere a isso.

Relativamente a outras medidas sobre a valorização e difusão, penso que já falei nisso na segunda, na terceira e na quarta medida. Foram só algumas, em geral, sobre o voluntariado.

Na primeira medida quis mesmo especificar o meio ambiente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

* **Deputado Dário Fonseca** (*São Jorge*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha intervenção vai de encontro à terceira medida.

A Deputada Joana Matos deu o exemplo de algumas actividades que não tinham dinheiro para contratar o pessoal especializado, que o Deputado do Faial, Daniel Silva, falou. O pessoal percebia mesmo do assunto, mas havia certas entidades que não tinham dinheiro para contratar, então dependiam da especialização dos voluntários. Certo?

Então isso é um espectáculo!

Eu não tenho dinheiro para contratar empregados. Então, em vez de estar a pagar um ordenado mínimo a mais, vou buscar voluntários especializados, porque não pago absolutamente nada para fazer o mesmo trabalho que ia pagar a quem recebe o ordenado mínimo ou mais. Isso é muito bom para mim.

Era apenas isto que queria deixar registado.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Matos.

* **Deputada Joana Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Por acaso não tínhamos visto sobre esse ponto de vista, mas devo reconhecer que tem razão.

É um caso definitivamente para pensar.

Presidente: Tem a palavra a Dra. Susana Margarido.

* **Dra. Susana Margarido:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um esclarecimento no que respeita a essa questão da formação/especialização.

No início da minha intervenção feita hoje de manhã falei que o trabalho voluntário não pode de forma alguma substituir o trabalho remunerado, porque senão havia aí um grande aproveitamento das empresas. Deixavam de contratar pessoas e começam a colocar voluntários. Isso era quase exploração de mão-de-obra escrava.

No entanto, é preciso que se note que há pessoas que às vezes querem trabalhar, por exemplo, com idosos e não sabem como é que se muda uma

fralda. Aí precisam de uma pequena especialização (há necessidade!) mas não para substituir os profissionais, de forma alguma.

Eu, por exemplo, gostaria imenso de trabalhar em florestas, mas não faço a mínima ideia como é que semeiam sementes, como é que se reproduzem... Eu necessitaria de uma pequena especialização naquela área, não para substituir as pessoas que estão a trabalhar, porque isso é impensável, mas para que o trabalho seja feito com responsabilidade.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta sobre valorização e divulgação do trabalho voluntário, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada por maioria com 22 votos a favor e 28 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta relativa à criação de programas escolares de incentivo ao voluntariado, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 36 votos a favor e 14 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a terceira proposta sobre a criação de várias acções de formação, especialização a fim de dar apoio aos profissionais em hospitais, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 18 votos a favor, 12 votos contra e 20 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a quarta proposta sobre a criação do projecto “Ser mais, é ser voluntário”, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 24 votos a favor, 1 voto contra e 25 abstenções.

Presidente: Passamos à apresentação da proposta da Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico. Tem a palavra a Sra. Deputada Iara Andrade para apresentar a proposta relativa à “criação de um banco de voluntariado nas escolas”.

Deputada Iara Andrade (Pico): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Nesta XII Sessão do Plenário Jovem a Escola Básica e Secundária da Madalena apresenta como projecto de lei:

A criação de um banco de voluntariado nas escolas, que coordenasse os alunos na disponibilização de tempo para auxiliar os mais necessitados, quer dentro, quer fora do âmbito da escola.

Este projecto seria divulgado através de acções de sensibilização junto dos alunos e na comunidade escolar.

Este projecto reflectir-se-ia na comunidade local, através de uma auscultação que iria ser realizada através de inquéritos a instituições já existentes, das necessidades desta e conseqüentemente na elaboração de projectos de resposta a estas carências

A acção fundamental consistiria na entreatajuda, tanto a nível social como académico. Por exemplo, nas escolas os alunos com maior facilidade numa determinada disciplina iriam ajudar os colegas com mais dificuldade, e assim sucessivamente.

No sentido da divulgação deste movimento, propomos também, por parte das instituições de voluntariado, a realização de palestras ou sessões de esclarecimento para disponibilizar maior informação, formação e apoio.

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Zamora.

* **Deputado Manuel Zamora** (*São Miguel*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Gostaria que a minha colega Iara Andrade me esclarecesse um ponto.

No início da proposta refere “os necessitados”. Está a referir-se ao exemplo que menciona mais abaixo, que é aqueles que têm dúvidas nas aulas, ou também os necessitados em geral, aqueles que também precisam de alguma coisa ou, por exemplo, aqueles que têm falta de recursos, falta de companhia?

Gostaria que me esclarecesse esta dúvida.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Iara Andrade.

* **Deputada Iara Andrade** (*Pico*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

O colega está a referir-se a dentro do recinto escolar?

Deputado Manuel Zamora (*São Miguel*): Não! Ajudar quem? Todos, ou só à entidade que está inserido?

A Oradora: A nossa proposta tem como base uma sede escolar. Os alunos ou as pessoas que pretenderem voluntariar-se para ajudar, podem ir a essa mesma sede, a esse banco de voluntariado, e dizem que querem ajudar. Depois indicam o período de tempo que podem disponibilizar para ajudar qualquer pessoa.

Não quer dizer que seja só dentro do recinto escolar a ajudar nas matérias, pode ser fora, na sociedade local.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta apresentada, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 29 votos a favor, 4 votos contra e 17 abstenções.

Presidente: Passamos à apresentação das próximas propostas que vêm da Escola Secundária Domingos Rebelo.

Têm a palavra as Sras. Deputadas Ana Marote, Patrícia Almeida e Henrique Dias.

Deputada Ana Marote (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A nossa primeira medida é: “Criar um dia em que, anualmente, os jovens de todas as escolas exerçam actividades de voluntariado de modo a despertar o interesse dos mesmos”.

Deputada Patrícia Almeida (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A falta de cidadania reflecte-se, como já foi dito hoje, no aumento da criminalidade, no abandono dos idosos, na abstenção de voto, entre outros.

Como todos sabem, a abstenção de voto tem-se agravado nos últimos anos, na medida em que actualmente o número de população a não votar é cada vez maior. Para solucionar este problema é importante aproximar a população em geral, mais especificamente os jovens à vida política e tornar o sistema político mais claro para os jovens, de modo a torná-lo mais credível e aliciante.

Deste modo, a nossa segunda medida é “ Incentivar a criação de mais projectos, à semelhança do Parlamento e do Plenário jovem, e de movimentos com o intuito de fazer chegar a todos a opinião dos jovens”.

Deputado Henrique Dias (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A terceira é última medida que propomos é: “ Desenvolver parcerias entre as empresas e as instituições de voluntariado, com o intuito de valorizar estas acções na vida social e profissional do cidadão”.

Presidente: Está aberto o debate sobre estas Propostas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Daniela Rosa.

* **Deputada Daniela Rosa (Pico):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Vou centrar-me na segunda medida: criação de mais projectos.

Na minha opinião, julgo que já temos projectos suficientes (como já foi referido, o Parlamento e o Plenário Jovem) que funcionam como veículos de opinião para nós, jovens.

Ao invés de criarmos novos projectos que vão implicar mais custos, por que é que não nos encarregamos de promover os já existentes?

Penso que não é uma questão de quantidade, mas sim de qualidade.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Almeida.

* **Deputada Patrícia Almeida** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Realmente a Sra. Deputada tem razão. No entanto, criar esse nível de projectos, se calhar nunca é demais, embora alguns não tenham qualidade. Como a Sra. Deputada disse, a qualidade é muito importante. Haver mais qualidade de projectos seria importante.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Matos.

* **Deputada Joana Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Na primeira medida, os Srs. Deputados referem a criação de um dia em que, anualmente, os jovens de todas as escolas exerçam actividades de voluntariado de modo a despertar o interesse dos mesmos.

Por que é que escolheram apenas um dia, anualmente? Por que não implementar esta medida um dia, mensalmente? Não seria mais credível?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Marote.

* **Deputada Ana Marote** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Este projecto seria uma forma de divulgar.

Temos muitos dias mundiais, como o Dia Mundial da Europa, onde são divulgadas muitas actividades.

Na nossa opinião, nem todos os alunos e professores iam aceitar que fosse todos os meses.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Matos.

* **Deputado Tiago Matos** (*São Miguel*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha pergunta é relativa à primeira medida.

Como a Sra. Doutora Susana Margarido afirmou na sua introdução, praticar voluntariado durante um dia não é voluntariado, mas sim caridade.

Não é lógico fazer-se caridade só por um dia.

Então vamos praticar um acto de caridade um dia, para fazermos passar por voluntariado.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Marote.

* **Deputada Ana Marote** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

O que pretendemos é que nas escolas os jovens fiquem a conhecer um pouco o que é o voluntariado. Não quer dizer que não exerçam mais actividades durante o ano para depois ter conhecimento e mais tarde decidir.

A experiência que eu fiz, e da qual já vos falei, foi um dia em que eu participei. Eles não deixam ninguém se inscrever sem ter oportunidade de participar um dia, para depois ver se realmente é aquilo que quer.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

* **Deputado Dário Fonseca** (*São Jorge*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A última medida diz: “para além disso, estas acções desempenhadas pelos mesmos entrariam no seu currículo e isto podia ser uma forma de solucionar o problema.”

Concordo plenamente na parte de entrar no currículo, pois iria enriquecer o currículo. Ficava sempre bem.

Apenas não percebo, e é nesse aspecto que queria pedir um esclarecimento à vossa bancada, como é que isto poderia solucionar o desemprego. Como é que um cidadão ao efectuar o trabalho voluntário podia solucionar a sua situação de desemprego?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Dias.

* **Deputado Henrique Dias** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Esta medida não é propriamente para solucionar o desemprego.

Como sabe, um dos grandes problemas de Portugal é a falta de competitividade.

Para se trabalhar bem, é preciso criar e ter um bom ambiente.

O objectivo de colocar o voluntariado no currículo não é para valorizar o currículo. É mostrar que esta pessoa tem um carácter que normalmente vem no voluntariado, ou seja, é uma pessoa que interage facilmente com as outras pessoas, não é uma pessoa problemática, cria bom ambiente. Isto facilita que o trabalho seja melhor, mais rápido e aumenta a competitividade. Não contribui para resolver o problema do desemprego, mas traz vantagens: aumento da competitividade, a empresa desenvolve-se e com o desenvolvimento cria novos postos de trabalho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Simão.

* **Deputado Flávio Simão** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Concordo plenamente com a primeira medida.

Não concordo com o que a colega Joana disse, um dia mensalmente. Vamos experimentar todos os meses a mesma coisa.

Temos que experimentar uma vez. Se gostarmos participamos.

É tipo o ginásio. Eles oferecem-nos uma vez de graça, para depois nos inscrevermos realmente.

(Risos das escolas de São Miguel)

Ou seja, experimentamos. Se gostarmos continuamos, se não... paciência!
Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Matos.

* **Deputada Joana Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Quem é que disse que iam fazer a mesma coisa?

Era apenas isto que queria acrescentar.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Matos.

* **Deputado Tiago Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Relativamente à resposta da Deputada Joana, acho que não era sempre repetir a mesma coisa, mas praticar os vários tipos de voluntaria: ambiental, com idosos, com as crianças...

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Marote.

* **Deputada Ana Marote** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Claro que a Deputada queria dizer mensalmente, mas nesse dia tentaríamos mostrar um bocadinho de tudo.

Claro que não é possível conhecer muito bem, mas cada um vê para o que é que está mais vocacionado e tentará prestar mais atenção àquilo que lhe cativa.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Simão.

* **Deputado Flávio Simão** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Porquê todos os meses?

Sendo assim, seguindo a sua ordem de ideias, podia ser todas as semanas e assim deixávamos de ter aulas. Não acha?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Matos.

* **Deputada Joana Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Então vou levantar novamente uma questão que já foi referida pela Deputada Catarina Furtado que referiu, relativamente ao aborto, por que é que foi estabelecido tantas semanas e não foi tantas semanas e um dia?

Não vamos voltar novamente a essa questão das limitações. Disse um mês, mas também podia ser de dois em dois meses ou de três em três meses. Na minha opinião, anualmente, julgo que será muito distanciado. Apenas por isso. Mais nada.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta relativa à criação de um dia em que os jovens exerçam actividades de voluntariado, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 34 votos a favor, 4 votos contra e 13 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta sobre a criação de projectos e movimentos com o intuito de fazer chegar a todos a opinião dos jovens, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi rejeitada com 18 votos a favor, 19 votos contra e 13 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a terceira proposta relativa ao desenvolvimento de parcerias entre empresas e instituições de voluntariado, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 27 votos a favor, 3 votos contra e 20 abstenções.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Peixoto da Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo para apresentar duas propostas.

Deputado Tiago Peixoto (São Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Venho apresentar duas medidas que penso ser importantes para a divulgação e fomentação do voluntariado na nossa Região. A primeira está relacionada com a criação de uma associação e a segunda com a divulgação do Voluntariado nos Açores.

1ª Proposta

Criação de um Banco de Tempo

Consiste na criação de uma associação em que várias pessoas com diversas profissões/competências ajudam a sociedade, disponibilizando tempo de forma a beneficiar a população em geral com as suas práticas profissionais, tendo como objectivo a entreatajuda (ex: Jovens experientes em Novas Tecnologias ajudam pessoas menos competentes nestas áreas, recebendo em troca algo de que necessitem).

2ª Proposta

Criação de uma plataforma responsável pela divulgação do Voluntariado nos Açores

Pretende-se motivar os jovens de todas as escolas a praticarem o voluntariado, através de publicidade, incluindo televisão, rádio, redes sociais, festivais de verão, protocolos com instituições interessadas e organização de workshops nas escolas.

Em relação aos protocolos com as instituições, pode ser uma Câmara, o Governo Regional ou outro tipo de entidade (estávamos também a pensar numa carrinha que circule entre as ilhas, mobilizando as pessoas para o voluntariado).

Presidente: Está aberto o debate sobre estas Propostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Sousa.

* **Deputado Hernâni Sousa (Pico):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Uma dúvida sobre a primeira proposta.

Gostaria que o Sr. Deputado Tiago Peixoto me desse algum exemplo do que é que os jovens podem receber em troca.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Peixoto.

* **Deputado Tiago Peixoto (São Miguel):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Nessa associação os jovens não recebem nada em troca. Simplesmente disponibilizam o seu tempo e fazem o seu melhor para ajudar a população. Ao ajudarem uma pessoa, também vão ser ajudados.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Matos.

Deputada Joana Matos (São Miguel): Prescindo, Sra. Presidente, porque a questão que ia levantar foi colocada pelo meu colega Hernâni Sousa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Silva.

Deputado Tiago Silva (Faial): Prescindo, Sra. Presidente, porque a questão que ia levantar já foi respondida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Garcia.

* **Deputado Diogo Garcia (São Miguel):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha questão é muito simples. Gostaria que me explicassem como é que a carrinha circularia entre ilhas, estando separadas pelo oceano.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Matos.

* **Deputada Maria Matos (São Miguel):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A carrinha não circularia pelas ilhas, mas sim haveria uma em cada ilha.

Respondo à questão do Sr. Deputado Hernâni, o nosso objectivo na primeira medida é que a moeda nesse espaço de tempo seja o tempo, ou seja, a troca de especializações entre as pessoas.

Um médico e um professor têm o mesmo tempo de formação. Gastam 5 anos a estudar na universidade, embora o médico tenha muitas mais despesas na construção de um consultório privado, etc., etc.

O professor também tem. Se quiser ser um professor exemplar, se quiser ser um professor com renome, tem que ter uma formação diferente dos outros, ou seja, tem que apostar cada vez mais na sua formação.

O que pretendemos com esta proposta é, por exemplo, um professor, que precise de uma consulta de um médico, haja uma ligação entre os voluntariados. Para isso teria que haver uma instituição, com organização para esta ideia, que pudesse chamar o médico para a consulta que o professor precisa.

Supomos que esse médico tinha um filho que tivesse dúvidas ou que não percebesse determinada disciplina e esse professor era eventualmente professor dessa disciplina. Também podia disponibilizar do seu tempo para ajudar o filho desse médico, e assim havia uma troca de necessidades entre os voluntariados e o dinheiro aqui gasto seria o tempo.

Era uma maneira de promover o voluntariado e ajudar cada vez mais a situação em que o país se encontra.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

* **Deputado Dário Fonseca** (*São Jorge*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Em primeiro lugar, para dizer que concordo plenamente com a segunda medida, tirando a parte da carrinha. Concordo plenamente com os anúncios na televisão. A Dra. Susana Margarida referiu que já há dois anos não actualizam ou já não fazem anúncios na televisão.

Relativamente à segunda medida, jovens experientes em novas tecnologias que ajudam as pessoas menos competentes nestas áreas, recebendo em troca algo que necessitem, seria formações dadas por voluntários para voluntários?

A Dra. Susana Margarido referiu que isso já existe. Eu até disse que na minha ilha não tinha sido feito nada e dei como exemplo a Associação de Juventude a que pertenço.

Portanto, era apenas para informar que esta medida já existe.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Matos.

* **Deputada Maria Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Relativamente à existência, já tínhamos a informação de que existia, mas sabíamos que existia apenas a nível de Portugal Continental. Não sabíamos que existia na Região Autónoma dos Açores e na da Madeira.

Obrigada pela informação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Dias.

* **Deputado Henrique Dias** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Como já foi dito, a segunda proposta é interessante, mas devido aos tempos em que vivemos, em que existem grandes cortes em tudo o que é possível, julgo que será complicado fazer publicidade na televisão, nas rádios, nas redes sociais ou nos jornais.

Acho que é uma medida extremamente positiva. Como já foi dito é preciso mostrar aos jovens o voluntariado, mas dada a situação económica em que se encontra o país, julgo que será um projecto a implementar no futuro.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Matos.

* **Deputada Maria Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

É um projecto que não vai dar muitos custos ao Governo, tendo em conta que será feito através das redes sociais. Acho que não há aqui ninguém que não tenha acesso às redes sociais, mas se houver alguém que levante o braço.

Não há qualquer custo nesse sentido.

Quanto à televisão, penso que se estamos aqui a realizar um plenário jovem em que o Governo participa, acho que podia partir desses representantes do Governo tentar divulgar pelos meios da rádio e da televisão.

Na minha opinião não trataria qualquer tipo de custo.

Se existe tanto tempo de intervalo quando estão a transmitir os programas na televisão, porquê não ocupar 2 ou 3 minutos para divulgar o voluntariado?

Tendo em conta que estamos aqui para encontrar uma solução para a situação que o país se encontra, acho que isto seria mais prioritário do que passar um anúncio de um qualquer produto ou qualquer coisa comercial.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Matos.

* **Deputado Tiago Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A Sra. Deputada Maria Matos falou-nos na troca de tempo por tempo.

No seu exemplo, o médico iria dar benefícios ao professor, por ambos praticarem o voluntariado. Isso vai de encontro ao espírito de voluntariado, que é o desinteresse.

Logo, não faz sentido estar aqui incluído.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Matos.

* **Deputada Maria Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Pode ser uma situação onde vai haver troca de outras coisas.

Também foi falado na proposta, julgo que da escola de São Jorge, que havia um interesse das viagens.

Se esse interesse das viagens, pelo que eu percebi, é algo que pode dinamizar o voluntariado, porquê não fazer essa troca? Acho que iria divulgar muito mais.

Acho que o médico nunca ia disponibilizar 30 ou 40 minutos por uma consulta em que ele levaria 50 euros, sem nada em troca.

Não estamos aqui para promover a troca envolta do interesse, mas sim a entreatajuda em volta de todos.

Claro que a principal função do voluntariado é dar sem ter nada a receber, como já foi referido por várias vezes, durante o dia de hoje, nesta sessão.

Já que estamos aqui para apresentar propostas inovadoras, por que é que não podemos apresentar isso como solução?

É uma forma de diminuir a crise em que nos encontramos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Doutora Susana Margarido.

*** Dra. Susana Margarido:** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A nível da divulgação do voluntariado feita, no nosso caso, na RTP e na Rádio Difusão, ela é gratuita. Essas duas instituições, que no fundo são a mesma, fazem publicidade gratuita a nível institucional. Isto é, qualquer instituição que pratique um trabalho voluntário a nível social, etc., pode fazer publicidade gratuita.

Não sei se já repararam, mas muitas vezes aparece publicidade da UMAR, do Centro de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica. Essa publicidade que a RTP faz, quando é do voluntariado, também é gratuita. Isso não se paga. É uma questão de se fazer uma cartinha ao Director da RTP e solicitar um determinado tempo de antena.

De qualquer das formas não vamos comparar isso com a publicidade, porque as televisões e as rádios vivem da publicidade e se não houver ninguém para lhes pagar, elas fecham, não é?

Quanto ao Banco do Tempo, de facto, ele existe a nível institucional no Continente. No Continente ele está formalizado, mas nos Açores não está.

Não é considerado voluntariado exactamente porque há uma troca de serviços. Isto é, uma pessoa faz um trabalho de costura durante uma hora, depois poderá receber um trabalho de canalização durante uma hora. Não é propriamente trabalho gratuito. É de facto uma forma de aproveitarmos, e agora que estamos em crise, esses recursos, mas isso não é voluntariado, pela simples razão de que há uma troca de serviços. Não há troca de bens, mas há troca de serviços.

Trocas de bens, por exemplo, podemos ver no caso das Quintas Comunitárias. Uma pessoa cultiva pepinos, a outra alface, uma outra, batatas e depois trocam. Isto não é voluntário.

Presidente: Dra. Susana Margarido, agradecia que concluísse.

A Oradora: Obrigada, Sra. Presidente. Já terminei. Era apenas este esclarecimento.

Presidente: Vamos passar para a votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta sobre a criação de um Banco de Tempo, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 22 votos a favor, 14 votos contra e 14 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta relativa à criação de uma plataforma responsável pela divulgação do voluntariado nos Açores, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 32 votos a favor e 18 abstenções.

Presidente: Passamos para as propostas apresentadas pela Escola Secundária da Ribeira Grande. Tem a palavra a Sra. Deputada Carolina Gonçalves para apresentar as duas propostas relativas ao voluntariado e à cidadania activa.

Deputada Carolina Gonçalves (São Miguel): Boa tarde, caríssima mesa, caríssimos colegas Deputados:

Como primeira medida, acreditamos que o espírito de voluntariado e a de cidadania activa são valores que têm que ser fomentados desde tenra idade, de forma a despertar o interesse pela ajuda ao próximo. Por conseguinte, propomos que se acrescente ao Currículo Escolar do Primeiro Ciclo do Ensino Básico um segmento semanal que aborde o tema «Voluntariado e Cidadania Activa».

Como segunda medida, de modo a despertar o interesse da população pelas inúmeras actividades de voluntariado já existentes, sugerimos a criação de feiras nas localidades e nas escolas, com especial destaque para a dinamização de palestras interactivas, de jogos, de apresentação de vídeos e de testemunhos na primeira pessoa, como forma de aproximarem das acções e da importância do voluntariado todas as camadas sociais e todas as faixas etárias.

Obrigada.

Presidente: Está aberto o debate sobre estas Propostas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Júlia Pacheco.

* **Deputada Júlia Pacheco (Pico):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Relativamente à primeira medida, na minha opinião e como já referi, para se fazer voluntariado é preciso ter responsabilidade.

Ensinar voluntariado e cidadania activa a alunos do 1º Ciclo acho que é ir “à força”, porque eles não vão perceber.

Na minha opinião, as crianças do 1º Ciclo não têm maturidade suficiente para entender a importância do voluntariado.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Simão.

* **Deputado Flávio Simão** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Caríssima colega, já ouviu falar no ditado popular “é de pequeno que se torce o pepino”?

As crianças têm que se habituar a este tipo de coisas. Não vamos ensinar às crianças o voluntariado que supostamente um adolescente de 15 anos vai fazer.

O que temos que fazer é incentivar as crianças desde cedo a fazer o voluntariado. É só isso.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andresa Cardoso.

* **Deputada Andresa Cardoso** (*Pico*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Em primeiro lugar queremos congratular-nos com a vossa segunda proposta.

Em relação à primeira é de fazer notar que a criação da disciplina de cidadania seria desnecessária, uma vez que esta já existe nos ensinamentos básicos e a mesma está inserida no programa curricular na disciplina de filosofia, no ensino secundário.

Também penso que ao se acrescentar um segmento semanal com o tema voluntariado e cidadania activa no ensino básico, seria um modo de tornar o voluntariado obrigatório e não um acto opcional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Simão.

* **Deputado Flávio Simão** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Eu tenho conhecimento dessa disciplina no 2º Ciclo e não no 1º Ciclo.

Não queremos que fique obrigatório, o que queremos é que desde criança percebam a importância de praticar o voluntariado. É apenas isso.

Não vou obrigar a Sra. Deputada a fazer voluntariado se não gostar ou se não quiser.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

* **Deputado Dário Fonseca** (*São Jorge*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Relativamente à segunda medida, concordo plenamente. Acho muito bem.

Em relação ao que acabou de referir, de que não vai obrigar as crianças do 1º Ciclo a fazer voluntariado, gostaria de referir que as crianças do 1º Ciclo não conseguem tomar uma decisão dessas, de entrar na disciplina de voluntariado e cidadania activa, mas sim os pais é que vão decidir por elas. Elas podem não gostar, mas os pais vão tomar essa decisão.

No 1º Ciclo as crianças têm idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

Aos 6 anos aprendem a ler. É o 1º ano.

Já não basta as crianças terem inglês no primeiro ciclo, como ainda vão ter “cidadania activa e voluntariado”?

Não estamos a provocar um crescimento precoce nas crianças? Era o que faltava eu sentar-me à mesa com o meu primo de 8 anos e ele me vir falar de voluntariado e cidadania activa.

Acho que estamos a provocar aqui um crescimento demasiado precoce, obrigando as crianças a crescer e a abordar temas demasiado adultos para a sua idade.

As crianças do 1º Ciclo querem correr, brincar, aprender de forma didáctica.

Agora, voluntariado e cidadania activa?!

Concordo plenamente iniciar no 2º Ciclo, o que já existe.

Por alguma razão o Governo (regional ou nacional) não implementou essa disciplina no 1º Ciclo.

Foi por esses motivos e mais alguns que acabei de referir. Por alguma razão foi por isso que implementaram apenas no 2º Ciclo.

Acho que esta medida aplicada ao 1º Ciclo iria provocar um crescimento precoce das crianças.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Moreira.

* **Deputado Miguel Moreira** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Acha mesmo que vai haver um crescimento precoce nas crianças, ou vai crescer nelas o interesse para mais tarde praticar o voluntariado?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Garcia.

* **Deputado Diogo Garcia** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Vou tentar não me alongar muito mas tenho várias notas a fazer.

Sr. Deputado Dário, por acaso já ouviu falar que na China se ensina as crianças a ler e a escrever aos dois anos?

É exactamente por haver opiniões como a sua que o nosso país não avança, porque não se pode maçar as crianças.

(Risos da Câmara)

Em segundo lugar, Sras. Deputadas Andresa Cardoso e Júlia Pacheco, a vossa opinião, por mais interessante que pareça, é diferente em duas matérias muito semelhantes. Eu vou explicar-me melhor.

Há pouco debateu-se a questão de implementar ou incrementar o tal Dia do Voluntariado anual nas escolas. Todos pareciam a favor.

No entanto, agora, já se lembram que poderia ser um incentivo a obrigatoriedade do voluntariado.

A minha opinião é contra estas posições, porque instruindo-se as crianças no sentido de lhes demonstrar que há que ajudar o próximo, não se estaria a obrigar de forma alguma a efectuar voluntariado, mas sim, como já disse o Sr. Deputado Miguel Moreira e muito bem, estaríamos a fomentar, a fazer crescer nelas o interesse pelo voluntariado para que quando sejam adultas possam praticá-lo.

Por fim, uma questão aos Deputados representantes da Escola Secundária da Ribeira Grande: em que é que seria diferente a disciplina de voluntariado e cidadania activa da já existente cidadania?

Deputado Flávio Simão (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Não tenho qualquer conhecimento sobre isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Matos.

* **Deputado Tiago Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A Sra. Deputada Júlia Pacheco falou que as crianças não querem saber disso.

O objectivo não é colocar as crianças a trabalhar como voluntárias, mas sim, como a escola é o principal agente socialização inculcar nelas o voluntariado, para podermos potenciar futuros voluntários.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Simão.

Deputado Flávio Simão (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Concordo plenamente com o que o colega disse.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Matos.

* **Deputada Joana Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Queria dizer apenas que concordo plenamente com o que foi referido pela Escola da Ribeira Grande e com o que o Sr. Deputado Diogo Garcia disse.

Queria acrescentar apenas uma coisa, é que as pessoas às vezes esquecem que se pode fazer voluntariado 5 ou 10 minutos por dia. Isso é o mais importante.

Penso que a ideia principal da medida dos meus colegas é o que já foi referido aqui, é incentivar as crianças, abri-las a novas ideias, ajudar o próximo. Julgo que é mais à base disso, tirando disciplinas de cidadania e todas as outras coisas.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Júlia Pacheco.

* **Deputada Júlia Pacheco** (*Pico*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Não vou responder à questão colocada pela Escola da Ribeira Grande porque vou repetir a mesma conversa.

Em relação ao que foi referido pelo Sr. Deputado Tiago, a opinião mantém-se. Acho que as crianças não têm capacidade para perceber o que é voluntariado. Inculcar nelas (acho que foi a palavra usada). Acho que não é a palavra mais adequada.

Na minha opinião, o desenvolvimento delas deve ser natural e não tipo “injectado”.

Respondendo ao Sr. Deputado Diogo, que compara a China a Portugal, é absurda essa comparação, na minha opinião.

A China é um mundo completamente diferente do nosso. As crianças aprendem a ler aos dois anos. Muito bem! E começam a trabalhar com que idade? Por acaso sabe? Com 4 ou 5 anos! Isso chama-se exploração.

Não tem absolutamente nada a ver com o nosso país nem com a aprendizagem das nossas crianças.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

* **Deputada Catarina Furtado (CAS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas e Convidados:

Dois ou três esclarecimentos.

Mais um segmento! Se calhar é uma sobrecarga, digo eu.

O Sr. Deputado Diogo falou numa disciplina, a de Cidadania. De facto, já trata disso.

Eu sei que o que pretendem é que seja abordado. Se é mais um segmento ou não, isso não é relevante, pelo que eu já percebi das intervenções.

Há aqui duas questões:

A Deputada Júlia e o Deputado Dário estão preocupados se eles têm capacidade ou não de aprender.

Quando se fala em dar noções de voluntariado e de cidadania ao 1º Ciclo, estamos a falar (suponho que era a intenção da proposta da Ribeira Grande) como se fala hoje em dia na educação para a sexualidade e os afectos, que é uma área que se ensina desde o 1º Ciclo até ao final do Secundário.

Eles devem aprender. Obviamente que não vão aprender da mesma forma, nem os mesmos conteúdos, quando se fala com o 1º Ciclo, ou quando se fala com o 12º sobre isso. É para isso que tem os professores, a orientar, para adaptar a cada nível etário aquilo que eles são capazes de assimilar.

As actividades a fazer em voluntariado e cidadania no 1º Ciclo, serão completamente diferentes dos projectos de voluntariado e cidadania a fazer no 2º e 3º Ciclos ou no Secundário.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado, agradecia que concluísse.

A Oradora: Quanto às línguas, o inglês existe Dário, e existe muito bem, porque há estudos que dizem que até aos 10 anos aprende-se línguas com muito mais facilidade.

No mundo que corre, e se querem um conselho, indo buscar a China, aprendam inglês, espanhol, e mandarim, para além do Português. Mais do que isso, o Governo Regional tem um currículo regional. O Governo Regional tem competências devido ao Estatuto Político-administrativo sobre a educação. Temos um sistema educativo regional próprio.

Obrigada.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta relativa à criação de um segmento semanal no currículo escolar do primeiro ciclo sobre o Voluntariado e Cidadania Activa, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 17 votos a favor, 14 votos contra e 19 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta sobre a criação de feiras nas localidades e nas escolas, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 41 votos a favor, 3 votos contra e 6 abstenções.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Simas da Escola Secundária de Lagoa para apresentar as suas propostas.

Deputada Joana Simas (São Miguel): Exma. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Em nome da Escola Secundária da Lagoa venho propor duas medidas.

Propomos que se acentue a criação de mais Bancos de Voluntariado, uma vez que estes constituem uma estrutura que facilita a nível local a promoção do voluntariado, instituindo-se como um local de encontro para os indivíduos que expressam a sua disponibilidade e vontade para a prática do voluntariado e as instituições que necessita de apoio. São objectivos de Bancos de Voluntariado:

- a promoção do encontro entre a oferta e a procura do voluntariado;
- a sensibilização dos cidadãos para o voluntariado;
- a divulgação dos projectos e oportunidades de voluntariado;
- a contribuição para o aprofundamento do conhecimento do voluntariado;
- a contribuição para a qualificação e formação do voluntariado.

Como segunda medida, propomos também que nas escolas, nas disciplinas de Cidadania, no terceiro ciclo, e na disciplina de Filosofia, no secundário, seja divulgado e dinamizado os princípios do voluntariado, através de projectos de ajuda às comunidades nas quais se inserem.

Presidente: Está aberto o debate sobre estas Propostas.

Peço-vos que sejam breves nos vossos comentários.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Sousa.

* **Deputado Hernâni Sousa** (*Pico*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados, Caros Colegas da Lagoa:

Como disse a Sra. Deputada Andressa Cardoso, da Madalena, há bocadinho, a segunda medida já existe.

Nas disciplinas de cidadania e de filosofia já estão dinamizados os princípios de voluntariado.

Tenho dito.

Obrigada Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Matos.

* **Deputado Tiago Matos** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

O que propomos aqui não é dinamizar a cidadania, mas sim, através de projectos, ou seja, passar uma aula de filosofia, de mês a mês ou de ano a ano, a praticar um projecto de cidadania e não propriamente instituir a cidadania como matéria.

Espero ter respondido à sua questão.

Presidente: Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta relativa à criação de Bancos de Voluntariado, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 31 votos a favor, 2 votos contra e 17 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta para que seja divulgado e dinamizado nas escolas os princípios do voluntariado, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 19 votos a favor, 16 votos contra e 15 abstenções.

Presidente: Antes de passar a palavra para a apresentação das próximas propostas, informo que o tempo para apresentação e debate passou de 10 minutos para 6 minutos.

Portanto, sejam breves na apresentação e nos comentários.

Têm a palavra os Srs. Deputados Tiago Silva e Caio Ribeiro, da Escola Secundária Manuel de Arriaga, para apresentar as suas propostas.

Deputado Tiago Silva (*Faiãl*): Exmo. Senhores Deputados da Assembleia Legislativa Regional, Dra. Susana Margarido, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Escola Secundária Manuel de Arriaga tem como primeira proposta a criação de um programa de voluntariado em diferentes áreas que permita aos jovens o contacto com experiências de trabalho diversificadas que os ajudem na sua orientação vocacional, um bocadinho ao exemplo do Programa Voluntariado Jovem, que já existe.

Seria um pouco parecido com esse, mas em vez dos jovens estarem durante um mês num determinado local poderiam, ao longo desse tempo, ter experiências em diversos locais com menos tempo em cada local. Assim teriam mais experiências e ajudariam várias instituições.

Deputado Caio Ribeiro (Faial): Como segunda proposta propomos a intensificação de campanhas de sensibilização e divulgação de forma a todos os jovens e instituições estarem informados sobre a oferta no âmbito do trabalho voluntário.

Presidente: Está aberto o debate sobre estas Propostas.

Não havendo inscrições vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta sobre a criação de um programa de voluntariado, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 30 votos a favor, 1 voto contra e 19 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta relativa à intensificação de campanhas de sensibilização aos jovens, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 32 votos a favor e 18 abstenções.

Presidente: Passamos para as próximas propostas apresentadas pela Escola Básica e Secundária da Povoação.

Tem a palavra a Sra. Deputada Romina Cardoso para fazer a sua apresentação.

Deputada Romina Cardoso (São Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Excelentíssimos Convidados, Excelentíssimos Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público.

As propostas que a nossa escola apresenta, são:

1ª – Ambiente e Gestão de Resíduos.

Consiste em criar grupos de Voluntariado que se integrem no tema da Reciclagem e da Educação Ambiental, que posteriormente poderiam integrar nas escolas e nos Lares, promovendo assim uma boa gestão de Resíduos e sobre o tema da Reciclagem em si.

Este projecto seria efectuado por jovens do secundário com conhecimentos efectivos do tema tratados nas diversas disciplinas.

Também pode ser efectuado por Professores/Formadores licenciados em Ambiente e Recursos Naturais e Jovens. Também pode ser feitos por professores reformados.

O público a abranger seria as crianças, os idosos (os jovens iriam às escolas e lares), e claro pessoas que estejam interessadas no assunto.

Este projecto beneficiará a população e o meio onde esta se insere pois provocará o desenvolvimento do mesmo.

2ª - Apoio aos Idosos

Consiste na criação de Grupos de Voluntariado que se integrem no Apoio aos Idosos, promovendo várias actividades desde o simples “chá das 5”, até actividades desportivas, como aulas de aeróbica ou um simples desporto.

Pode ser feito com a ajuda de professores Reformados da Área e jovens amadores.

Na nossa escola existe um curso profissional de desporto. É como se fosse dado na Escola Profissional.

Era tipo um hobby para eles, um passatempo e poderiam transmitir a sua mensagem. Acho que essa é umas das funções do voluntariado, transmitir a mensagem sobre aquilo que fazem aos outros.

Nesta medida, poderiam incluir os jovens que estão a tirar o curso de desporto.

Igualmente poderiam promover grupos de Teatro, Grupos Corais e também grupos de Dança com ajuda dos jovens.

Este projecto beneficiará a comunidade mais Idosa (seria feito em lares de idosos), promovendo assim o conforto e o convívio a todos os Idosos.

3ª – Informática para todos

Este projecto destinaria-se a pessoas com analfabetismo informático, principalmente pessoas idosas, com a divulgação das potencialidades das novas tecnologias, nomeadamente a internet.

O projecto seria efectuado por jovens que dominam a área, professores da área de informática (TIC), ou por engenheiros informáticos reformados ou licenciados que quisessem fazer deste voluntariado um passatempo um hobby, para assim poderem transmitir aquilo que sabem àqueles que nunca tiveram oportunidade e sem receber nada em troca, senão não seria voluntariado.

4ª - Passeios e Conhecimento

Este projecto seria para pessoas sem possibilidades, tanto crianças como jovens ou pessoas que integrem este grupo de carenciados.

Seria efectuado por pessoas normalmente reformadas e jovens, que tivessem disponibilidade de tempo (não se trata de dinheiro aqui!) e constataria em transportar as pessoas sem possibilidades para lugares onde estas pudessem usufruir da paisagem e descansar e sobretudo conhecer.

Acreditem ou não, existem pessoas na minha ilha, no meu concelho, que conhecem muito pouco.

Presidente: Sra. Deputada, desculpe interromper, mas agradecia que abreviasse, porque o seu tempo está a terminar.

A Oradora: Já termino, Sra. Presidente. Vou ser rápida.

Não conhecem a Lagoa das Sete Cidades, mas vivem muito perto. Apenas não têm possibilidade de se deslocar.

Com esta medida queríamos dar esta possibilidade a estas pessoas.

Os passeios seriam feitos para o campo, com a passagem por piqueniques, iriam também à praia, passear um dia de Barco, um dia numa quinta etc.

5ª - Mais benefícios para os Voluntários

Nós pensamos noutra perspectiva, não só naqueles que beneficiam com o voluntariado, mas também nos voluntários.

Com este projecto iríamos beneficiar os voluntários promovendo flexibilidade nos seus horários de trabalho, proporcionando mais benefícios fiscais. Poderia igualmente favorecer o currículo dos mesmos, o currículo será mais favorável se o voluntariado for feito em instituições carenciadas. Os benefícios fiscais que propomos são a redução dos impostos, do IVA e a redução dos juros de qualquer empréstimo feitos pelos mesmos.

Presidente: Por favor, Sra. Deputada, conclua, porque o tempo é pouco.

A Oradora: Relativamente à flexibilidade dos horários seria a redução das horas de trabalho e a redução dos descontos para a segurança social.

Este projecto ajudará os jovens voluntários despertando um maior interesse sobre o assunto, pois os mesmos irão beneficiar de medidas que irão ajudar os mais necessitados.

6ª - Cidadania presente nas Escolas

Pretendemos implementar nas escolas o currículo do ensino secundário como disciplina opcional (não é obrigatório) e através desta dar a conhecer e criar projectos de voluntariado e cidadania em parceria com as instituições do concelho.

O facto de os alunos estarem envolvidos em projectos de voluntariado e cidadania, iria valorizar o currículo escolar. Quando refiro currículos escolares falo em quadros de honra e outras coisas do género.

Independentemente destas propostas não serem aprovadas, elas irão ser levadas para a frente pelos jovens do concelho e as instituições que estejam dispostas em colaborar. Assim, iremos modificar as mentalidades do nosso país, do nosso arquipélago e quem sabe do mundo.

Muito obrigada.

Presidente: Infelizmente, como perceberam, não temos tempo para abrir o debate.

Portanto, vamos passar imediatamente para a votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta sobre Ambiente e Gestão de Resíduos, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 25 votos a favor, 5 votos contra e 20 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta relativa ao apoio a idosos, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 46 votos a favor e 4 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a terceira proposta sobre informática para todos, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 30 votos a favor, 4 votos contra e 16 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a quarta proposta sobre Passeios e Conhecimentos, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 24 votos a favor, 8 votos contra e 18 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a quinta proposta relativa a mais benefícios para os voluntários, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 3 votos a favor, 44 votos contra e 3 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a sexta proposta sobre a Cidadania presente nas Escolas, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 5 votos a favor, 31 votos contra e 14 abstenções

Presidente: Passamos à próxima proposta, apresentada pela Escola Secundária Antero de Quental.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Zamora.

Deputado Manuel Zamora (São Miguel): Exmo. Senhor Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional; Exma. Senhora Dra. Susana Margarido, representante do Governo Regional dos Açores no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado; Caros Deputados ao XII Plenário Jovem; Caros Convidados e Convidadas

Hoje em dia, como todos sabem, existem diversas corporações que auxiliam aqueles que possuem carências de algum tipo de bens, como é caso do Banco Alimentar, da Cruz Vermelha de Ponta Delgada e inúmeras outras associações. Sendo o tema proposto para a XII Sessão Plenária “O Voluntariado e a Cidadania na RAA”, a Escola Secundária Antero de Quental propõe a todos os presentes, e em especial ao Governo Regional dos Açores, a criação de um gabinete não-governamental responsável por todas as corporações de ajuda humanitária, que consiga uma melhor redistribuição e uniformização dos bens angariados por tais associações. Verifica-se uma inconstância na quantidade de bens disponíveis fornecidos pelas ditas instituições: existem períodos de escassez alternados com épocas de abundância.

Posto isto, torna-se imperativo o máximo aproveitamento dos bens disponíveis e a não existência de bens supérfluos e excessivos, isto é, a racionalidade económica (aproveitar ao máximo os recursos, gastando o menos possível) é de extrema importância, especialmente tendo em conta o clima de instabilidade e a crise económica que a União Europeia atravessa, a qual tem repercussões directas no nosso país. Propomos, igualmente, a constituição de filiais/sucursais do gabinete em questão em todos os grupos do nosso Arquipélago. Assim sendo, seriam criadas uma no Grupo Ocidental, localizado em Santa Cruz das Flores, outra no Grupo Oriental, localizada em Ponta Delgada e, por último, duas filiais no Grupo Central: uma instaurada na cidade da Horta, que vise a coordenação das associações de ajuda humanitária existentes nas ilhas do Faial, São Jorge e Pico e outra localizada em Angra do Heroísmo, tendo como objectivo o controlo e coordenação da ilha da Terceira e Graciosa. De forma a garantir a uniformidade e harmonia entre os diversos gabinetes do Arquipélago, a filial fundada em Ponta Delgada ou noutra cidade da nossa Região, como pode ser Angra do Heroísmo ou Horta, constituiria o pólo central de todas as actividades desenvolvidas nas várias ilhas, estando esta no topo da hierarquia.

No fundo, esta rede de gabinetes e instituições teria como derradeira finalidade o melhoramento da eficiência e a equidade entre as associações supracitadas.

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Tem a palavra a Sra. Deputada Júlia Pacheco.

* **Deputada Júlia Pacheco** (*Pico*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

No segundo parágrafo fala em filiais, gabinetes, etc., porquê?

Em Santa Cruz das Flores, tudo bem, mas porquê em Ponta Delgada e não em Santa Maria? Porquê na Horta e não no Pico? Porquê na Terceira e não na Graciosa ou em S. Jorge?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Zamora.

* **Deputado Manuel Zamora** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

É uma verdade absoluta inquestionável que há cidades da nossa Região que estão no topo da hierarquia, ou seja temos cinco cidades na Região. Se houvesse essa filial que controlasse as ilhas, como é um pólo central que concentra população e actividades económicas, haveria maiores acessibilidades para esse pólo central e assim haveria uma maior uniformização e coordenação entre as diferentes ilhas.

Se quer que seja no Pico ou na Graciosa, até poderá ser criado um gabinete em cada ilha, se for mais fácil

Esse segundo parágrafo que fala nas filiais é um mero exemplo, até poderá ser um por ilha, ou um para todos os Açores. Isso poderá ser reformulado caso a Sra. Deputada considere oportuno.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

* **Deputado Dário Fonseca** (*São Jorge*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Sr. Deputado, acabou de dizer que as administrações existem nas cidades que estão no topo da hierarquia, não foi?

Por esse mesmo motivo, poderiam ser instaladas essas filiais nessas cidades.

Assim vamos contribuir para desenvolver as mesmas cidades de sempre e continuar a atrasar as que já estão em atraso.

Foi para evitar medidas dessas que se criou as ilhas de coesão e outros programas semelhantes.

Segundo a sua proposta quer continuar a desenvolver as cidades que já estão no topo da hierarquia e manter a hierarquia das que estão em baixo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Zamora.

* **Deputado Manuel Zamora** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Acho que não é por ter uma filial em Angra ou na Horta que ficará mais desenvolvida.

O meu objectivo de colocar nessas cidades, deve-se ao facto de como são cidades que estão mais acima é muito mais fácil chegar a esses sítios.

Acho que é muito mais fácil uma pessoa do continente chegar a Ponta Delgada ou Angra do Heroísmo do que ir a outras ilhas. É uma pena, realmente, mas é uma verdade, que todos temos que assumir.

Deveríamos tentar atenuar essas assimetrias mas esta é a realidade que estamos sujeitos hoje em dia.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Deputados que discordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 12 votos a favor, 28 votos contra e 10 abstenções.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional.

* **Deputada Catarina Furtado (CAS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Pelo que acabámos de presenciar aqui eu acho que devia, até pela organização, ser repensada uma hipótese de revisão, porque pareceu-me por parte da Escola Antero de Quental que havia toda a disponibilidade para refazer a proposta no sentido dela ser aprovada.

Pareceu-me também que ela só não foi aprovada pela distribuição de gabinetes que a escola aqui trouxe.

Quando assim é, e querendo consensos tanto das ilhas que se sentiram discriminados do ponto de vista negativo, como foi nitidamente o caso pelas intervenções que se presenciaram e quando da parte dos proponentes há uma disponibilidade para alterar no sentido de viabilizar uma proposta que crêem boa, podem pedir um intervalo regimental e negociar entre vós.

Eu julgo que de futuro a organização deveria ter isso em conta.

Tendo em conta o cariz deste plenário, que não prevê a associação de propostas, à semelhança do que acontece com o Parlamento Jovem, eu julgo que é de considerar isso porque acabou de perceber-se, nitidamente, que a proposta foi rejeitada apenas por um pormenor de distribuição de gabinetes e não pela essência da ideia em si.

Era apenas isto Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada pelas suas palavras.

Passamos às próximas propostas, apresentadas pela Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico.

Para apresentar os diplomas tem a palavra as Sras. Deputadas Júlia Pacheco e Magda Nazaré.

Deputada Júlia Pacheco (Pico): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico propõe para as escolas da Região Autónoma dos Açores em parceria com os serviços do ambiente, câmaras municipais, juntas de freguesia e demais organismos públicos e privados, a criação de espaços e tempos de voluntariado ambiental como complemento da formação pessoal, em moldes a reflectir e a definir, que

podem assumir a forma de Clubes ou mesmo actividades curriculares em complemento à Educação Moral e Religiosa, ou como conteúdo da disciplina Educação para a Cidadania, por exemplo.

Deputada Magda Nazaré (Pico): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Julgamos necessário e fundamental desenvolver nas Escolas um novo paradigma, que englobe uma consciencialização ambiental e simultaneamente uma acção de cidadania, envolvendo participantes locais que através da cooperação voluntária em acções de importante relevância para o ambiente.

Deputada Júlia Pacheco (Pico): Uma mudança que vise a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que trate não apenas os aspectos da dependência dos seres humanos relativamente à qualidade do ambiente e do acesso aos recursos naturais, hoje e no futuro, mas igualmente os aspectos de participação, de eficácia pessoal, de igualdade e de justiça social que são essenciais à preparação dos alunos, tendo em vista o seu envolvimento no desenvolvimento sustentável.

Deputada Magda Nazaré (Pico): A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) assente ou valorizadora do voluntariado será uma nova forma de pensar o nosso futuro comum, de vivenciar o nosso planeta e de participar na resolução de problemas da sociedade, sabendo sempre que não existem “vias pré-determinadas para o desenvolvimento sustentável” – a meta é a viagem que pretendemos atingir.

Deputada Júlia Pacheco (Pico): A escola poderá e dever ser a força motriz desta mudança, sendo uma escola empenhada em aprender para o futuro, convidando toda a sua comunidade educativa a adoptar uma cultura de complexidade, um pensamento crítico para explorar discutir, clarificar valores tornando-o claro na sua missão, projecto educativo de escola e projecto curricular.

Deputada Magda Nazaré (Pico): Ao adoptar o voluntariado educativo a escola, sustentada na sua proposta pedagógica, propicia aos alunos uma experiência formativa assente em valores e voltada para a formação social e pessoal, criando espaços efectivos de participação social, de convívio, de integração.

* **Deputada Júlia Pacheco (Pico):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A Escola Básica e Secundária das Lajes dos Pico, propõe que o Governo Regional, incentive e apoie a criação de associações de jovens que se dediquem ao voluntariado.

Consideramos que esta é uma maneira de formar cidadãos jovens, futuros adultos, com uma consciência de cidadania plena.

Obrigada.

Presidente: Está aberto o debate sobre estas Propostas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sara Conceição.

* **Deputada Sara Conceição (Faial):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Eu acho que a Deputada Júlia Pacheco está a contradizer-se um bocadinho, quando na sua medida diz: "...actividades curriculares em complemento à Educação Moral e Religiosa, ou como conteúdo da disciplina Educação para a Cidadania, por exemplo".

Isso foi exactamente a mesma medida que a escola da Ribeira Grande disse e a senhora foi a própria a afirmar que era indispensável porque era como implementar isso aos miúdos, ou seja levá-los (vou utilizar uma expressão sua), "à forca".

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Júlia Pacheco.

* **Deputada Júlia Pacheco (Pico):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Eu estava a falar do 1º. ciclo e a Educação Moral e Religiosa, por exemplo, não é dada no 1º. ciclo. A Educação para a Cidadania está já implementada nos 2º. e 3º. ciclos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sara Conceição.

* **Deputada Sara Conceição (Faial):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Peço desculpa por contradizê-la novamente, mas na realidade a Educação Moral Religiosa e Católica, está presente no ensino do 1º. ciclo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Júlia Pacheco.

* **Deputada Júlia Pacheco (Pico):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Já não ando no 1º. ciclo há muito tempo.

Presidente: Vamos passar às votações.

Os Srs. Deputados que concordam com a primeira proposta, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta foi por rejeitada com 14 votos a favor, 21 votos contra e 14 abstenções.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a segunda proposta, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 18 votos a favor, 7 votos contra e 25 abstenções.

Presidente: Passamos à próxima proposta, apresentada pela Escola Secundária Integrada Mouzinho da Silveira.

Para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Deputada Clementina Costa.

* **Deputada Clementina Costa** (*Corvo*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A medida que apresento é a criação de uma bolsa de voluntariado na Região, ou seja um espaço onde as empresas possam explicitar as suas necessidades e as pessoas possam dirigir-se para se voluntariarem, propiciando assim uma espécie de mercado virtual onde as empresas e as pessoas podem ver as suas opções.

Pretendo que esta bolsa de voluntariado sirva como um ponto de encontro entre a procura e a oferta do trabalho de voluntariado, criando um mecanismo que articula a necessidade de trabalho voluntário temporário, com a disponibilidade para o prestar por parte de pessoas e entidades.

Este espaço destina-se a todas as pessoas que queiram dar um pouco do seu contributo para a sociedade, direccionando-as mesmo para uma determinada área de vocação, conforme os seus interesses ou competências. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Simone Rodrigues.

* **Deputada Simone Rodrigues** (*Faial*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Não vou falar em específico do projecto que foi apresentado pela minha colega, mas gostaria de aproveitar este momento para fazer uma reflexão, já que estamos a chegar ao fim e também para deixar um apelo a todos nós. Dedicamos este dia à discussão deste tema tão importante “o voluntariado e a cidadania activa”.

Discutimos aqui várias propostas, algumas, com certeza, precisamos de ajuda para as implementar, mas outras, dependendo da nossa vontade e da nossa energia, podemos sair daqui e ser capazes de nos juntar e fazermos o possível para as implementar, mesmo que não vigorem na lei.

Daí que apelo a todos vós, e a mim também, que sejamos capazes de sair daqui com uma mentalidade diferente, sobretudo com uma energia e com vontade de sermos capazes de dar vida a propostas que temos aqui e que podem ser postas em prática, sem estarem efectivamente vigoradas.

Basta termos vontade de fazer a diferença e de querermos que isto realmente se imponha para que possamos ajudar na sociedade e fazermos com que isto valha a pena.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Fonseca.

Peço por favor que se cinjam ao tema da Escola Mouzinho da Silveira.

* **Deputado Dário Fonseca** (*São Jorge*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Quero realçar o apelo feito pela Deputada Simone Rodrigues e manifestar a minha total concordância.

Presidente: Acredito que haja escolas que queiram fazer esse apelo, infelizmente não tiveram a ideia de serem as primeiras a levantar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Clementina Costa.

Deputada Clementina Costa (Corvo): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Quero frisar que quando me referi a bolsas de voluntariado, não é como as bolsas de estudo, é através de banco.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 46 votos a favor e 4 abstenções.

Presidente: Srs. Deputados, os nossos trabalhos aproximam-se do fim.

Dou a palavra ao Deputado Lúcio Rodrigues.

* **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente em exercício, Srs. Deputados Regionais, Sras. e Srs. Deputados do Plenário Jovem:

Gostaria de endereçar os parabéns a todos aqueles que estiveram cá hoje a discutir um tema tão importante para a nossa sociedade, nomeadamente “o voluntariado e a cidadania activa”, desejando a todos um bom regresso. Espero que tenham gostado de estar cá na Horta.

Para finalizar, gostaria de vos dizer o seguinte: vocês são o futuro dos Açores, como já referi anteriormente, são o futuro da nossa Região. Hoje mostraram claramente o porquê de serem o futuro.

Penso que discutiram aqui dentro, e aqui dentro serve mesmo para discutir, espero que não saiam daqui zangados uns com os outros. Isto até foi muito calmo para aquilo que costuma ser.

Mostraram também o exemplo nas próprias discussões, com vocabulário simples, a mostrarem as vossas ideias, a defenderem as vossas ideias e só por isso já fiquei muito contente de poder ter participado nesta sessão plenária.

Gostaria de endereçar os parabéns aos professores que acompanharam. Há efectivamente aqui trabalho, há preparação, há voluntariado e espero que para o ano possamos estar cá, com ou não contingências financeiras, para celebrar o XIII Plenário Jovem e por que não com algumas caras das que estão aqui e com outras novos que irão surgir, porque vocês são a cara da juventude dos Açores, mas efectivamente há muito mais juventude.

Espero que saíamos daqui todos com a ideia de poder transmitir aquilo que se passou aqui hoje para os vossos colegas, irmãos, famílias, para todos aqueles que estão próximos de vocês de alguma forma.

Os meus parabéns e a continuação de uma boa estadia no Faial.

Amanhã, para aqueles que regressam, uma boa viagem e um bem hajam.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Tem a palavra a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

* **Deputada Catarina Furtado (CAS):** Sra. Presidente em exercício, Srs. Deputados Regionais, Sras. e Srs. Deputados do Plenário Jovem:

Muito já foi dito ao longo da sessão, eu queria apenas realçar, mais uma vez, a importância deste evento, a importância dele porque tem vários níveis e várias vertentes que são essenciais.

Para além de vos aproximar do funcionamento dos nossos órgãos de governo próprio, nomeadamente a Assembleia Legislativa da Região Autónoma, possibilita também que enquanto preparam a vinda e enquanto aqui estão, estejam também num momento duma cidadania activa profunda, que se traduz numa maior consciência e numa integração da importância dessa cidadania e desse voluntariado, que também foi hoje o tema do plenário.

Por outro lado, se alguma grande aprendizagem fiz, ou se alguma coisa tivesse que destacar, enquanto minha vivência de Deputada Regional, seria exactamente dizer que após algum tempo de aqui estar (estou a cumprir a II Legislatura) na I Legislatura quando viajei num dia de Setembro do Corvo para S. Miguel no dornier, (o dornier voa mais baixo), como era um dia de Verão pude ver de cima todas as ilhas.

Naquele dia eu vi os Açores todos.

Depois de já ter, ao longo dos anos que aqui estou, vivido e sentido de perto cada uma das suas ilhas, se há alguma coisa que eu aprendi, enquanto Deputada, foi sentir-me muito mais açoriana.

Gostaria que vocês tivessem essa possibilidade de perceber as contingências, as especificidades, as particularidades de cada uma das nove belas ilhas que constituem esta Região.

Quem vive nas ilhas ditas maiores, como S. Miguel, em S. Miguel temos um problema, nós não vemos outras ilhas. Isto é grave porque somos a ilha maior em termos de dimensão, o Pico também é enorme, mas em termos de área S. Miguel é maior e isso traz-nos um problema, nós não temos e noção que vivemos em grupo.

Por isso é muito importante que todos os jovens micaelenses viajem às outras ilhas e passem lá um tempo, de forma a se aperceberem da realidade.

Quando eu era da vossa idade entre passar férias em S. Jorge ou na Graciosa, porque não tinha lá família ou passar férias no continente, o continente parecia sempre mais fácil e diferente porque não era uma ilha.

Mas a verdade é que passar férias em S. Jorge, na Graciosa ou no Pico, não é igual a passar férias em S. Miguel, porque elas são todas tão diferentes, todas tão bonitas, cada uma com a sua especificidade.

Mas isso também não quer dizer que jovens das ilhas ditas mais pequenas tenham rancor, ou um bairrismo terrível, em relação aos micaelenses. Eu acho que apenas têm que conviver e conversar.

Há programas que têm contribuído muito para isso: o inter-jovem, durante o verão, para irem a festivais, irem de uma forma muito barata viajar de barco; apetrechar as ilhas de pousadas da juventude para que seja fácil e barato; parques de campismo. Conheçam-se! Conheçam-se uns aos outros! Unidos, conseguiremos muito mais do que desunidos.

A ideia de que o Corvo se calhar devia ser fechado, são só 450. Não tenham essas ideias porque ninguém quer sair das suas ilhas. Mesmo dentro das ilhas grandes, ninguém quer sair dos sítios pequenos, dos sítios menos acessíveis.

Só se formos solidários uns com os outros, é que conseguiremos ser coesos nessa dispersão geográfica imensa e conseguiremos crescer de uma forma harmoniosa, desenvolvida, que não quer dizer ter parques atlânticos nas ilhas todas.

Crescimento e desenvolvimento não é ter shopping's e discotecas nas ilhas todas. É cada ilha ter aquilo que lhe é característico da forma que melhor souber aproveitar.

Portanto, fazer mergulho na Graciosa é único; cinzas vulcânicas como no Vulcão dos Capelinhos, é único; estar nas piscinas das Flores com os peixinhos a morder os pés, é único; subir à montanha do Pico ou ver o anjo da montanha, na casa da montanha, é único; a ilha com fósseis como é Santa Maria, é única. Cada uma tem a sua particularidade. Para não falar das amêijoas de Santo Cristo de S. Jorge, ou a onda de Santa Catarina da Terceira ou a Gruta do Enxofre da Graciosa, que eu acho apaixonante.

Todas elas têm coisas que lhe são únicas e que são nossas. São de nós todos, independentemente da ilha onde nós vivemos.

São nossas, porque todos nós somos Açores.

Era isso que eu vos queria dizer.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Tem a palavra Dra. Susana Margarido.

* **Dra. Susana Margarido:** Exa. Sra. Presidente do Plenário Jovem, Srs. Deputados Regionais, Sras. e Srs. Deputados do Plenário Jovem:

Quero felicitar todos os presentes, incluindo os professores e as professoras que vos acompanharam e que muito contribuíram para que vocês tivessem desempenhado tão bem as vossas funções de Deputados.

Tenho a certeza que vamos sair todos mais ricos daqui: em conhecimento; mais sensibilizados; com mais vontade de dar e se calhar apercebemo-nos que podemos mesmo dar aquilo que até agora estava um pouco adormecido dentro de nós.

Surgiram aqui excelentes propostas. Espero que algumas delas sejam mesmo postas em prática, porque eram mesmo muito boas.

Vós, Sras. e Srs. Deputados por um dia, pelo menos desta vez, quem sabe não virão a ser Deputados por muitos mais dias, tendes agora uma maior responsabilidade: divulgar o voluntariado (aquilo que foi discutido ao longo do dia) junto dos vossos amigos, familiares, incentivando-os também a dar, a partilhar, pelo menos aquilo que não lhes faz falta (como vos disse há pouco), um pouco do seu tempo, um pouco do seu amor, da sua compreensão.

Espero que algumas dessas propostas, sem dúvida, possam ser postas em prática.

Já agora uma proposta que foi aqui tão discutida e que eu não me manifestei: sensibilizar os jovens do 1º. Ciclo para as questões do voluntariado. Foi uma proposta que eu própria já apresentei ao Conselho Nacional do Voluntariado, não como uma disciplina, obviamente, mas com sessões de leitura sobre temas relacionados com o voluntariado, porque nós já fazemos isso com outros temas, com temas como a deficiência, temas como a cidadania, em termos gerais, temas como o racismo.

Eles aprendem, não se vão esquecer assim tão facilmente. Eles não são burros, são inteligentes.

Portanto mesmo que não vão fazer voluntariado no dia seguinte, vai ficar gravado que de facto é importante fazer voluntariado e quando chegarem às vossas idades, provavelmente estarão muito mais sensibilizados e vou usar a frase do Flávio “é de pequenino que se torce o pepino”.

É de facto uma proposta interessante, que eu já apresentei: levar o voluntariado ao 1º. Ciclo.

Espero também que saia deste plenário cerca de mais 50 voluntários e para já um muito obrigada e desejo-vos um futuro muito, muito brilhante!

(Aplausos da câmara)

Presidente: Tem a palavra o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, caros colegas Deputados, Sra. Oradora convidada, Sra. Presidente da Mesa do Plenário Jovem, caros colegas Deputados do Plenário Jovem:

Muito rapidamente, a encerrar este plenário, gostaria de vos felicitar pelas propostas que aqui trouxeram, pela vivacidade que souberam dar, com civismo, aos debates que desenvolveram. E gostaria de acentuar a importância e o significado da experiência que acabam de fazer, de estar naquele que é o primeiro órgão da autonomia dos Açores. Com efeito, a ALRAA é o primeiro órgão da nossa autonomia, é o local onde se fazem as leis e onde se fiscaliza e acompanha a acção do Governo. A Assembleia é este lugar e este órgão de governo próprio único onde as 9 ilhas dos Açores

estão representadas, através da eleição democrática do povo das 9 ilhas dos Açores.

Faço votos que esta experiência seja para vocês enriquecedora, quer na vossa formação como jovens, quer na vossa formação como cidadãos.

Faço votos que esta temática que hoje aqui estivemos a discutir, do voluntariado e da cidadania, não se resuma nas nossas vidas a serem simples palavras, mas que sejam, de facto, uma prática efectiva nas nossas vidas e que seja um desafio a que mudemos alguma coisa na nossa vida, como disse aqui, e muito bem, há pouco, a Simone Rodrigues.

A terminar, faço votos que tenham uma boa viagem de regresso e desejo-vos a todos muitas felicidades, quer na vossa vida pessoal, quer na vossa vida de estudante, que tem, sobretudo para aqueles que estão no 12º. ano, daqui a um mês, importantes desafios pela frente.

Obrigado.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Antes de encerrarmos, a Mesa do Plenário Jovem, propõe uma **Proposta de Deliberação que declara finda a XII Sessão do Plenário Jovem.**

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Convidados.

Antes de terminarmos gostaria de agradecer a vossa colaboração no decurso dos nossos trabalhos.

Espero que tenha sido uma experiência positiva e que tenha contribuído para o auto crescimento de todos nós.

Uma pequena informação antes de terminar. Não saiam dos seus lugares porque a organização quer tirar uma foto a todos juntos e o jantar é às 20 horas.

Declaro finda a XII Sessão do Plenário Jovem.

Obrigado.

(Aplausos da câmara)

(Eram 19 horas e 19 minutos)

Deputados que faltaram à Sessão:

ESCOLA SECUNDÁRIA DAS LARANJEIRAS

Andreia Medeiros Tavares
Cláudia da Costa Reis Portugal Cabral
Diana Andrade e Sousa
ESCOLA BÁSICA E INTEGRADA MOUZINHO DA SILVEIRA
Diogo Valadão Vieira

*** Texto não revisto pelo Orador**

Elaborado pelos serviços de redacção